

REVISTA CIENTÍFICA FACONNECT

ISSN 2024-1000

Gestão & Educação

Vol. 7, No 3 Mar./2024

FACONNECT



Gestão & Educação {acesso eletrônico} / Editora Instituto Educar Rede – vol. 7
n.03 {mar. 2024} - São Paulo: Faculdades Conectadas {Facon}, 2024.

119p: il, color.

Mensal

Modo de acesso: www.faconnect.com.br/revista. ISSN 2675-2891 (digital)

1. Educação. 2. Crianças autistas – educação. 3. Educação inclusiva
4. Educação ambiental – estudo e ensino. 5. Sustentabilidade
6. Arte na educação. 7. Autismo em crianças. 8. Autismo
9. Manejo de classe. 10. Ambiente em sala de aula, 11. Gestão democrática
12. Conselhos de educação. 13. Escolas – organização e administração
14. Matemática – estudo e ensino. 15. Língua Brasileira de Sinais
16. Crianças surdas.

CDD 370

Catálogo: Maria Inês Meinberg Percin CRB -8/5598

EDITORIAL

AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NAS ESCOLAS

O aumento da participação estudantil nas escolas é um tema crucial na educação contemporânea, pois promove o engajamento dos alunos em seu próprio processo educacional, contribuindo para um ambiente escolar mais dinâmico e eficaz.

Esse aumento pode ocorrer de diversas formas, como incentivando a participação ativa dos alunos nas atividades curriculares e extracurriculares, criando espaços para o diálogo e a colaboração entre estudantes e professores, e promovendo a autonomia e a responsabilidade dos alunos em relação ao seu aprendizado.

Além disso, estratégias como a aplicação de métodos de ensino mais interativos e participativos, o estímulo ao debate e à reflexão crítica, e o reconhecimento e valorização das diversas habilidades e interesses dos alunos também podem contribuir significativamente para o aumento da participação estudantil nas escolas.

Em suma, ao priorizar e promover a participação ativa dos alunos, as escolas não apenas melhoram o processo de ensino e aprendizagem, mas também preparam os estudantes para se tornarem cidadãos mais conscientes, críticos e engajados em suas comunidades.

Profª Dra. Adriana Alves Farias

Editora Chefe - Revista GESTÃO & EDUCAÇÃO

Conselho Editorial

Prof. Ms. Eber da Cunha Mendes
Profª. Adriana de Souza
Profª. Alessandra Gonçalves
Prof. Ms. Alexandre Bernardo da Silva
Profª. Andrea Ramos Moreira
Profª. Dra. Daniela Oliveira Albertin de Amorim
Profª. Debora Banhos
Profª. Juliana Mota Fardini Gutierrez
Profª. Juliana Petrasso
Profª. Marina Oliveira Reis
Profª. Priscilla de Toledo Almeida
Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

Editora-Chefe

Profª. Dra. Adriana Alves Farias

Revisão e Normalização de Textos

Profª. Dra. Daniela Oliveira Albertin de Amorim
Prof. Dr. Rodrigo Leite da Silva

Programação Visual e Diagramação

Eliana Duarte de Souza

Projeto Gráfico

Tayna Sousa

COPYRIGHT

Revista Gestão & Educação, Educar Rede
Volume 7, Número 03 (Março 2024- SP)
ISSN 2675-2891 (Digital)
Site: <https://www.faconnect.com.br/revista>

Publicação Mensal e multidisciplinar vinculado a Editora Instituto Educar Rede. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião do Conselho Editorial. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Sumário

06 A PEDAGOGIA DA INCLUSÃO – AUTISMO E MÉTODO TEACCH

ANDREA PAULA PEREIRA DA SILVA

19 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO E REFLEXÃO DENTRO DA ESCOLA

ARETA ADRIANA MARIA DOS SANTOS

31 ARTE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PRÁTICA POSSÍVEL

ELIANA DE AMORIM

39 AUTISMO E SUA AMPLIAÇÃO EDUCACIONAL

ELLEN CRISTINA DA SILVA

47 DESAFIOS DA GESTÃO EM SALA DE AULA E A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

HELENA XAVIER SOARES

54 A ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E CRIATIVO DAS CRIANÇAS

JOICE BOTELHO SILVA

65 A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE E DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR

LUCIENE AGOSTINHO DA SILVA ENOMOTO

75 CONSELHO DE ESCOLA COMO FORTALECEDOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

MARIA EVELINA DOS SANTOS

87 A MATEMÁTICA NO COTIDIANO

SARA REBOUÇAS DE SALES

103 ENSINO BILÍNGUE PARA SURDOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

TALITA LACERDA CAMARNEIRO

Sumário

111 GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA

THAIS SANTOS DE LIMA GIROTO

A PEDAGOGIA DA INCLUSÃO – AUTISMO E MÉTODO TEACCH



ANDREA PAULA PEREIRA DA SILVA

Graduação em PEDAGOGIA pela Faculdade Universidade Cidade de São Paulo (ano de conclusão 21/12/2004); Professora da Prefeitura de São Paulo no Centro de Educação Infantil Maria Aparecida Siqueira Campos.

RESUMO

A inclusão só é possível quando há respeito à diferença e cabe ao professor adotar práticas pedagógicas que permitam aos alunos autistas aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que são capazes de produzir, segundo seu ritmo e na medida de suas potencialidades. O objetivo deste Artigo é analisar o papel que uma escola inclusiva desempenha na vida destes alunos e se preocupa em oferecer condições para que todos possam aprender e que busca construir no coletivo uma pedagogia que atenda todos os alunos e que compreenda a diversidade humana como um fator impulsionador de novas formas de organizar o ensino e compreender como se constroem as aprendizagens. A intenção é apresentar o Método Teacch como meio para se alcançar um ensino e aprendizagem mais eficazes, pois foi criado para observar os comportamentos das crianças autistas em diversas situações frente a diferentes estímulos, propiciando assim, um avanço no seu desenvolvimento. As atividades propostas dão suporte para o desenvolvimento das habilidades motoras da criança autista. A escola de qualidade é aquela que pratica cidadania e contempla as diferenças; somente quando a inclusão se der, de fato, é que a escola regular será realmente a Escola para Todos.

PALAVRAS-CHAVE: Pedagogia; Inclusão; Autismo; Método Teacch.

INTRODUÇÃO

O ensino e a aprendizagem das crianças autistas necessitam de grande responsabilidade por parte do profissional que com elas trabalha. Mas, para isso, é necessário haver profissionais especializados para receber estes alunos, pois para que a criança tenha um bom desenvolvimento

de aprendizagem depende muito do envolvimento do educador, estando disposto a elaborar novas metodologias e técnicas de ensino.

O objetivo deste Artigo é analisar a Pedagogia da Inclusão, o ensino e a aprendizagem do aluno autista e o Método Teacch como um excelente recurso pedagógico e didático.

As atividades propostas pelo professor devem ser elaboradas com o intuito de propiciar autonomia ao seu aluno.

O vínculo afetivo entre o autista e o educador é o início da construção de sua autonomia na escola, com propósito de obter maior interação com o aluno, o professor deverá incluir em seus métodos de ensino os gostos, os interesses e aptidões de seu aluno, para que haja resultado satisfatório e elas devem ter propósitos sociais, terapêuticos, afetivos e pedagógicos.

O Teacch foi desenvolvido nos anos 60, nos Estados Unidos, e atualmente é muito utilizado em várias partes do mundo.

O Método Teacch (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Distúrbios Correlatos da Comunicação) visa avaliar o aluno, considerando seus pontos fortes e suas dificuldades, sendo possível criar um programa individualizado, além de propiciar sua inclusão de maneira eficaz, pois quando se fala em educação inclusiva, em direito de acesso à mesma sala de aula das demais crianças e adolescentes, o objetivo é garantir às crianças autista o acesso a esse direito humano, comum e fundamental.

A PEDAGOGIA DA INCLUSÃO

Segundo Martínez e Tacca (2011), a implantação das políticas de inclusão escolar, assim como os resultados obtidos nos diferentes instrumentos de avaliação da qualidade da educação – sejam nacionais ou internacionais -, tem dado crescente visibilidade a uma população escolar que se constitui em constante desafio para os educadores: os alunos que apresentam dificuldades para aprender e os alunos com deficiências.

Enfrentar essa temática constitui o principal foco deste Artigo, pois o objetivo proposto é o de trazer contribuições para a reflexão dos contextos inclusivos, das práticas sociais e de novas concepções, assim como, especificamente, trazer uma compreensão dos processos de aprendizagem dos alunos com dificuldades e deficiência, na direção de estimular, principalmente, novas práticas pedagógicas, isto é a pedagogia do sucesso, a pedagogia da inclusão.

Práticas essas que, tendo em conta a complexidade da aprendizagem, possam ser mais efetivas tanto na educação dos alunos com dificuldades e deficiências quanto de todos aqueles presentes na sala de aula.

“A inclusão implica uma mudança de paradigma educacional, que gera uma reorganização das práticas escolares: planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação, gestão do processo educativo” (MANTOAN, 2011, p. 37).

Segundo Mantoan (2011, p. 39), todo aluno merece uma escola capaz de oferecer-lhe con-

dições de aprender, na convivência com as diferenças, e que valoriza o que ele consegue entender do mundo e de si mesmo.

“As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas” (MANTOAN, 2011, p. 61).

Mantoan (2011, p. 62) afirma que para se ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções, parte-se da certeza de que as crianças sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe são próprios.

É fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade dos alunos de progredir e não desista nunca de buscar meios que possam ajudá-lo a vencer os obstáculos escolares.

O AUTISMO E O MÉTODO TEACCH

O termo Autismo origina-se do Grego autós, que significa “de si mesmo”. É um Transtorno Global do Desenvolvimento também chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), caracterizado por alterações significativas na comunicação, na interação social, no comportamento da criança e falta de reciprocidade da parte afetiva. Estas alterações levam a importantes dificuldades adaptativas e aparecem antes dos 03 anos de idade, podendo ser percebidas, em alguns casos, já nos primeiros meses de vida.

A aprendizagem das crianças com autismo necessita de grande responsabilidade não apenas da parte profissional, mas, também da parte pessoal, deste modo, é necessário que o educador queira fazer a diferença na vida da criança com TEA. Mas, para isso, é necessário haver profissionais especializados para receber esses alunos, pois para que a criança tenha um bom desenvolvimento de aprendizagem depende muito do envolvimento do educador, estando disposto a elaborar novas metodologias e técnicas de ensino.

Cabe ao professor que lida com aluno autista descobrir quais mecanismos há em seu alcance para poder aplicar recursos educativos relacionados à necessidade do educando. É de suma importância a aplicação de uma metodologia adequada em sala de aula, pois, sabe-se que um bom material didático faz com que o aprendiz desperte comportamentos e habilidades variados, atingindo seus objetivos e vencendo suas limitações.

Os principais objetivos deste Artigo é focar práticas significativas para que haja reconhecimento sobre as competências e a notificação de experiências; quanto aos currículos não se deve incluir apenas conteúdo, mas também as práticas vivenciadas no cotidiano para que haja envolvimento, interação e motivação em busca de objetivos de interesses comuns; realizar atividades de integração eficaz; realizar avaliações precisas, traçando estratégias; organizar métodos de trabalho adequados aos interesses do aluno autista e possibilitar ao aluno autista uma aprendizagem contínua facilitando o seu entendimento referente ao contexto trabalhado.

Cabe ao professor desenvolver em seus alunos autistas as seguintes habilidades:

Comunicação Oral; Leitura; Comunicação Escrita; Comportamento Socioafetivo; Atenção e Concentração; Sensorial: Percepções Auditiva e Visual; Memórias Auditiva e Visual e Atividades de Vida Diária.

Os métodos de ensino utilizados devem ser de diversas maneiras, proporcionando o apoio e o desenvolvimento, sendo estes adequados a todos os envolvidos na prática.

Com isso, o docente sempre deverá ter consciência clara sobre qual é o seu papel, e saber que através do ensino o discente irá aprender a adquirir conhecimento tendo consciência de si próprio.

Uma rotina de avisos (com pelo menos cinco minutos de antecedência) será útil para uma criança autista, coisas diferentes que acontecem no ambiente escolar, por exemplo: quanto à chegada de um professor novo ou viagem de campo podem causar ansiedade e desconforto a ela.

O trabalho com essas crianças, é um processo contínuo, demorado, paciente, até mesmo porque uma das características do TEA é a falta de atenção. O professor pode resolver este problema utilizando atividades lúdicas e recursos didáticos. Trabalhará com ela, tanto a parte social, quanto a parte motora.

Quanto mais significativo para a criança forem os professores, maiores serão as chances de promover novas aprendizagens, ou seja, independente da programação estabelecida, ela só ganhará dimensão educativa quando ocorrer uma interação entre o aluno autista e o professor (SCHWARTZMAN; ASSUNÇÃO JUNIOR, São Paulo, memnon;1995 p17-78).

As atividades devem ser elaboradas com o intuito de propiciar autonomia.

Uma criança aprende de forma natural, espontânea, por meio de brincadeiras que possibilitam adquirir habilidades e múltiplos conhecimentos; já para as crianças autistas não ocorre da mesma forma, para elas há uma relação diferente entre o sentido e o cérebro. As informações obtidas não são transformadas totalmente em conhecimentos. Para um autista é necessário que seja explicado a função dos objetos. Não é sempre que uma criança vê uma bola, e de imediato quer chutá-la. Ela cria estereótipias e formas incomuns de manusear uma bola, por exemplo.

Tudo o que for trabalhado, como leitura, por exemplo pode ter certo valor pedagógico para o autista. Habilidades e todas as atividades da vida diária devem ser exercitadas. O aluno autista tem uma atração relevante por objetos que balançam e rodam.

Os autistas têm a visão e o tato muito sensíveis e não suportam locais com barulhos e acabam se assustando. Mas, na maioria das vezes, são atraídos por algum ruído, fica preso a algo presente no ambiente, por isso é necessário que se fale baixo e seja mantido sempre um ambiente tranquilo. Sendo assim, cabe ao professor tranquilizar seu aluno.

O autista vive em um mundo feito de experiências globais fracionadas, sem coesão interna, apresenta dificuldades de reconhecer um objeto e a sua utilidade. Devido a isso passam a ter defeitos na linguagem. O autista muda seu foco de dez em dez minutos, o que exige muito mais do professor que trabalha com ele.

Para o autista nada é simples de compreender, tudo precisa de objetivo e função.

Na escola, é preciso haver afeto, atenção, estímulos para conduzir o aluno autista na sua aprendizagem, pois na educação, o caminho é mostrado por quem aprende e não por quem ensina.

O professor que trabalha com aluno autista deve sempre agir e utilizar expressões claras e objetivas, chamando-o pelo nome e distinguindo desejos, vontades e necessidades. Com o intuito de que haja o funcionamento da linguagem entre os autistas, é de suma importância que o significado da palavra seja percebido antes do seu uso, por meio da codificação simbólica de experiências.

O período trabalhado com autistas não deve ser extenso, pois o longo período dificulta sua concentração. A psicomotricidade pode ser comprometida em autistas, pois, esta é o resultado da ação do sistema nervoso à musculatura, assim, o autista terá dificuldades de leitura, escrita e na identificação das coisas, em decorrência disso. Ao trabalhar com autistas é essencial que seja realizada uma pesquisa sobre o aluno, pois assim se terá conhecimento da sua relação familiar e social; seus sentimentos e necessidades, assim as observações darão direção de como agir no processo. O vínculo afetivo entre o autista e o educador é o início da construção de sua autonomia na escola, com propósito de obter maior interação com o aluno, o professor deverá incluir em seus métodos de ensino os gostos, os interesses e aptidões de seu aluno, para que haja resultado das atividades e elas devem ter propósitos sociais, terapêuticos, afetivos e pedagógicos.

Por meio dessas atividades, o aluno poderá trabalhar em grupo e terá maior interação e comunicação, lhe será proporcionado a oportunidade de maior independência, obterá vínculos com o professor e com ambiente escolar e desenvolverá suas habilidades como aprendiz no âmbito escolar.

De acordo com Orrú (2003), a criança com autismo sendo exposta a uma aprendizagem por meio de exposição direta a estímulos diversos, que não contribuem para sua formação psicossocial e desenvolvimento de suas estruturas cognitivas, tende a não se beneficiar destas práticas. Logo, quando a criança com autismo é exposta a estímulos sem a devida intervenção do professor, pode se tornar estressada por causa da saturação de informações que podem lhe parecer sem função, já que ela pode até armazenar os estímulos e interagir com eles, mas sem ocorrer modificações em seu processo cognitivo, o que resultará em uma aprendizagem insuficiente.

Para que haja melhor aprendizado é preciso que o aluno autista frequente a sala de recursos (podendo estar situada na escola em que estuda ou em outra unidade escolar), pois, em uma sala de recurso o aluno terá maior facilidade para desenvolver e aperfeiçoar suas aptidões.

Por ainda não ter um tratamento específico para o autismo em razão à diversidade de fatores, tem-se utilizado métodos para lidar com alunos autistas, tais como: TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Distúrbios Correlatos da Comunicação).

O Teacch foi desenvolvido nos anos 60, no Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade da Carolina do Norte, Estados Unidos, e atualmente é muito utilizado em várias partes do mundo. Este método é uma forma de avaliação que utiliza uma avaliação chamada PEP-R (Perfil Psicoeducacional Revisado) que visa avaliar o aluno, considerando seus pontos

fortes e suas dificuldades, sendo possível criar um programa individualizado.

O Teacch se baseia na organização de certo ambiente físico criando rotinas, do ambiente físico através de rotinas - organizadas em quadros, painéis ou agendas e sistemas de trabalho, buscando adaptar o ambiente escolar para tornar mais fácil para que a criança possa compreendê-lo, entendendo assim o que o professor espera dela. Sendo assim, com a organização do ambiente, ficará mais fácil a aprendizagem das crianças.

O Teacch tem como intuito a independência do aluno, assim ele percebe que necessita do seu professor para alcançar rendimento escolar, mas podendo passar grande parte do seu tempo se ocupando de forma independente, visa o desenvolvimento da independência da criança.

Alguns professores encontram dificuldades para trabalhar com alunos autistas e na escola, geralmente, não há uma metodologia específica para trabalhar com eles. Sendo assim, cabe a cada professor, utilizar métodos de ensino que for mais adequado, visando alcançar rendimento na aprendizagem deles. Entretanto, vale ressaltar que diante de cada situação ainda se encontra as dificuldades tanto com as crianças, como com o ambiente para desenvolver essas atividades.

Na alfabetização dessas crianças, o professor pode utilizar um computador, pois as crianças, hoje em dia, têm uma grande facilidade em manuseá-lo. Pode ser usado como auxílio, estimulando a coordenação motora. Tendo como propósito a obtenção de melhores resultados.

A Escola e a família devem realizar atividades lúdicas e prazerosas, buscando sempre pensar no bem-estar da criança.

Quando se avalia um educando com autismo, no âmbito escolar é preciso que seja transmitido a ele segurança e conforto. É de suma importância que as necessidades do aluno autista sejam transformadas em vontades de aprender e construir. O método Teacch é uma forma de avaliação (PEP-R - Perfil Psicoeducacional Revisado) que visa avaliar o aluno, considerando seus pontos fortes e suas dificuldades, sendo possível criar um programa individualizado.

Considerando que o autismo é definido como um transtorno invasivo do desenvolvimento e que apresenta comprometimentos em três importantes domínios do desenvolvimento humano: a comunicação, a socialização e a imaginação, que como consequência apresenta dificuldades de aprendizagem, Araújo (2015) analisa sob a perspectiva de um olhar pedagógico, a utilização do Método Teacch como um instrumento de trabalho no atendimento de uma criança autista verificando como atividades estruturadas baseadas neste Método podem colaborar no seu processo de aprendizagem.

Conforme Mello (2007), um dos métodos de ensino mais utilizados no Brasil para atender o autista é o Teacch. O Teacch não é uma abordagem única, é um projeto que tenta responder às necessidades do autista usando as melhores abordagens e métodos disponíveis. Os serviços oferecem desde o diagnóstico e aconselhamento dos pais e profissionais, até centros comunitários para adultos com todas as etapas intermediárias: avaliação psicológica, salas de aulas e programas para professores.

O Teacch é um trabalho de intervenção terapeuta baseado na determinação de objetivos

bem definidos e direcionados aos comportamentos que se pretender mudar, com o propósito de extinguir ou amenizar comportamentos indesejáveis, reforçando positivamente.

Segundo Schwsraztman (1995), o reforço positivo dos estímulos aumenta a probabilidade das condutas entendidas como adequadas e negativas para serem realizadas na convivência social. Por meio da utilização do Método Teacch é possível a organização e sistematização de tarefas a serem realizadas, de modo que o aprendizado das crianças seja mais eficaz e fácil, ajudando a criança modificar seus comportamentos de distração, resistência a mudança e na falta de motivação.

Vieira (2004) enfatiza a importância de todas as instruções serem faladas em alto e bom tom, fazendo com que as crianças autistas entendam o porquê de se fazer certas atividades, onde elas devem ficar, como fazer e o que fazer, independente de seus pais.

O método ajuda ainda a programar atividades, nos quesitos tempo, duração e material, na previsibilidade e nas rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas, enaltecendo as características dos princípios metodológicos dirigidos ao aprendizado do aluno autista. Pode ser utilizado em casa, na escola e no ambiente terapêutico, abordando todas as características do aluno no seu dia a dia, onde cada espaço tem a sua demanda específica. Os estímulos audiocinestésico-visuais, sons e movimentos são associados a fotografias.

Bordin (2006) afirma que assim, o apoio visual de cartões com figuras, desenhos, símbolos, palavras escritas, materiais concretos sequenciados favorecem o trabalho em nível de nome, objeto e ação, ensinando-os que toda comunicação tenha significado.

Segundo Bordin (2006), na escola deve-se trabalhar a linguagem receptiva e a expressiva. Devem ser utilizados estímulos visuais (fotos, figuras, cartões), estímulos corporais (apontar, gestos, movimentos corporais) e estímulos audiocinestésico-visuais (som, palavra, movimentos associados às fotos) para buscar a linguagem oral ou uma comunicação alternativa. Por meio de cartões com fotos, desenhos, símbolos, palavra escrita ou objetos concretos em sequência (potes, legos etc.), indicam-se visualmente as atividades que serão desenvolvidas naquele dia na escola.

Os sistemas de trabalho são programados individualmente e ensinados um a um pelo professor. As crianças autistas são mais responsivas às situações dirigidas e também respondem mais consistentemente aos estímulos visuais que aos estímulos auditivos.

Quando a criança apresenta plena desenvoltura na realização de uma atividade (conduta adquirida), esta passa a fazer parte da rotina de forma sistemática. Mas o trabalho não se limita apenas aos aspectos cognitivos, ensinando-lhes também noções básicas de Atividades de Vida Diária (AVD) e Atividades de Vida Prática (AVP), possibilitando-lhes a maior independência possível. Na maioria das vezes, a utilização deste método traz tranquilidade à criança já que possibilita melhor compreensão e comunicação.

O Método Teacch está dividido em quatro níveis de execução. No primeiro nível, busca-se trabalhar a coordenação motora, preparando o aprendiz para dar sequência às próximas atividades.

Nesse sentido, será trabalhado enfiagem, transferência e orientação espacial. Tendo em vista que o autista tem dificuldade de emparelhar e seriar objetos organizados estrategicamente, os materiais utilizados devem ser caixas de papelão coloridamente sinalizadas em correspondência às cores dos canudos, postos em um copo de plástico como suporte. Este nível é denominado atividades concretas.

No segundo nível, é trabalhado a seleção, classificação, emparelhamento de objetos, figuras e fundos e quebra-cabeças. A partir deste momento, o autista precisa fazer a classificação de acordo com a cor, objeto, figura, forma e tamanho. Ele terá que emparelhar de acordo com o que se demanda a atividade, transferindo determinados objetos de um lado para o outro da pasta a qual os sustentam, posicionada centralmente ao aprendiz.

Os materiais utilizados neste nível são as pastas estruturadas, figuras emborrachadas e fitas coloridas, com intuito de que a criança comece a realizar atividades que exigem um pouco mais de independência do seu apoiador.

No terceiro nível, as atividades se tornam mais complexas, pois começam a ser inseridas as letras e os números. Através do grau de complexidade da quantidade de conjuntos, cujos números deverão ser preenchidos de acordo com a quantidade de elementos dos conjuntos, e as letras também obedecem à mesma lógica, com objetivo de montar palavras, identificar as iniciais ou completar as lacunas das palavras. Este momento exige que o aprendiz desempenhe mais esforço mental na compreensão dos símbolos envolvidos na atividade.

No quarto nível, mais progressivo, por sua vez, as atividades são ainda mais complexas, caracterizando-se pela introdução gradual das operações matemáticas, combinações de sílabas, enigmas com figuras e números que relacionam com letras ou palavras, proporcionando a constituição de frases. Observa-se que neste nível as atividades empreendidas buscam corroborar para o processo de alfabetização e aprendizagem de habilidades matemáticas.

Essas atividades darão suporte para o desenvolvimento das habilidades motoras da criança autista.

Segundo Schwartzman (1995), o Método Teacch promove a capacidade de ativar estímulos positivos e readaptar os estímulos negativos em possíveis condutas de adaptação do aluno às suas atividades diárias e sociais. Assim, é possível por meio deste Método, realizar uma intervenção pedagógica direcionada ao seu comportamento e à sua aprendizagem.

A utilização do Método Teacch implica que o professor mantenha sua capacidade de observação aguçada, analisando com bastante cautela se o indivíduo está interagindo de acordo com as suas potencialidades e aprendendo a respeitar suas limitações diárias.

A formação dos futuros profissionais deve estar permeada de sensibilização, demonstrando preparo para lidar com os imprevistos que podem ocorrer no decorrer das aulas. É sempre bom o educador ter em mente alguma atividade lúdica que possa despertar o interesse do aprendiz, resgatando este laço de interação entre o profissional e a criança.

De acordo com Vieira (2004), é possível por meio deste método sistematizar e organizar as

tarefas a serem realizadas modalmente à realidade do aprendiz, proporcionando, por consequência, o aprendizado mais eficaz e facilmente conduzido, em busca de possibilitar a própria autonomia do autista.

Autismo: Dificuldade inata em estabelecer contato afetivo e interpessoal.

A Linguagem é um dos objetivos que frequentemente deve ser traçado e desenvolvido com as crianças autistas.

Toda criança autista é capaz de aprender, cada uma à sua maneira, desde que cada uma receba o seu programa de tratamento individualizado e com ações intensivas.

São extremamente necessárias para o desenvolvimento do aluno autista intervenções comportamentais e educacionais.

A compreensão do autismo tem possibilitado a realização de estudos comportamentais em diferentes países, utilizando diferentes abordagens e técnicas de intervenção. As realizações de melhores terapias foram possibilitadas em virtude dos resultados experimentais obtidos com a aplicação de abordagens como o Método Teacch em autistas.

Os avanços científicos potencializaram a observação dos primeiros sintomas e características do autismo desde os primeiros anos de vida, quando o bebê apresenta comportamentos diferentes para faixa etária, tais como: ausência, inexistência de integração afetiva e contanto com brincadeiras/objetos.

Assim, indica-se o Método Teacch funcionando como uma poderosa ferramenta que auxilia no desenvolvimento da capacidade cognitiva e na interação com pessoas e objetos por pessoas autistas.

O Método Teacch possibilitou mudanças na rotina de muitas crianças autistas, que antes dedicavam a maior parte do seu tempo em jogos eletrônicos, agora, é possível introduzir uma sequência de atividades, estrategicamente organizadas, agregando horas de lazer, estudos, atividades lúdicas etc., representando um mecanismo de aprendizagem que colabora para a alfabetização da criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cada aluno é um sujeito, cuja complexidade não se mede de fora e que precisa de situações estimuladoras para que cresça e avance em todos os aspectos de sua personalidade, a partir de uma construção ao mesmo tempo social e pessoal, que vai se definindo e transmutando a sua identidade.

Os professores, no geral, têm bastante dificuldade de entender os princípios inclusivos aplicados às suas turmas, diante da formação que tiveram como alunos e como profissionais da educação. As escolas não se dão bem com as diferenças. A resistência dos professores à inclusão escolar tem sido o despreparo para ensinar a turma toda, sem discriminações, ensino adaptado,

diferenciado, nas salas de aula das escolas comuns.

A formação que está sendo oferecida aos professores não atende aos reclamos do ensino inclusivo, que gira em torno de outro eixo. A escola para todos exige uma grande virada na formação inicial e continuada dos professores.

Tanto a escola comum como a escola especial resistem às mudanças exigidas por uma abertura incondicional às diferenças. Uma das mais sérias e influentes razões para que essa situação se mantenha é a neutralização dos desafios que a inclusão impõe ao ensino comum e que mobilizam o professor a rever e a recriar suas práticas e a entender as novas possibilidades educativas trazidas pela escola para todos.

Define-se um ensino de qualidade a partir de condições de trabalho pedagógico que implicam formação de redes de saberes e de relações, que se enredam por caminhos imprevisíveis para chegar ao conhecimento.

Entende-se que existe ensino de qualidade quando as ações educativas se pautam por solidariedade, colaboração, compartilhamento do processo educativo com todos os que estão direta ou indiretamente nele envolvidos.

A aprendizagem nessas circunstâncias é centrada, ora destacando o lógico, o intuitivo, o sensorial, ora os aspectos social e afetivo dos alunos. Em suas práticas e métodos pedagógicos predominam a experimentação, a criação, a descoberta, a coautoria do conhecimento. Vale o que os alunos são capazes de aprender hoje e o que se pode lhes oferecer de melhor para que se desenvolvam em um ambiente rico e verdadeiramente estimulador de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

AAIDD. **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities 444 North Capitol Street NW Suite 846, Washington, D.C. 20001-1512.** Disponível em: <http://www.aamr.org/AboutAAIDD/MR_name_change.htm> ou <<http://www.aaid.org/>> Acesso 27 out. 2010.

ALVES, Denise de O. **Sala de recursos multifuncionais: espaço para o atendimento educacional especializado.** Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2006.

AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION. **Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAÚJO, Elisângela do Nascimento de. **A Contribuição do Método TEACCH para o Atendimento Psicopedagógico**. João Pessoa, Paraíba, 2015. Disponível: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1303/1/ENA27092016> Acesso 02 fev.2019.

AZEVEDO, M. C. de C.C. de. **Os saberes docentes na ação pedagógica dos estagiários de música: dois estudos de caso**. Porto Alegre, RS: UFRS, 2007. (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.ufrs.br/bitstream/handle/10183/10550/000.594293.pdf?sequence=1> Acesso 09 mar. 2009.

BORDIN, S. M. S. **Fale com ele: um estudo neurolinguístico do autismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Campinas, 2006.

BOSSA, N. A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

EDUCAÇÃO ESPECIAL: Autismo no Ensino Fundamental II da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Casimiro de Abreu. Disponível: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/educacao-especial-autismo-no-ensino-fundamental-ii-escola-estadual.htm> Acesso 25 jan. 2019.

ESCOTT, C. M. **Interfaces entre a psicopedagogia clínica e institucional: um olhar e uma es-
cuta na ação preventiva das dificuldades de aprendizagem**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

FUENTES, Daniel. et al. **Neuropsicologia: teoria e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GAUDERER, Christian. **Autismo e outros Atrasos do Desenvolvimento. Guia Prático para Pais e Profissionais**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Revinter, 1997.

KAPLAN, Harold J.; SADOCK, Benjamin J; GREBB, Jack A. **Compêndio de Psiquiatria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEBEDEFF, T.B. **O que lembram os surdos de sua escola: discussão das marcas criadas pelo processo de escolarização.** In: THOMA, A. da S.; LOPES, M.C. **A invenção da surdez II: espaços e tempos de aprendizagem na educação de surdos.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (Org.). **O Desafio das Diferenças nas Escolas.** 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTÍNEZ, Albertina Mitjáns; TACCA, M. C. V. Rosa. **Possibilidades de Aprendizagem: Ações Pedagógicas para Alunos com Dificuldades e Deficiência.** Campinas, SP: Alínea, 2010.

MELLO, A. M.S. R. **Autismo: Guia Prático.** 5. Ed. São Paulo: AMA, Brasília: CORDE, 2007.

MIOTTO, E. Correa; SOUZA, Lucia M. C.; SCAFF, M. **Neuropsicologia e as Interfaces com as Neurociências.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

ORRÚ, S. E. **A formação de professores e a educação de autistas.** Revista. Disponível: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/educacao-especial-autismo-no-ensino-fundamental-ii-escola-estadual.htm> Acesso 25 jan.2019.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Autismo: Aspectos Pedagógicos.** Campo Grande: Portal Educação, 2012.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DOS CIDADÃOS. **O Acesso dos Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular.** 2. Ed. Brasília: Ministério Público Federal/Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva, 2004.

RODRIGUES, Leandro. **Autismo: Método ABA ou Método TEACCH?** Disponível: <https://instituitard.com.br/autismo-metodo-aba-ou-metodo-teacch/> Acesso 02 fev. 2019. Postado 31 mar. 2017.

SAMPAIO, S.; FREITAS, I. B. **Transtorno de dificuldade de aprendizagem: entendendo melhor os alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

SANTOS, K.R. **Educação especial e escola: reflexões sobre os projetos educacionais para alunos surdos**. In: FERNANDES, E. **Surdez e bilinguismos**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

SCHWARSTZMAN, J. S.; ASSUMPÇÃO, F. B. Jr. e Colaboradores. **Autismo Infantil**. Memnon Edições Científicas. São Paulo, 1995.

VIEIRA, S. A. **O Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficit Relacionado à Comunicação - TEACCH: um estudo de uma proposta pedagógica em uma Escola Especial da Cidade de Colombo - PR**. Universidade de Tuiti do Paraná. Curitiba, 2004.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: A IMPORTÂNCIA DO ENSINO E REFLEXÃO DENTRO DA ESCOLA



ARETA ADRIANA MARIA DOS SANTOS

Graduação em pedagogia pela faculdade UNESP (2019); Professora de Educação Infantil na Prefeitura Municipal de São Paulo (CEU CEI Paulistano).

RESUMO

A principal função desse trabalho com o tema Meio Ambiente no é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, críticos, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, partindo do pressuposto que a escola tem um papel fundamental de estimular a reflexão e subsidiar ação dos cidadãos para um comportamento mais responsável e ético sobre Educação Ambiental. A Educação Ambiental e o Ensino da educação básica estão diretamente ligados, pois trabalham juntas visando uma reflexão crítica sobre o tema. Para isso é necessário mais do que informações e conceitos, a escola se propunha a trabalhar com atitudes, com formação de valores com o ensino e a aprendizagem de projetos voltados a sustentabilidade. O trabalho se justificou na necessidade de refletir sobre a importância da implantação de uma Educação Ambiental efetiva e sensibilizadora, de forma que ocorram mudanças e apropriação de posturas que levem aos estudantes e docentes a pensarem conscientemente em suas atitudes e práticas relacionadas a temática Educação Ambiental. Faz parte desse estudo também propor projetos simples relacionados a sustentabilidade que podem começar dentro da escola e chegar até a casa dos estudantes. O objetivo principal desse trabalho é mostrar conceitos que podem ser aplicados dentro da escola e que podem ir além da sala de aula levando os estudantes a refletirem sobre as questões socioambientais com práticas que podem começar sendo adotadas por eles mesmos dentro da escola e de suas casas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental; Ensino; Reflexão; Sustentabilidade; Escola.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem o importante papel de promover a integração do ser humano com o meio ambiente, possibilitando, por meio de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção do educando e do educador como cidadãos no processo de transformação do atual quadro ambiental do nosso planeta. Citando como exemplo, a cidade de São Paulo, centro financeiro do Brasil, está entre as cidades mais populosas do mundo, com diversas instituições culturais e uma rica tradição arquitetônica. Se fizermos um passeio pelas ruas e avenidas de São Paulo (ou por outra cidade tão frenética como ela, que reproduz o modo de viver urbano), teremos visões de contraste dos tempos sociais e ambientais. São Paulo ambiente urbano mais populoso do Brasil tem uma aparência de opulência e escassez. Grandes prédios comerciais, shopping centers, construções em andamento, grandes redes de supermercados, uma arquitetura de vidros e metais e grandes espaços para os milhares de automóveis que trafegam dia e noite sem cessar. São Paulo ostenta a riqueza da antiga capital do café, da indústria e das finanças. Entretanto nas diferentes paisagens veremos também uma São Paulo com favelas, edifícios de moradia popular, ar poluído, rios mortos cortando a paisagem e que desaparecem sob as avenidas. Uma cidade que bate recordes em desmatamento em direção as áreas dos mananciais. Milhares de pessoas pobres vivem nessa megacidade, que carece de trabalho digno, saneamento básico, água, escolas, áreas verdes, bibliotecas, equipamentos de saúde e outros itens indispensáveis a qualidade de vida urbana. Essa outra cidade mostra contradições que se expandem pela região metropolitana, a ponto de serem reproduzidas pela maioria dos grandes centros urbanos brasileiros. Surge a partir dessas informações toda a problemática para se refletir e pensar a importância de trabalhar a Educação Ambiental no Ensino da educação básica com os alunos nas escolas, citando a própria cidade de São Paulo como exemplo para essa reflexão inicial devido a esses contrastes sociais, levando os alunos a pensarem sobre questões socioambientais no nosso planeta. Os objetivos dessa pesquisa é fazer com que os estudantes possam refletir e se conscientizar dos problemas ambientais que existem não só na cidade de São Paulo, mas sim no planeta todo, e a partir de então através do Ensino da educação básica começarem a pensar com responsabilidade e ética na questão ambiental que necessita urgentemente de consciência, projetos educativos e planos de ação para tratar de Educação ambiental dentro da perspectiva da sociedade que temos a nossa frente. Esse trabalho começa primeiramente e diretamente dentro das escolas através do ensino da disciplina de Geografia, mas também de maneira interdisciplinar chegando até as casas dos alunos. Em estudos de Geografia, muitos conteúdos e objetivos sobre tema socioambientais podem potencializar a formação de sujeitos críticos e atuantes capazes de construir interpretações, entendimentos e protagonismo na realidade vivida. Trabalhar nas escolas essas dimensões críticas da realidade, entrelaçando a Educação ambiental à Geografia, permitindo aos alunos atuarem na transformação da vida deles, dos lugares e das paisagens. Um dos maiores desafios dos educadores é ajudar os estudantes a perceber que existem percepções de natureza diferentes construídas por distintas sociedades, grupos e indivíduos, que se modificam histórica, cultural e socialmente.

REFLEXÃO DENTRO DA ESCOLA

A questão ambiental é um tema que vem sendo abordado frequentemente em nosso dia a dia, seja nos meios de comunicação, nas escolas, nas empresas ou até mesmo em conversas entre amigos.

“Em um terreno político e ideológico, a Educação Ambiental surgiu como proposta ao enfrentamento dessa crise através da articulação entre as dimensões social e ambiental” (VENTURA e SOUZA 2010, p.14).

As diversas espécies existentes no nosso planeta merecem todo o nosso respeito. Além disso a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência, visto que é necessário planejar o uso e a ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é importante ter condições dignas de moradia, trabalho, esporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais.

A escola é o espaço social e o local onde poderá haver sequência ao processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser apreendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis. Assim a Educação Ambiental é uma maneira de estabelecer tais processos na mentalidade de cada aluno, formando cidadãos conscientes e preocupados com a temática ambiental.

Os princípios da gestão ambiental e de democracia participativa propõem necessária a transformação dos Estados nacionais e da ordem internacional para uma convergência dos interesses em conflito e dos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza. O fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local e das comunidades de base está levando os governos federais e estaduais, como também intencionalidades e municipalidades, a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, através de um novo contrato social entre o Estado e a Sociedade civil.

A ideia de buscar que cada pessoa envolvida com o problema ecológico o descreva, ao mesmo tempo que nos possibilita uma interpretação que contemple a subjetividade individual, abre espaços para a manifestação de outras formas de conhecimento não apenas o científico. Ao interpretar cada pessoa o fará por meio de suas representações e, também de seus conhecimentos que podem vir permeados por outras formas de saberes, como o saber ético e o saber popular”, (GALIAZZI E FREITAS: 2005)

Considerando, então a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer métodos efetivos para a compreensão dos fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para a sua própria espécie, para os outros seres vivos e para o meio ambiente. É fundamental que cada pessoa desenvolva suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a constituição de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável e acima de tudo

sustentável.

Com os conteúdos ambientais permeando a disciplina dentro do currículo de e contextualizados com a realidade da comunidade, a escola ajudará a perceber a correlação dos fatos e ter uma visão holística, ou seja, integral do mundo em que vive. Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental através do Ensino da educação básica com as atividades escolares através da integração das pessoas nas suas comunidades/sociedades, fazendo com que a Educação Ambiental não fique somente nas escolas, mas que através dela permeie todas as esferas sociais, proporcionando com isso a preservação ambiental e conscientização cada vez mais pessoas para se buscar o desenvolvimento sustentável.

Reflexões sobre questões metodológicas, sobretudo pesquisa qualitativa, vem sendo cada vez mais necessárias e presentes no contexto acadêmico e científico, indicando um movimento de ressignificação da prática em Ciências Humanas e Sociais. Nesse cenário a perspectiva sócio-histórica constitui-se como um enfoque teórico-metodológico para a área da educação.

A fundamentação teórico/prática dos projetos pode ocorrer por intermédio do estudo de temas geradores que englobam palestras, oficinas e saídas de campo. Esse processo oferece subsídios aos professores e demais interessados em repassar conhecimento para atuarem de maneira a englobar toda a comunidade escolar, e a sociedade, e assim todas as pessoas possam ter conhecimento quanto aos problemas ambientais que os circundam, seja no bairro, no município e até mesmo no mundo em que vivem. Os conteúdos trabalhados serão necessários para o entendimento dos problemas e, a partir da coleta de dados, a elaboração de pequenos projetos de intervenção.

Considerando a Educação Ambiental como sendo um processo contínuo e cíclico, o método utilizado pelo programa de Educação Ambiental para desenvolver projetos e os cursos utilizados de capacitação conjuga os princípios gerais básicos da Educação Ambiental (Smith, apud Sato, 1995):

Princípios gerais da Educação Ambiental:

- Sensibilização: processo de alerta, é o primeiro passo para alcançar o pensamento sistêmico;
- Compreensão: conhecimento dos componentes e dos mecanismos que regem os sistemas naturais;
- Responsabilidade: reconhecimento do ser humano como principal protagonista;
- Competência: capacidade de avaliar e agir efetivamente no sistema;
- Cidadania: participar ativamente e resgatar direitos e promover uma nova ética capaz de conciliar o ambiente e a sociedade.

A educação Ambiental como componente essencial nesse processo de formação e educação permanente, com uma abordagem direcionada para a resolução de problemas, contribui para

o envolvimento ativo do público, tornando o sistema educativo mais relevante e mais realista e estabelecendo uma maior interdependência entre os sistemas e o ambiente natural e social, com o objetivo de um crescente bem-estar das comunidades humanas. Leff (2001, p.218):

“O desenvolvimento de programas de educação ambiental e a conscientização de seus conteúdos depende desde complexo processo de emergência e constituição de um saber ambiental, capaz de ser incorporado as práticas docentes e como guia de projetos de pesquisa.”

Se existe inúmeros problemas que dizem respeito ao ambiente, isto se devem em parte ao fato de as pessoas não serem sensibilizadas para a compreensão do frágil equilíbrio da biosfera e dos problemas da gestão dos recursos naturais. Elas não estão e não foram preparadas para delimitar e resolver de um modo eficaz os problemas concretos de seu ambiente imediato, isto porque a educação para o meio ambiente como abordagem didática ou pedagógica, apenas aparece na década de 80. A partir de então as pessoas têm a possibilidade de tomarem consciência das situações que acarretam problemas no seu ambiente próximo ou para a biosfera em geral, refletindo sobre as suas causas e determinarem os meios ou as ações apropriadas na tentativa de resolvê-los.

As finalidades desta educação para o ambiente foram determinadas pela UNESCO, logo após a conferência de Belgrado (1975) e são as seguintes: Formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas com ele relacionados, uma população que tenha conhecimento, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitem trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais, e para impedir que eles se repitam.

Ao implementar um projeto de educação para o ambiente dentro das escolas, ele facilitará aos alunos e a população uma compreensão fundamental de problemas existentes, da presença humana no ambiente, da sua responsabilidade e do seu papel crítico como cidadãos de um país e de um planeta. Desenvolve-se assim, as competências e valores que conduzirão a repensar e avaliar de outra maneira as suas atitudes e as suas consequências no meio ambiente em que vivem.

A Educação Ambiental é de muita importância, pois além de conscientizar as pessoas, faz com que estas executem projetos, ideias, opiniões e trabalhos relacionados a sustentabilidade e a preservação ambiental.

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo geral tratar a temática Educação Ambiental no Ensino da educação básica dentro da escola como reflexão, conscientização através das análises das práticas a serem aplicadas com os alunos. Como objetivo específico é o embasamento de informações possíveis para esse acontecimento através de referenciais teóricos para que seja possível esse aprendizado dos alunos com relação a tudo que se pode aprender através de projetos de sustentabilidade. Em um dos princípios da “Carta da Terra” que fala sobre respeitar e cuidar da comunidade da vida diz: Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

- Assegurar que as comunidades em todos os níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada pessoa a oportunidade de realizar seu pleno potencial.
- Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a obtenção de uma condição de vida significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.
- Em outro princípio que fala sobre integridade ecológica diz:
- Prevenir o dano ao meio ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.
- Agir para evitar a possibilidade de danos ambientais sérios e irreversíveis, mesmo quando o conhecimento científico for incompleto ou não conclusivo.
- Impor o ônus da prova naqueles que afirmarem que a atividade proposta não causara dano significativo e fazer com que as partes interessadas sejam responsabilizadas pelo dano ambiental.
- Assegurar que as tomadas de decisão considerem as consequências cumulativas, a longo prazo, indiretas, de longo alcance e globais das atividades humanas.
- Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.
- Evitar atividades militares que causem danos ao meio ambiente.
- Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário
- Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

A educação Ambiental ao buscar valores que conduzam a uma convivência harmoniosa com o meio ambiente e as demais espécies que habitam no planeta, auxiliando uma análise crítica do princípio antropocêntrico, que tem levado muitas vezes, à destruição inconsequente dos recursos naturais e de várias espécies. É preciso considerar que a natureza não é fonte inesgotável de recursos, suas reservas são finitas e devem ser utilizadas de maneira racional, evitando o desperdício e considerando a reciclagem como processo vital. Ao se ter a Educação Ambiental dentro do Ensino da educação básica nas escolas poderá ter se a racionalidade de utilização dos recursos que são oferecidos a nós, seres humanos pelo planeta no qual vivemos.

Nesse aspecto Ramos (2010, p.83) coloca:

“Seja como for, a visão atual da natureza, potencializada pela tecnologia, herdou o projeto de dominação assentado no dualismo homem-natureza, na qual a última é instrumentalizada em benefício do primeiro. Em outras palavras, universalizou-se a postura-que se dogma-de transformar o conhecimento da natureza em instrumento de domínio dela.

A sustentabilidade é um processo que deve ser estabelecido em longo prazo, pois é de fato que para haver um desenvolvimento sustentável é necessário trocar o atual modelo de desenvolvimento: o capitalista-industrial, uma vez que este desenvolvimento é preciso, mas também é necessária uma maneira de ter o desenvolvimento com sustentabilidade, ou seja, deve-se desenvolver, mas considerando o pleno desenvolvimento, dos seres humanos, dos animais, das plantas, de todo o planeta terra. De acordo com Leff (2001, p.31):

“O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo; não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômica-ecológica-globalizada”.

Esse processo de transição de um sistema para outro será possível através da Educação Ambiental dentro da escola que fornecera as bases teóricas para chegar-se à sustentabilidade. É pela integração das esferas: política, social, econômica e ambiental que se terá plenitude do desenvolvimento sustentável, através da Educação Ambiental.

A degradação ambiental, juntamente com o esgotamento ecológico e a desigualdade gerada pelo avanço do mundo globalizado traz o conceito de sustentabilidade, sendo de muita importância para a humanidade, visto que ao se estudar a sustentabilidade se poderá ter uma nova visão de mundo. Um mundo em que o saber ambiental emerge de uma reflexão sobre a construção da própria vida humana na terra.

As sociedades modernas convivem atualmente com muitas percepções de natureza. Para diversos professores, a seleção dos conteúdos de Geografia é um enorme desafio. Muitos estão habituados à sequência dos livros didáticos e trabalham automaticamente seguindo capítulos e mais capítulos. Porém, quando pensamos em outras intenções e intervenções que precisam ser realizadas para que a classe aprenda Geografia e meio ambiente, a escolha dos conteúdos torna-se uma necessidade mais abrangente e não linear. Ao mesmo tempo, nos currículos escolares, as questões socioambientais padecem da visão atomística do mundo combinando racionalismo, fragmentação e compartimentação. A Geografia que se ensina nos bancos escolares e as noções de natureza transmitidas ainda são marcadas por forte tendência reducionista, revelando uma inadequação para o entendimento da complexidade de temas socioambientais.

Para incorporar temas relevantes de acordo com cada momento da história, a educação precisa evoluir sempre. É o caso hoje do ensino de sustentabilidade na escola. Não restam dúvidas que esse assunto se tornou indispensável devido ao contexto das relações entre homem meio ambiente.

O princípio da sustentabilidade, portanto surge com a globalização, em que a sustentabilidade ambiental é a capacidade do sistema manter o seu estado constante no tempo, a tal ponto de incorporar a problemática relação homem x natureza. A educação ambiental é a base científica para a sustentabilidade, sendo que a sustentabilidade é um processo que deverá atingir a socie-

dade como um todo, sem excluir nenhum elemento físico, mental ou espiritual desse processo de transformação, pois é necessária essa integração para que, finalmente ocorra o desenvolvimento a partir da sustentabilidade.

Conforme Guzmán (2000, p.1) “A investigação e à docência como um saber essencialmente acadêmico, carece em absoluto de compromissos socioambientais”.

O desenvolvimento sustentável seria o desenvolvimento a partir de uma lógica que satisfaça as necessidades do presente, do nosso tempo vivido, sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações futuras, de nossos filhos, netos etc. Seguindo a ideia de Philippi Jr et al (2002, p.28):

Onde não há legislação de uso e ocupação de solo, nem legislação ambiental, certamente haverá poluição do ar e água distribuindo doenças pela comunidade afora. Sim pois estas contaminações podem alcançar outras regiões e territórios, via águas dos rios e represas, via chuva ácida, afetando plantações e águas subterrâneas, enfim a qualidade de vida, pois não há controle. A economia, por sua vez, passara a responder com a fragmentação humana em que algumas áreas se desenvolvem e seus mercados florescem com a globalização.

Tratando assim essa temática de Educação Ambiental no Ensino de Geografia; podemos começar com uma definição básica: a sustentabilidade e o ensino dentro da escola consistem na aplicação de um conjunto de práticas e ensinamentos focado na questão do desenvolvimento sustentável do planeta.

Esse tema precisa ser trabalhado na escola devido a sua pertinência cada vez mais alta, já que a geração atual vivencia o problema da escassez de recursos naturais e da degradação do meio ambiente. Essa realidade está mais que presente nas dificuldades e nos desastres que presenciemos, como falta de água, contaminação do solo ou deslizamentos causados pela destruição da vegetação natural.

Precisamos lembrar de que as crianças e os jovens de hoje serão os futuros tomadores de decisão do mundo, seja porque se tornarão políticos, cientistas, empresários ou qualquer outra profissão que escolham seguir, mas não podendo esquecer suas responsabilidades em qualquer área que queiram seguir. Em outras palavras: estará em suas mãos fazer escolhas para preservar o planeta. Para isso, no entanto, precisam conhecer tanto as causas e consequências do problema como também entender as ações que permitirão usufruir dos recursos naturais sem prejudicar o meio ambiente.

Outro ponto importante para reforçar a importância de trabalhar a sustentabilidade na escola é o fato de que os principais hábitos de um indivíduo são desenvolvidos desde cedo, durante a infância. Portanto, a escola precisa introduzir o tema o quanto antes, para que a educação de alunos leve a formação de adultos conscientes, reflexivos, com valores e conhecimentos sólidos a respeito das relações entre o ser humano e o meio ambiente. Só dessa forma pode ser possível controlar o impacto dos problemas ambientais nos próximos anos.

Para trabalhar a sustentabilidade na escola através da Educação Ambiental, é importante

que exista um envolvimento do aluno no nível teórico quanto também na prática. Por isso, realizar ações sustentáveis é um bom caminho para engajar os estudantes em essa mentalidade mais crítica sobre o uso dos recursos naturais e o relacionamento com o meio ambiente.

Daniel Fonseca de Andrade, educador ambiental, comenta sobre a implementação da Educação Ambiental em escolas e concebe a mesma como uma abordagem educacional que visa uma mudança de paradigmas rumo ao desenvolvimento sustentável (ANDRADE, 2000). A educação ambiental seria como sinalizadora da exigência de respostas educativas a este desafio contemporâneo de repensar as relações entre sociedade e natureza (CARVALHO, 2000 apud JACOBI, 2011).

Sendo assim a instituição de ensino pode ensinar aos alunos projetos simples (mas efetivos) para realizar ações como sustentáveis. Esses projetos devem focar no uso da criatividade para ensinar os 3 Rs, de reciclagem, reutilização e redução da produção de lixo. Ao inventarem novas maneiras de pensar e praticar a sustentabilidade, os estudantes percebem que essa não é simplesmente mais uma matéria escolar em que precisam ser aprovados. Em vez disso, é parte de uma questão do mundo real. E não há motivação maior que essa!

Uma das principais maneiras de ensinar sustentabilidade de forma prática é estimular o consumo consciente. Fazer com que crianças e jovens entendam que existem formas mais inteligentes de consumir, que agridem menos o meio ambiente. A partir de então o trabalho com diversos projetos educativos voltados a sustentabilidade podem ser implementados na escola podendo envolver a todos da comunidade começando dentro da escola; utilizar materiais reciclados, estimular o reaproveitamento, usar água de forma consciente, criar e cuidar dentro da escola de uma horta coletiva, fazer plantios de árvores no entorno ou em locais no bairro, separação do lixo para reciclagem, dentre outros projetos que podem ser colocados em prática levando os alunos a repensar como contribuir com a preservação do meio ambiente.

Para completar, independentemente da maneira como a escola aborda a sustentabilidade, precisa sempre reforçar com os estudantes o porquê da importância desse assunto. Para a formação dos alunos, saber como preservar o meio ambiente é muito importante. Porém, saber o motivo por trás dessas ações é absolutamente indispensável, pois ajuda a construir uma consciência sobre o impacto de sua atitude sustentável para o planeta. Enquanto a escola ensina aos estudantes sobre o porquê de desenvolver uma postura responsável em relação à sustentabilidade, é papel da família incentivar toda essa transformação. É muito importante, assim que a família busque se alinhar ao que é ensinado na escola. Os pais precisam estar envolvidos nos projetos e apoiar as atitudes (até mesmo os menores) desenvolvidas no ambiente escolar.

Um bom exemplo é a separação do lixo entre orgânico, reciclável e lixo eletrônico. Se é feito na escola, os pais precisam incentivar em casa também, isso é um projeto que é de responsabilidade de todos. O estudante entenderá que aquela atitude deve ser levada para a vida e não ficar restrita somente ao ambiente escolar.

Aprender mais sobre a sustentabilidade, tanto na teoria quanto na prática, é a melhor forma de desenvolver uma atitude saudável na relação do ser humano com o meio ambiente. É o papel

de adultos (pais e escola) é guiar os estudantes na formação dessa atitude.

Através de projetos e de ações que se iniciam dentro da escola é possível criar gerações conscientes e responsáveis, capazes de preservar o planeta nos anos que virão.

Para PADUA & TABANEZ (1998 apud DIAS 2011), a Educação Ambiental propicia o momento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para aprender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam.

O principal eixo da Educação Ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1997).

Em fundamentos da Educação, Iriane Cristina Piva, esclarece que:

A educação Ambiental tem como objetivo geral mostrar ao ser humano a complexa natureza do meio ambiente, que resulta da interação dos seus aspectos biológicos, sociais e culturais. Portanto, ela deve criar para o indivíduo e para a sociedade meios para se entender como estes diversos elementos se relacionam, para que assim possamos promover uma utilização mais reflexiva e consciente dos recursos do meio ambiente atendendo as necessidades da humanidade (PIVA 2008).

Sendo com base nessa análise previa que o problema do trabalho se delineou, responder como a escola pode ser a base de comprometimento com a Educação Ambiental dentro do ensino de geografia. O trabalho se justificou na necessidade de refletir sobre a importância de uma Educação Ambiental efetiva e sensibilizadora, de forma que ocorram mudanças de atitudes e apropriação de posturas para que se alcancem o equilíbrio ambiental direcionamentos que demonstrem urgentemente a necessidade da implantação de uma Educação Ambiental eficiente e consciente entre as ações do homem e natureza.

Os objetivos do presente trabalho foram mostrar que é possível através de diferentes projetos relacionados a sustentabilidade dentro da escola com a responsabilidade de alunos e pais é possível criar uma geração mais responsável com o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental no Ensino da educação básica é uma forma de obter-se a sustentabilidade, pois esta pode recuperar o desenvolvimento para determinados fins e ações que propiciam a sustentabilidade, está por sua vez aplicada dentro da escola que é um espaço politizado e politizador, criará cidadãos críticos e abertos aos conhecimentos teóricos e práticos através da reflexão

em um estudo aprofundado de temas e projetos relacionados a sustentabilidade.

A educação Ambiental promove através da conscientização do que realmente pode-se entender sobre o que é sustentabilidade, uma vez que, se ao estudar o desenvolvimento sustentável deve-se visar a educação como base para fundamentar um conceito consciente e que realmente promova a sustentabilidade.

Com isso ao se ter uma visão abrangente do meio ambiente, no qual vivemos, entende-se que nós, seres humanos constituímos parte integrante do mesmo e nessa ótica de desenvolvimento sustentável fica evidente que se pode ter o progresso material com a preservação dos recursos e serviços ecossistêmicos por sucessivas gerações. A contribuição desse artigo é o de permitir a conscientização e reflexão do que é o desenvolvimento sustentável através de uma perspectiva da Educação Ambiental no Ensino da educação básica dentro das escolas e com isso a formulação de ideais, não somente para o bem-estar humano, mas para com a responsabilidade sustentável do meio ambiente.

Deve-se olhar para a emergência e a construção de um saber que ressignifica as concepções do progresso, do desenvolvimento por si só e do crescimento dos limites, para configurar uma nova racionalidade social, com ressonâncias no campo da educação, do conhecimento e das práticas educativas e políticas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Fonseca de. **Implementação da Educação Ambiental em Escolas: uma reflexão.** In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Volume 4, outubro a dezembro de 2000.

CARTA DA TERRA. (Princípios) A carta propriamente dita. 2008.

CARVALHO, Luiz Marcelo de. **A educação Ambiental e a formação de professores.** In: **Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental.** Brasília. 2001. P.55-62.

GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente de (org.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental.** Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

GUSMÁN, Eduardo Sevilla. **Agroecología e desarrolló rural: uma proposta desde Latino Amé-**

rica. Rosário: 2000.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Porto Alegre, v.3. n. 1. Jan/Mar: 2002.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

PADUA. S.; TABANEZ, M (orgs). **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 199.

PIVA, Iriane Cristina. **Fundamentos da Educação Ambiental**. POSEAD Educação a distância. Brasília DF.2008.

PHILIPPI JR, Arlindo; Alves, Alaôr Caffé; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet (ed.). **Meio Ambiente, direito e Cidadania**. São Paulo: Signus Editora, 2002.

RAMOS, Elisabeth Christmann. **O processo de constituição das concepções de natureza: uma contribuição para o debate na Educação Ambiental**. Revista Ambiente e Educação: 2010. Vol.15, p.67-91.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Carlos. UFSCar/PPG.ERN, 1995.

UNESCO. **Conferência de Belgrado**, 1975.

VENTURA, G, SOUZA, I, C, F de. **Refletindo sobre a relação entre a natureza humana, valores capitalistas e a crise ambiental: contribuição para a promoção da Educação Ambiental crítica**. Revista eletrônica Ambiente e Educação. Rio Grande. V.15. p.13-34. (2010).

ARTE E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PRÁTICA POSSÍVEL



ELIANA DE AMORIM

Graduação em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro (2003); Especialista em Educação Inclusiva Aspectos da deficiência Intelectual, pela Faculdade Monte Alto (2013); Especialista em Ciências na Educação Básica pela Faculdade Monte Alto (2013); Especialista em Neuropsicopedagogia Teoria e Prática pela Faculdade Corporativa CESPI (2019); Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de São Paulo; Lotada no CEI José Salvador José Julianelli; área de interesse: Educação Infantil.

RESUMO

Muitos pensam que a arte na educação infantil são apenas desenhos livres, tinta, amassar bolinhas de papel ou preencher desenhos prontos. A arte na educação é o começo, é o primeiro contato da criança com a sua própria criação, é a exploração de seus desejos e torná-los visíveis aos outros de várias maneiras. Pintar, rabiscar, amassar para as crianças pequenas é puro prazer, o prazer do movimento da descoberta. O percurso da linguagem plástica começa desde muito cedo e pode ser desenvolvido novos prazeres e desafios e novas maneiras de se relacionar com o mundo. Ao longo do tempo tudo o que era fazer, gesto no espaço, vai se constituindo como desenho, arte.

PALAVRAS-CHAVE: Criação; Exploração; Brincar; Arte.

INTRODUÇÃO

Quais possibilidades existem na arte dentro da educação infantil? O educador é capaz de construir novos significados para a arte dentro da rotina escolar infantil?

Bebês e crianças pequenas aprendem através de suas experiências e vivências, estas precisam ser cheias de novidades e significados, assim elas irão construindo o seu olhar acerca do mundo em que habitam. A presente pesquisa possibilita a reflexão sobre como trabalhar arte com bebês e crianças pequenas, quais são as beneficências das experiências concretas e abstratas que arte pode proporcionar na rotina escolar infantil?

“Arte e educação não compreendem significações dados ou ideias, sendo relativos a um espaço de experiências e intencionalidades que se transforma historicamente”. (HONORATO, 2011,

p.43). Neste sentido, verificamos que a arte necessita de espaço, experiências e transformação. O que queremos é mostrar ao professor de educação infantil que é possível trazer atividades fora do comum, é possível trabalhar de forma intensa e criativa. Muitas vezes subestimamos as nossas crianças acreditando que a arte nesta fase escolar deve ser superficial, com propostas pobres e sem sentido de cortar, colar e amassar.

A arte é muito mais do que isso, ela compreende o imaginário, possibilitando que o indivíduo se torne crítico e criativo. O ensino da arte considera quatro hipóteses: que o indivíduo já desfruta de alguma experiência estética, antes de entrar para a escola ou fora dela, a partir de estímulos como o a natureza ou o artesanato popular. Tarefas e atividades mecânicas não podem fazer parte desta nova construção, como adultos, educadores, delimitar limites e espaços aos pequenos está longe de ser uma prática que respeita cada singularidade, a imaginação e a mãozinhas serão nosso ponto de partida para a aplicação de uma prática gráfico-plástica.

A proposta desta pesquisa é evidenciar o professor e a sua própria prática em arte na educação infantil. Como o professor pode trazer experiências significativas aos seus alunos se ele próprio não transpassa os seus limites? Sempre trabalhando com o óbvio, o comum, não conseguirá desenvolver atividades que realmente tem a ver com a arte.

Existem muitas possibilidades dentro da arte para a criança pequena, um mundo cheio de cores, texturas, cheiros. Iremos refletir como podemos treinar as mãos e olhos para enxergar além do que está ali no papel transferir para uma pintura algum sentimento ou experiência vivida. As crianças pequenas trazem todo este potencial, na primeira infância está toda a construção de um pensamento que irá com ela para a vida adulta.

ARTE E SIGNIFICADO

É preciso repensar o processo educacional. É preciso preparar as crianças, é preciso desenvolvê-las como uma pessoa inteira, com sua afetividade, suas percepções, suas expressões, seus sentidos, suas críticas sobre o mundo. É fundamental que se questione mais sobre a arte dentro da educação infantil. Para isto, deve-se estar mais aberto, mais inquieto, mais vivo mais poroso, mais ligado, refletindo sobre o cotidiano pedagógico e se perguntando sobre o seu futuro. (RICHTER, 2011).

A arte propõe-se a criar nos indivíduos não somente um amor problemático e isolado por belas-artes e belas obras, mas, sobretudo uma consciência exigente e ativa em relação ao meio ambiente, ao panorama e a qualidade da vida cotidiana desses indivíduos. A Arte na educação infantil propõe - se a criar nos indivíduos não somente aptidões artísticas especificam, mas, sobretudo um desenvolvimento global da personalidade, através das mais diversificadas e complementares possíveis de atividades expressivas, criativas e sensibilizadoras. (HONORATO, 2011).

A arte na educação infantil, porém, não se contenta apenas com as virtudes instauradoras do acaso e da não intervenção, mas pressupõe, pelo contrário, a utilização de métodos pedagógicos específicos, progressivos e controlados, os únicos capazes de produzirem a alfabetização estética

(plástica, musical etc.), sem a qual toda expressão permanece impotente e toda criação é ilusória. (HUZINGA, 1996).

Segundo Cunha (2011) a arte representa a compreensão mais profunda e a mais alta aspiração de seu criador. Por este motivo, uma obra contribui tanto para a nossa visão de mundo e ficamos muito emocionados. A arte tem o poder de comunicar a concepção que temos das coisas através de procedimentos que não podem ser de outras maneiras. Na arte assim como na linguagem, o homem é um inventor de símbolos que podem ser transmitidos de diversas formas. Temos que pensar na arte como algo não convencional capaz de expressar estados mentais, novos significados, novas formas. Uma pintura sugere muitas coisas além do que ela afirma e um poema a arte está naquilo que ele diz. Mas qual é o significado da arte? Os artistas não deixam uma explicação de sua obra, uma vez que a sua obra é a própria explicação. (PIAGET, 1975).

Para que se possa apreciar a arte é necessário conhecimento, entendimento do tempo circunstância espaço. Sem estes requisitos a arte não tem significado, passa apenas a ser algo comum ou incomum, mas, sem que nos remeta a reflexão ou desperte os nossos sentidos. Por isso, faz-se necessário o conhecimento da cultura, da história do artista, do tempo em que foi elaborada. Aqui entra a arte, ela nada mais é do que o relato da imaginação ou sonho de alguém. Há muitas formas de ativar a imaginação, que se faz importante no momento de entender o artista, e é uma das facetas mais fascinantes da mente humana. Pode ser vista como o elo entre o consciente e o subconsciente humano. “É por assim dizer, a cola que mantém unidos a personalidade, o intelecto e a espiritualidade do homem”. (HUZINGA, 1996 p.7). A imaginação se faz importante para que possamos entender o passado que é realmente necessário para a nossa sobrevivência. E o artista continua sendo aquele cuja obra é capaz de emocionar e nos fazer refletir.

Antes de começar a trabalhar na educação infantil o professor precisa ter o conhecimento, informações e acima de tudo entender a importância da arte, a história e de que maneira ela próprio entende a arte como ferramenta de trabalho e mudança na vida das pessoas. A arte traz a elevação do espírito, quando entendida em sua essência, mas, o professor não consegue trazer significado se não acredita naquilo em que está mostrando ao aluno. Portanto, é essencial que o professor tenha consciência da importância de oferecer aos seus pequenos alunos o primeiro contato com a arte, de maneira prazerosa e significativa, que ficará como experiência inicial para as próximas etapas da vida estudantil. (PIAGET, 1975).

A ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os seres humanos, desde a pré-história produzem formas visuais, se utilizando de símbolos particulares, construídos juntos à sociedade para expressar mundos objetivos e subjetivos. Transportando suas visões, o mundo natural é exteriorizado através de diferentes modalidades que atravessam as artes visuais como a: pintura, o desenho, a fotografia, a gravura, vídeos etc. (BARBOSA, 1982).

Segundo Cunha (2011) ao longo do tempo, foram criadas formas padronizadas para a lin-

guagem gráfico-plástica, como: flores, casinha, árvore com maçãs, figura humana de palitos, assim foram organizados um repertório que chamamos estereótipos. Desde muito cedo as crianças interiorizam estes estereótipos, deixando de construir sua própria linguagem, e passam a reproduzir as imagens impostas pelos adultos. O educador precisa saber que as suas representações visuais influem muito na produção da criança e de como ela vai representar o mundo a sua volta. Sacks (1995) deixa claro que a criança precisa ter a possibilidade de desenvolver-se na área expressiva, para isto é fundamental que o professor rompa com seus próprios estereótipos, para que consiga realizar intervenções pedagógicas significativas para o universo da expressão infantil.

As escolas de educação infantil precisam oferecer um espaço para que o desenvolvimento das diferentes linguagens expressivas aconteça simultaneamente, tendo em vista que crianças pequenas iniciam o conhecimento sobre o mundo através dos cinco sentidos do movimento, a curiosidade do que está a sua volta, da imitação, da repetição do jogo simbólico e brincadeiras. Para que isso aconteça os educadores precisam conhecer o desenvolvimento gráfico-plástico para que possam organizar planejamentos que atendam às necessidades das crianças. Quando se oferece uma atividade livre e simples como desenho com lápis de cor, o professor pode transformar em experiência desafiadora, cheia de possibilidades. (HONORATO, 2011).

Podemos transformar um simples desenho com lápis de cor em uma proposta instigadora com descobertas de materiais, além do conhecermos as hipóteses das crianças sobre o que vamos trabalhar. O professor de educação infantil não precisa ser especialista em arte para trazer experiências significativas para os seus alunos, precisa conhecer e entender a importância do contato com a arte, e como isto pode mudar e acrescentar conhecimento na vida do seu aluno. A arte promove mudança, traz o pensamento crítico, traz a paz de espírito. Na primeira infância quando há este contato significativo com a arte a criança terá a possibilidade de desenvolver o seu arsenal de conhecimento e o levará para a vida adulta. (JASON, 1975).

BRINCANDO E CRIANDO COM AS CORES

A ação de pintar em nosso contexto escolar é uma ação descaracterizada. As possibilidades infantis são limitadas, não podem explorar e experimentar de forma lúdica diferentes tintas e instrumentos pictóricos para tornar visíveis suas ideias e sensações através de manchas, figuras, sinais. A pintura não acontece no espaço da educação, seja fundamental seja infantil. Muito pouco explorada como conhecimento que permite outros modos de interação entre a criança e o mundo. (BARBOSA, 1982).

Nesse sentido, vemos que nós adultos anulamos as experiências incríveis que a criança pode ter com a cor, com os nossos limites e imposições. A pintura é muito importante na apropriação de um pensamento simbólico e uma importante estratégia de organização no processo de constituição. Não podemos desarticular a pintura das demais ações lúdicas das crianças, como linguagem deve ser compreendida em sua especificidade material e simbólica. O ato de tingir, a pintura, pode e devem dialogar com o ato de desenhar, modelar objetos, cenários, ambientes, fantasias, painéis etc. Para que estas experiências existam, temos a nossa disposição diferentes tintas

solúveis, variados instrumentos pictóricos: rolos, pinceis, espumas, mãos e dedos. Não existem restrições na linguagem plástica; o que importa é tornar visível o que foi vivido. A pintura consiste em educar o olho e a mão para estarem sempre alertas e curiosos para coletarem fragmentos e colocá-los a disposição de outros olhares. (CUNHA, 2011).

Segundo São Paulo (2011) a prática com as cores torna possível que a criança demonstre o que conhece e sente, tornando possível entender que é capaz de alcançar profundidade na criação de significações, transformando um quadro de exploração superficial em um processo fundamental e rico. Precisamos ampliar na escola infantil as oportunidades lúdicas que levam a criação de símbolos e objetos através de variadas experiências expressivas. É neste momento entre dois e sete anos que a criança começa a fundamentar o seu pensamento simbólico. Por isto, temos de oferecer para as nossas crianças oportunidade de criar, tocar, sentir para que possa dialogar como mundo e com ela mesma. Provocar reflexão e despertar a capacidade da criança é o foco do professor. Mais uma vez refletimos sobre o aprendizado com significado, não apenas a atividade superficial, mas o estudo, a curiosidade o criar devem ser sempre valorizados. O professor também precisa superar seus limites, necessita transpassar aquilo que é mecânico. (JASON, 1975).

OS CAMINHOS DO DESENHO INFANTIL

Falando em desenvolvimento infantil através das artes, notamos que todas as vivências e experiências proporcionadas nesta etapa serão de profunda importância para que a criança vá construindo a sua percepção de mundo. Quando limitamos estas experiências e vivências significativas que arte pode proporcionar se bem compreendida por educadores e adultos a sua volta ela terá muito sucesso ao longo de seu desenvolvimento global. Quando observamos uma criança registrando seus pensamentos e ideias através do desenho ou pintura é importante que aprofundemos nossos olhares nesta ação tão simples e complexa, nestes registros estão todo o entendimento de mundo daquele ser singular, se olharmos com mais precisão veremos algo extraordinário. (HONORATO, 2011).

Somente podemos ver todo o esplendor destes registros se de fato compreendemos a criança e o seu desenvolvimento global, se compreendemos que nesta faixa etária através da arte podemos ler aquela criança em toda sua magnitude singular. (HONORATO, 1975).

Segundo Lowenfeld (1977) é possível notar que o desenho já faz parte do desenvolvimento de crianças pequenas, neles pode-se observar que há uma representação de padrões, o que sugere o envolvimento total da criança nestas ações.

Ainda segundo os autores, quando a criança desenvolve padrões rígidos em seu raciocínio, o simples fato da necessidade de flexibilização poderá ocasionar dificuldades na adaptação a novas circunstâncias, ou, seja quando solicitamos que a criança construa um desenho de forma livre em que ela poderá expor toda a sua percepção de mundo, é fato que ela irá negar a realizar a atividade, pois foi condicionada sempre por um adulto a fazer repetições estereotipadas, não só a área artística. Sabemos que na primeira infância a criança apresenta ações repetitivas, estas ações são

espontâneas e tem por finalidade assegurar o domínio sobre elas; há de observar que na repetição estereotipadas não ocorre nenhuma mudança; ao desenhar várias bonecas elas terão diferenças entre uma e outra, pode aparecer sentada deitada, em pé, em movimento. Quando estas repetições se tornam estereotipadas, sem envolvimento, sem algum sentido, deve-se estar alerta para que tal ações não se tornem uma forma de fugir de novas vivências e experiências. (HUZINGA, 1996).

Para Barbosa (1982) acrescenta que na criança que demonstra o gosto pelos livros com figuras para colorir, leva a fuga para não enfrentar novas experiências, já que a sua liberdade é podada no momento em que seguem o padrão predeterminado, e, também quando a criança copia um desenho ela poderá sentir satisfação, mas meramente representa algo fora do seu contexto, sem nenhum desenvolvimento, é algo criado fora dela, e onde ela não está incluída quando afirmam que: uma criança que goste de copiar desenhos poderá obter satisfação individual nessa ocupação; esta alegria está pautada no sentir seguro e também do medo em se colocar em novas situações. A criança refugia-se num estado de espírito passivo que é indesejável. (LOWENFELD, 1977).

A criança que coloca a sua liberdade em prática consegue ter uma participação efetiva da construção de suas obras dentro de seus desenhos, não apenas nos rabiscos, cores e formas, mas torna-se uma ação grandiosa de enorme significância não apenas para ela mesma, não apresentando importância caso ocorra alguma desaprovação ou erro, assim com esta despreensão o progresso emocional será construído sadiamente. (PIAGET, 1975).

O que Sacks (1995) nos revela é que a criança coloca no seu desenho o seu íntimo onde estão guardadas as suas vivências; e como isso é algo seu, particular, da sua propriedade, ela a expõe da maneira que assim o desejar sem seguir nenhuma regra predeterminada, esse controle proporciona-lhe o transpor as suas etapas de desenvolvimento. Diante do que o autor afirma, podemos dizer que o desenho nada mais é que a concretização do pensamento da criança, mais precisamente da sua emoção, e através do desenho é possível verificar a emoção associado ao desenho, quanto maior o seu envolvimento maior será a sua emoção em relação a sua produção.

Ao longo do desenvolvimento infantil as percepções de mundo vão sendo construídas e aprimoradas, pode ocorrer dificuldade em perpassar os limites de cada fase demonstrando pouca maturação intelectual, ao distanciar-se da idade cronológica, a criança deve representar um desenho diferenciado para os demais de faixa etária diversa, ou seja, uma criança de sete anos tem mais maturidade do que aquela que possui cinco anos, mas se estiverem sempre acompanhadas em suas representações terão as mesmas oportunidades e possibilidades de desenvolvimento cognitivo em suas experiências. (BARBOSA, 1982).

O desenvolvimento infantil necessita de todos os sentidos bem apropriados pela criança para que se possa ter êxito na longa jornada do crescimento, experiências e vivências sensoriais são de extrema importância neste momento, as percepções visuais são essenciais para a áreas artísticas, através destas percepções observa-se o reconhecimento das cores, para posteriormente conseguir a estimulação na variação das cores com a interferência da luz e de condições atmosféricas. (RICHTER, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na rotina escolar o espaço da realidade não ocupa o mesmo espaço do prazer, o imaginário não conhece o tempo cronológico nem os cerceamentos do real. O prazer da arte está relacionado ao prazer do jogo. A plasticidade das tintas determina a resistência do corpo, ditando a maneira de agir sob os movimentos gestuais, curto, longo, fraco, forte, contido ou amplo.

A forma como manuseamos o pincel determina como nascerá uma pintura, a forma que pilotamos os movimentos. Nesta faixa etária as vivências que oportunizam o transitar em variadas linguagens, o agir, o representar serão de extrema importância para o pleno desenvolvimento global. É preciso oportunizar a manipulação e exploração dos materiais visando o prazer e a satisfação da intenção.

Pintar, desenhar, criar plasticamente possibilita a construção de ações corporais e materiais de suas vivências e experiências individuais e coletivas. É buscar estratégias de resoluções singulares na própria singularidade do meio simbólico. É quando mexe, age e remexe nas coisas, experimenta e modifica-se que conhecem melhor. Entendemos experimentação, não como simples manipulação de materiais, mas antes de tudo como um desafio provocado pela própria simbolização.

Experiência supõe processo de interpretação, de autoria. O sujeito é provocado pelo simbólico, desafiado em suas possibilidades de criar e atribuir significações. Criar é sempre complexificar, coordenar, combinar de forma nova a partir de uma provocação. É preciso oportunizar a manipulação e exploração dos materiais visando o prazer e a satisfação da intenção. Pintar, desenhar, criar plasticamente possibilita a construção de ações corporais e materiais de suas vivências e experiências individuais e coletivas.

A plasticidade das tintas determina a resistência do corpo, ditando a maneira de agir sob os movimentos gestuais, curto, longo, fraco, forte, contido ou amplo. A forma como manuseamos o pincel determina como nascerá uma pintura, a forma que pilotamos os movimentos. Nesta faixa etária as vivências que oportunizam o transitar em variadas linguagens, o agir, o representar serão de extrema importância para o pleno desenvolvimento global.

Ao final desta pesquisa fica evidente que é possível fazer arte na educação infantil perpassando todos os estereótipos e limitações já tão conhecidos na prática pedagógica diária. Considerar a criança como criadora de suas vivências é o ponto de partida para que se possa oportunizar experiências reais e significativas no que tange a arte. Arte não é somente desenhos livres, tintura no papel, amassar bolinhas ou tantas outras atividades mecanicistas tão comuns na rotina escolar infantil, é possível educadores que atuam nesta faixa etária transcenderem os muros das limitações, cópias e sequências sem significado real ao indivíduo singular a sua frente. Construir junto a criança experiências artísticas que lhe permitem registrar sua vida, seu mundo, seu entendimento de mundo é fundamental e algo muito rico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. **Recorte e colagem**. São Paulo: Cortez, 1982.

CUNHA, Susana Rangel Vieira. **As artes no universo infantil**. São Paulo: Mediação Editora, 2011.

JASON, H.W.; JASON, Anthony F. **Iniciação a história da arte**. São Paulo: Martins Fones, 1975.

HONORATO, Cayo. **A formação do artista: conjunções e disfunções entre a arte e educação**. 2011. Tese de Doutorado – Universidade De São Paulo: São Paulo, 2011.

HUZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1996.

LOWENFELD, Viktor. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RICHTER, Sandra. **Criança e pintura**. São Paulo: Mediação Editora, 2011.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal da Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Percursos e aprendizagens: um olhar para o desenho – A Rede em rede: a formação continuada na educação infantil**. São Paulo: SME/DOT, 2011.

AUTISMO E SUA AMPLIAÇÃO EDUCACIONAL



ELLEN CRISTINA DA SILVA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade FAENAC Faculdade Editora Nacional (2007); Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Campos Elíseos (2016); Especialista em “A arte de contar Histórias” pela Faculdade Conectada FACONNET (2024); Professora de Educação Infantil CEU CEI São Mateus.

RESUMO

O autismo e demais transtornos do desenvolvimento estão sendo cada vez mais discutidos na área da Educação. Seja pela questão da inclusão ou pela preocupação com a formação profissional, a Educação Infantil se torna a primeira etapa a ser enfrentada pela criança com o diagnóstico comprovado de tais transtornos. E tem como objetivo, compreender a inclusão escolar, quando o aluno é inserido no ensino regular da Educação Infantil. Percebe-se que muitos educadores pouco conhecem sobre o autismo, não sabendo lidar com as situações presentes para incluir o aluno, muitos até sentem dificuldades, mesmo buscando métodos pedagógicos para lidar com as situações. No caso da inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar regular, a inclusão se tornou, de certa forma, um acolhimento e a entrada destas pessoas na sociedade. No sistema de ensino escolar, com o propósito de socialização dos mesmos e da eliminação de preconceitos sofridos há tempos, até mesmo as leis que regem o país sofrem alterações.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Pessoas; Necessidades Especiais; Educação; Autismo.

INTRODUÇÃO

É com a inserção das pessoas com deficiência nas escolas, que a sociedade dá o primeiro passo para a eliminação de repulsas e hostilidades diante destas situações. Não olhar ninguém com pena ou aversão é um dos primeiros passos para uma inclusão escolar de sucesso, pois a exclusão se manifesta de várias formas, até mesmo de formas cruéis. Mas isso só ocorrerá com a convivência e o entendimento das demais figuras da sociedade diante desta situação. O papel da inclusão é dar autonomia e melhores condições de aprendizagem para as pessoas com deficiência.

Hoje a escola é um espaço onde se constroem relações humanas, sendo assim, a afetividade possibilita a prática do respeito mútuo. O bom relacionamento do professor com o aluno é necessário para o desenvolvimento das relações pessoais, por conseguinte, a afetividade é um fator de inclusão escolar.

No conceito de inclusão escolar os alunos deficientes deveriam ter direito ao acesso e à permanência no sistema escolar, a preocupação visava somente os deficientes muitos alunos ainda continuavam excluídos dentro do sistema educacional. Possuir uma legislação específica para esse atendimento educacional especializado não se torna suficiente quando pensamos na diversidade e na realidade das escolas atualmente. Uma mudança de concepção para uma educação inclusiva e a garantia de inclusão e sucesso educacional de todas as crianças, sejam elas deficientes ou não, traz alguns avanços significativos no processo de ensino-aprendizagem.

A exclusão escolar não se refere apenas aos deficientes e sim a todos aqueles que não ingressam na escola ou que não conseguem nela permanecer e nem tampouco apropriar-se dos conhecimentos ali oferecidos. Quando pensamos em educação inclusiva, as formas de atendimento devem unir serviços e apoios especializados que servirão para todos os alunos.

ENTENDENDO AS DIFERENÇAS HUMANAS

A educação infantil é um ótimo começo na inserção deste aluno na escola. É lá que a criança deverá ser acolhida de forma carinhosa e respeitosa para que tanto ela, como sua família e a própria escola criem laços de confiança e companheirismo em prol do mesmo objetivo. Que fique claro que a inclusão não é só necessária para a criança com deficiência. Para as outras crianças e/ou pessoas da comunidade escolar também é muito importante este desafio, já que é através deste convívio que os preconceitos e obstáculos são sanados:

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum (MORIÑA, 2010, p. 17).

Desta forma, vê-se que, por meio da integração escolar, o estudante tem acesso às escolas regulares por diversos caminhos como por exemplo sua matrícula em salas de aula comum/regular ou ainda em escolas especiais, preparadas para tal atendimento o mesmo autor ainda declara que:

Ao falar sobre a inclusão, Rodrigues (2006) a explica da seguinte forma: Já a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, como também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceções, devem frequentar as salas de aula do ensino regular (RODRIGUES, 2006, p. 196).

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego é encontrado até mesmo para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer, residências para deficientes (MANTOAN, 2006, p. 14-15).

Segundo Mantoan (2003, p. 26),

“a inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Cada indivíduo é uma soma de vivências, trajetórias, experiências e conjunturas e as pessoas com deficiência não são diferentes.”

Trazem bagagens emocional e racional e as utiliza para traçar novas metas e caminhos. Não se pode ignorar e nem ao menos menosprezá-las, pois devem ser tratadas de forma igualitária, pois este é o principal objetivo da inclusão destas pessoas na escola e na sociedade. A inclusão, sendo assim, começa em nosso dia a dia, quando oferecemos respeito, consideração e o direito de elas terem as mesmas oportunidades que todos, não subestimando sua inteligência e nem as vendo como incapazes (MANTOAN, 2003).

Sendo assim, as escolas devem estar preparadas para receber este aluno com deficiência, atendendo a regulamentação de acessibilidade e com espaços diferenciados para que este aluno tenha aulas complementares e/ou diferenciadas se for o caso e participe ativamente de todas as atividades possíveis e diversificadas na escola. Alunos com deficiências sejam elas mental, física, visual, intelectual, auditiva e múltipla devem ser matriculados e terem acesso a todos os recursos possíveis (BRASIL, 1997).

A tecnologia assistiva, termo utilizado para identificar os recursos utilizados para as pessoas com deficiência, promovem e ampliam as habilidades funcionais destas pessoas. São práticas, serviços, recursos e produtos que auxiliam em todo o processo ensino-aprendizagem e definem uma estratégia para o docente seguir. Estes recursos e serviços têm uma infinidade de funcionalidades, pois a variedade e multiplicidade de deficiências são incontáveis, pois, uma criança autista, por exemplo, não terá as mesmas dificuldades que outra criança com o autismo (ARANHA, 2000).

O professor, portanto, deixa de ser a peça central no processo ensino-aprendizagem e é o aluno que através do estímulo de tudo e todos que passa a ser a principal ferramenta para que o processo seja positivo. Através desta compreensão é possível concluir que o educando “não tem que ser incluído, se há inclusão escolar, ele pertence naturalmente à escola” (ARANHA, 2000, p. 8).

É claro que não podemos exigir que o docente realize todo o trabalho sozinho e apenas dentro da sala de aula. O envolvimento de gestores, outros docentes, funcionários, os outros alunos e a família da criança tem que ser imprescindíveis na adaptação destes indivíduos dentro da escola. Inclusive nas aulas fora da sala, na quadra da escola, em aulas de educação física, por exemplo, onde a coordenação motora, companheirismo, sentimento de equipe são só alguns dos benefícios dessa convivência. E se a equipe escolar estiver focada e empenhada, as deficiências serão apenas um detalhe nas pequenas e grandiosas conquistas diárias destes seres humanos (PIAGET, 1984).

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUIDADE

A legislação brasileira indica que o atendimento educacional dos deficientes deve acontecer nas redes regulares de ensino, e em casos específicos em escolas especiais, a legislação deixa claro que o atendimento deve ocorrer de maneira preferencial na rede regular e somente nos casos que forem inviáveis, garantir um atendimento em outro tipo de instituição. A preocupação em garantir os direitos para o atendimento do deficiente torna-se mais efetiva a partir da Constituição Federal (1988) quando promulga que o atendimento educacional especializado à estas pessoas devem ser realizadas preferencialmente na rede regular de ensino.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001) mencionam o grande desafio que é imposto à educação, ou seja, os sistemas de ensino devem organizar-se para dar respostas às necessidades educacionais de todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, fundamentando-se nos princípios que buscam a preservação da dignidade humana, da identidade e do exercício da cidadania:

É preciso abrir caminhos para sermos capazes de incorporar as diferenças biopsicossociais em nossas vidas como uma das múltiplas marcas ou manifestações do humano, e isso começa na Educação Infantil. Mas a discussão sobre a deficiência, seu conhecimento, a reflexão sobre a relação da sociedade e dos sujeitos não pode acontecer apenas quando há, efetivamente, a presença de alguém com deficiência. Este é um tema de direitos humanos que deve ter presença em todas as escolas (SÃO PAULO, 2019, p. 55-56).

O Plano Nacional de Educação e a Proposta da Política Inclusiva de Ensino (2001) concebe a educação escolar como um instrumento fundamental para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político de um país e de seu povo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996) caracteriza a educação especial como modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino. Quando necessário serão utilizados serviços de apoio especializado, na escola regular e o atendimento será realizado em classes especiais quando não for possível a integração nas classes comuns:

O conceito de desenho universal para a aprendizagem desde a infância se alinha à ideia de educação inclusiva no sentido das deficiências, por ser capaz de criar coletivamente oportunidades equitativas de aprendizagem e ambientes educacionais interativos, os quais, sendo diferentes, igualam as oportunidades. Interpõe-se então um fundamento básico de que o desenvolvimento humano está relacionado com funções aprendidas nas relações sociais: dependemos do outro para compreender os seus significados (SÃO PAULO, 2019, p. 53).

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso e permanência na escola implica na apropriação do saber e das oportunidades educacionais que lhes são oferecidas. A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

No entanto poucas eram as experiências inovadoras desde o século XVI, o cuidado foi puramente no sentido de proteger e a institucionalização foi a principal resposta social para tratamento

dos considerados desviantes. Sendo está uma fase de isolamento, justificada pela crença de que pessoas diferentes seriam mais bem cuidadas e protegidas se confinadas, também para proteger a sociedade dos “anormais”.

Segundo documentos oficiais (2019):

As Unidades Escolares comprometidas com a educação no sentido da igualdade e da equidade vivem o desafio de enfrentar essa situação procurando modos de abordar e construir respostas. Durante muitos anos, a abordagem mais usual aos temas relativos à diferença e à diversidade foi a de não reconhecer os processos de exclusão social. Assim, as pessoas que viviam essas situações acreditavam que isso deveria ser um “problema” pessoal (SÃO PAULO, 2019, p. 32-33).

As atitudes sociais classificavam e separavam as pessoas, fortes e fracos, competentes e incompetentes, rápidos e lentos ou capazes e incapazes. Na história da educação as noções a respeito da deficiência eram ligadas ao misticismo e ao ocultismo, sem bases científicas que trouxessem noções reais de quem eram os deficientes. Na Antiguidade Clássica, as pessoas com deficiência eram eliminadas, abandonadas ou confinadas. No Egito a deficiência era vinculada à ideia de maus espíritos e a pecados. Na Grécia era considerada um castigo ou vingança dos deuses e em Roma como impureza ou pecado do deficiente ou de seus pais:

A IMPORTÂNCIA DO COMBATE AO BULLYING NO SISTEMA EDUCACIONAL

Os indivíduos apresentam diversificadas características comportamentais que influenciam as suas ações na sociedade. A nossa formação enquanto pessoa ocorre por meio dos conhecimentos que adquirimos no convívio com outros atores sociais. Nesta concepção de Santos (2008, p.18) refletir sobre inclusão parte do entendimento de que a inclusão é a ideia que todas as crianças, sem exceção, têm direito à educação juntamente com outras crianças em um mesmo ambiente escolar, sem que a instituição queira requisitos para o acesso, sem a seleção dos alunos, mas, que seja uma escola com garantias ao acesso e a estadia de todos os membros.

Dessa maneira, alunos advindos dos mais diferentes ambientes, com culturas e formas de vida diferenciadas, necessitam ser acolhidos, respeitados e educados da mesma maneira, sem nenhuma distinção. Para Pabis e Martins (2014, p. 10) é possível encontrar numa mesma turma, alunos vindos dos mais variados grupos sociais, com diferentes níveis econômicos pertencentes a diversas etnias, e até aqueles cujas famílias fizeram parte dos movimentos que estimulam no Brasil após redemocratização do país.

Na concepção de Gadotti (1992, p. 21),

“A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de suas crianças para o entendimento de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo muito mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista”.

O Parecer n. 017/2001 do Conselho Nacional de Educação reconhece que, A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade

reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional (BRASIL, 2001, p.11).

Dessa forma, a escola é um espaço onde se concentra muitos jovens em desenvolvimento da construção de identidade, ou seja, é um local propício para que possamos diminuir a discriminação e as diversas formas preconceituosas. Para alcançar a aprendizagem para todos os indivíduos, a educação de inclusão necessita estar engajada em um sistema responsável, permitindo que desencadeiam sentimentos de respeito aos ditos diferentes, sendo solidários e participantes. Segundo Mantoan (1997):

Por outro lado, esses estudos exigem da escola novos procedimentos de ensino e aprendizagem, concebidos a partir de uma mudança de atitudes dos professores e da própria instituição, reduzindo todo o conservadorismo de suas práticas, em direção de uma educação verdadeiramente interessada em atender às necessidades que, ora mais, ora menos, todos os aprendizes demonstram. Esse esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino fundamental tem como consequência natural a inclusão escolar e garante o cumprimento do princípio democrático de “educação para todos”, que só se concretiza nos sistemas educacionais especializados em todos os alunos e não apenas em alguns deles, os deficientes (MANTOAN, 1997, p.116).

Nesse sentido, romper obstáculos e aceitar o novo é um desafio enorme que requer muita disposição. Por isso, às vezes é mais cômodo para nós, culparmos os indivíduos que são considerados diferentes para que elas se adequem à sociedade, e se esforcem para serem iguais a outras. Isto é, sejam “normais” e desenvolvam um comportamento e ações que se encaixem no que se define como correto, como a verdade (MANTOAN, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tanta diversidade em sala de aula, não é mais aceitável colocar a “culpa” na formação profissional. O profissional precisa buscar o que necessita e se atualizar constantemente, pois a formação continuada enriquece não só sua prática, mas sua vida de forma geral. Os cursos de Pedagogia precisam trabalhar não só com discussões e adaptações curriculares condizentes com a realidade das escolas, mas sim, fazer com que os estudantes compreendam que a diversidade da inclusão (seja ela de qual grau for) precisa ser discutida, compreendida e atendida da melhor forma, pois o professor é o grande responsável pela convivência e permanência dessas crianças nas escolas.

A pessoa com autismo requer atenção, carinho, para tenha uma relação significativa e que seja estabelecida com quem se aproxima. Somos nós que temos que nos adaptar ao seu mundo e a sua linguagem, aprendendo com eles o quanto é especial o mundo em que eles vivem. E por fim, as práticas pedagógicas devem ser constantemente avaliadas, para que possam ser definidas a partir do aprendizado de cada um, considerando suas especificidades. É preciso pensar em escolas de Educação Infantil que amem as crianças acima de suas diferenças e necessidades e que as encorajem a ficar, desenvolver, crescer e aprender:

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil.**

FIGUEIREDO, R. V. **Incluir não é inserir, mas interagir e contribuir.** Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 2, 2010, p. 32-38.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila - **Inclusão escolar: O desafio de uma educação para todos?** - Ijuí – RS, 2012.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2006.

MORIÑA, A. **Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva.** Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 5, n. 1, 2010, p. 16-25.

RAMOS, M. B. J.; FARIA, E. T. **Aprender e ensinar: diferentes olhares e práticas.** Porto Alegre: PUCRS, 2011.

RODRIGUES, David. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** São Paulo: Summus, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva** / Edilene Aparecida Ropoli et.al. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília: Ministério da Educação, p. 19-23. Out/2005.

DESAFIOS DA GESTÃO EM SALA DE AULA E A CONSTRUÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM



HELENA XAVIER SOARES

Mestre em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista - Unesp Rio Claro (1997); Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro -Unisa (2016); Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar São Carlos (2022); Professora de Ensino Fundamental II - Ciências - na EMEF Dep. Cyro Albuquerque e Professora de Educação Infantil no CEI CEU Casablanca.

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da gestão da sala de aula e o estabelecimento de procedimentos, regras e rotinas para fazer com que ocorra uma maior interação e participação dos alunos durante as aulas de forma que eles se responsabilizem pelos seus comportamentos e se tornem sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem. A organização do espaço físico é fundamental para a realização de tarefas em grupo, o que contribui para melhorar o nível de participação dos alunos, bem como o estabelecimento de procedimentos, regras e rotinas que gerem maior segurança, evitando mal-entendidos e promovendo ganho de tempo de aula. Desta forma, o professor amplia a participação dos alunos e faz com que todos os envolvidos ajudem na construção de uma comunidade de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de sala de aula; Regras e rotinas; Aprendizagens significativas; Comunidade de aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ensino e educação são conceitos diferentes. Segundo Moran (2013) o ensino é parte da educação formal onde são adquiridos conhecimentos específicos (matemática, história, português etc.), construídos por meio de uma série de atividades didáticas organizadas. Já, a educação, deve promover a integração destes conhecimentos à valores adquiridos ao longo da vida, não apenas na escola, mas também através das próprias experiências individuais, das atitudes e ensinamentos dos pais, da leitura, na conversa com os amigos e em tudo que os cerca de forma a construir um cidadão mais consciente e completo, sem preconceitos, e capaz de usar esses conhecimentos para

a construção de uma sociedade melhor.

Educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos (MORAN et. al., 2000, p.176).

Neste contexto, professores exercem um papel fundamental na mediação de situações de ensino através da implementação de práticas que promovam a construção de novos saberes e valorizem os conhecimentos dos próprios alunos de forma que as informações se transformem e gere novas aprendizagens.

Segundo Paulo Freire (1979) *“Ensinar não é apenas transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”*. Desta forma, é preciso que os professores estejam sempre atentos as diferentes linguagens para que consigam criar oportunidades de ensino que transcendam a sala de aula permitindo que seus alunos se tornem sujeitos ativos no processo de ensino-aprendizagem.

Lecionar no ensino básico é um desafio e uma responsabilidade ainda maior uma vez que se trata de uma geração que vive mergulhada em um mundo, repleto de novidades, de novas tecnologias, novos programas e atrações. Assim, para que os professores tenham sucesso e motivem seus alunos para aprender, primeiramente, é necessário criar um ambiente atencioso, seguro e ordenado que promova aprendizagens significativas e, ao mesmo tempo, estimule o crescimento emocional e social dos estudantes através da construção de relacionamentos produtivos entre professores e alunos e entre os próprios alunos.

Weinstein & Novodvorsky (2015) propõe 5 princípios para uma gestão eficiente de sala de aula: a) o domínio bem-sucedido da sala de aula promove autocontrole; b) a maior parte dos problemas de indisciplina pode ser evitada se os professores estimularem relações professor-aluno positivas, implantarem ensino atraente e empregarem boas estratégias de controle preventivo; c) a necessidade de ordem não deve se sobrepor à necessidade de ensino significativo; d) os professores devem ser “gestores de sala de aula culturalmente sensíveis”; e) tornar-se um eficiente gestor da sala de aula exige reflexão, trabalho duro e tempo.

COMO CRIAR UM AMBIENTE EFICAZ DE ENSINO E CONSTRUIR UMA COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

Um dos aspectos mais importantes quando o professor faz seu planejamento de aula e das atividades que serão desenvolvidas em sala está relacionada a organização do ambiente físico uma vez que esta organização pode afetar de forma decisiva a concretização dos objetivos de aprendizagem. O arranjo de sala afeta não só a interação entre os alunos, mas sobretudo no modo como os professores e os estudantes se sentem, pensam e se comportam. Segundo Steele (1973, apud WEINSTEIN & NOVODVORSKY, 2015) o ambiente de aula deve promover o contato social, oferecer segurança (física e psicológica) e abrigo, permitir identificação simbólica, promover instrumentalidade de tarefas e prazer.

Assim, para que uma sala de aula promova aprendizagens de seus alunos e que seja ao

mesmo tempo eficaz, acolhedora e equitativa é necessário que o professor: a) organize os assentos para que os estudantes tenham uma clara visão durante aulas expositivas e que permita o rearranjo das carteiras quando necessário; b) posicione a mesa do professor (centro ou canto) de acordo com o tipo de atividade que irá realizar de forma a promover a interação professor/aluno(s); c) deixe áreas livres para permitir a circulação (caminhos para apontar lápis, acesso aos materiais) e evitar congestionamentos; d) disponibilize os materiais usados com mais frequência em locais acessíveis da sala (livros, dicionários, cadernos de atividades, folhas de sulfite/almaço etc.); e) organize e identifique as prateleiras e outras áreas onde são guardados os materiais/equipamentos para fácil acesso.

Ao planejar o ambiente físico é importante pensar também se existe algum aluno com necessidades especiais que precise de alguma modificação no ambiente e se terá necessidade de assento ou espaço extra para ser utilizado por outro professor ou auxiliar de sala.

Em escolas com salas ambiente (uma sala para cada disciplina) onde os alunos mudam de sala a cada aula, a organização das carteiras poderá ser fixa para atender as necessidades do trabalho em grupo que está sendo desenvolvido na disciplina, o que não ocorre em salas onde são ministradas diferentes disciplinas e os alunos permanecem fixos ao longo de todo o período. Nestes casos, é recomendado manter a organização das carteiras em fileiras únicas de forma que, quando necessário, o professor consiga organizar fileiras duplas ou montar grupos com 4 carteiras.

A localização da mesa do professor deve permitir a livre circulação dos alunos/professor e, ao mesmo tempo, facilitar o acompanhamento dos grupos. Desta forma, a mesa do professor poderá ficar em um dos cantos da sala, o que melhora a circulação ou, no centro, quando houver a necessidade de um atendimento mais próximo dos grupos. Espaços para mesas de apoio para organizar materiais coletivos também devem ser pensados, principalmente quando a sala não dispõe de armários com esta finalidade.

Para garantir que estas salas sejam ambientes eficazes para aprendizagem é fundamental que o professor explique, logo nas primeiras semanas de aula, como os alunos deverão organizar as fileiras duplas ou montar os grupos com quatro carteiras. Assim, eles saberão o que fazer quando for aula individual, atividades em duplas ou em grupos. Eleger alguns alunos para auxiliar o professor nesta organização pode facilitar este trabalho além de contribuir para que eles participem ativamente na construção desta comunidade de aprendizagem.

EXPECTATIVAS, REGRAS, ROTINAS E PROCEDIMENTOS EM SALA DE AULA

A maioria dos professores acredita que seus alunos já sabem o que fazer e como devem se comportar adequadamente no ambiente escolar. Entretanto, para que seja criada uma sala de aula produtiva, focada no ensino-aprendizagem, é importante estabelecer normas, regras e rotinas que gere uma maior segurança, evite mal-entendidos e a perda de tempo de aula. Baseado nas experiências relatadas por Rogers (2008), os professores devem capacitar seus alunos a reconhecer/ser responsável por seu comportamento, respeitar os direitos, os sentimentos e as necessidades

dos outros e construir relações funcionais positivas.

Ao pensar no planejamento de regras de sala de aula, Weinstein & Novodvorsky (2015) sugere quatro princípios que devem ser utilizados para reflexão: a) estas regras são razoáveis e necessárias; b) são claras e compreensíveis; c) são consistentes com objetivos educacionais e com o que sabemos sobre como as pessoas aprendem; d) as regras da sala de aula são coerentes com as regras da escola.

Assim, seguindo estes princípios, algumas regras podem ser adotadas pelos professores em início das aulas:

1 – Respeite os horários das aulas (na entrada, nos intervalos e nas trocas de sala): chegue sempre no horário.
2 – Guarde seu celular na mochila: não será permitido o uso de celular durante a aula, salvo sob a permissão da professora.
3 – Ao chegar na sala, sente em seus lugares: não fique andando pela sala após o início da aula.
4 - Organize seu material de trabalho em sua carteira (lápiz, borracha, caneta, caderno e o livro da matéria).
5 – Não pegar material de nenhum colega sem autorização: quando achar algo que não é seu, entregue para a professora.
6 - Deixe sua mochila próxima a sua carteira/cadeira para não atrapalhar a circulação.
7 – Trate a todos (alunos e professor) com respeito: não falar palavrões, não gritar, não ofender.
8 – Faça todas as tarefas no tempo estipulado e com o máximo de capricho;
9 – Respeite a fala do professor e dos colegas: sempre levante a mão e espere ser chamado para ser ouvido.
10 – Jogar o lixo no lixo ao término da aula.

Para estabelecer e garantir que estas e outras regras sejam seguidas por todos ao longo do ano é importante, já no primeiro encontro com cada turma, explicar quais são as regras da sala e, também, as normas gerais da escola, de forma muito clara e explícita. Cada aluno deve receber uma cópia das regras e, o professor, deve explicar através de exemplos cada uma delas e suas consequências caso não cumpridas.

É muito importante o apoio das famílias no que se refere à disciplina. Por isso, o ideal é conversar sobre as normas e as regras no início do semestre para que eles entendam seus objetivos e se responsabilizem em relação à disciplina. Quando necessário o coordenador, ou mesmo o professor, poderá ligar para os responsáveis, explicando situações específicas. Além de outros benefícios, a aproximação com as famílias permite ao professor conhecer a situação doméstica de um aluno, o que ajuda a entender o seu comportamento em sala de aula (WEINSTEIN & NOVOD-

VORSKY, 2015).

O estabelecimento de normas e procedimentos são bem-vindos. Baseando-se nas orientações de Weinstein & Novodvorsky (2015), seguem algumas sugestões:

Para obter uma aprendizagem e uma participação mais eficazes
Durante correções de exercícios/atividades, pedir para alguns alunos anotarem suas respostas na lousa e discutir com toda a turma a correção, perguntando se alguém escreveu algo diferente. A partir das respostas, corrigir junto com os alunos.
Para iniciar e encerrar a aula
Em todo início de aula, colocar de forma clara as instruções da aula no quadro e, posteriormente, explicar o que irão fazer ao longo da aula; para encerramento pedir que guardem seus materiais e orientá-los que terminem a atividade em casa, quando for o caso.
Normas e procedimentos para participação e debates
O aluno deverá levantar a mão e esperar ser chamado para ser ouvido. Marcar os nomes dos alunos que são chamados a cada aula para que, em aulas posteriores, sejam chamados outros que não participaram.
Para os alunos entrarem e saírem da sala de aula
O aluno só poderá entrar ou sair da sala, durante o horário da aula, com a autorização da professora. O professor deverá avaliar cada caso específico e, em caso recorrente, comunicar a direção.
Políticas para a lição de casa e tarefas atrasadas
O aluno deverá entregar/mostrar a lição de casa na aula seguinte. Após esta data, valerá a metade da pontuação.
Banheiro, jogar lixo etc.
Na primeira aula e na aula imediatamente após o intervalo não serão permitidas saídas ao banheiro. Nas demais aulas, o professor irá avaliar caso a caso, mas irá orientá-los que evitem saídas desnecessárias para não atrapalhar as atividades; com relação ao lixo, avisar e orientar que os alunos deverão jogar o lixo ao final da aula.

Não basta ter regras e rotinas para evitar o mau comportamento. É preciso que o professor faça com que estas regras sejam cumpridas. Para tanto, é importante utilizar estratégias para lidar com o mau comportamento. Abaixo estão relacionadas algumas técnicas, propostas por Weinstein & Novodvorsky (2015), para lidar com comportamento leve ou grave:

Técnicas para lidar com o mau comportamento
Mau comportamento leve
Intervenções não verbais (contato visual, sinais de mão, se mover na direção do aluno)
Intervenção verbal não direta (falar o nome do aluno, chamar o aluno para participar, usar humor gentil, etc).
Intervenção verbal direta (chame o aluno pelo nome, lembre o aluno sobre a regra, ofereça a escolha entre comportar-se de forma adequada ou levar penalidade, etc).
Não intervenção deliberada (se o comportamento for leve)
Mau comportamento grave
Reuniões privadas após a aula ou durante um tempo livre
Perda de privilégios (exemplos trabalhar com um amigo, escolher o grupo de trabalho)
Isolamento do grupo dentro da sala
Retirada da turma (podem ser encaminhados à diretoria)
Detenção escolar regular (em casos de violações rotineiras)
Reflexões escritas
Contatar os pais (mau comportamento persistente)

Fonte: WEINSTEIN & NOVODVORSKY (2015)

Gritar com os alunos, humilhá-los diante de toda a sala, insinuar que tem uma família desestruturada, atacar sua personalidade são maneiras inaceitáveis para lidar com mau comportamento. Existem situações que fogem do controle e que, muitas vezes, reagimos de maneira impulsiva. Nestes casos, a melhor saída é se acalmar e adiar a discussão. Falar ao final da aula, impor penalidades em particular e de forma silenciosa são algumas das possibilidades de reagir a esses comportamentos inadequados. Para encorajar, restabelecer ou manter um relacionamento positivo com um aluno difícil é importante elogiar seu trabalho, dar uma “tapinha” nas costas quando ele faz algo positivo, se aproximar deste aluno procurando conversar com ele alguns minutos todos os dias etc. Segundo Rogers (2008), quando pensamos nas consequências para lidar com comportamentos inadequados, é importante que o professor faça algumas perguntas-chave: a) a consequência está relacionada, de alguma maneira, ao comportamento perturbador? b) a consequência é razoável em termos de “graus de seriedade?” c) nós mantemos o respeito intacto? d) o que o aluno aprende a partir da consequência?

O importante é que o professor saiba o que fazer quando o mau comportamento persistir. Segundo Weinstein & Novodvorsky (2015), existem alguns princípios para lidar com o mau comportamento. São eles: a) Preservar um ambiente de sala de aula seguro e solidário; b) Proteger o programa de ensino com o mínimo de interrupção; c) Considerar o contexto para decidir se, de fato, o comportamento em questão é ou não inadequado; d) Responder de maneira oportuna e precisa a problemas de comportamento; e) Selecionar uma estratégia disciplinar ao mau comportamento que você está tentando eliminar; f) Ser sensível a questões culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo discutiu alguns aspectos comportamentais que interferem na aprendizagem dos alunos e no modo como o professor pode contribuir para a construção de uma sala de aula produtiva e focada na aprendizagem. É fundamental que todo professor em início de ano elabore um plano de gestão que contemple as regras e a rotina das aulas principalmente quando pensamos em atividades em grupo, muito apreciadas pelos alunos e extremamente motivadoras, mas que são diretamente afetadas pela indisciplina e comportamentos inadequados.

Organizar o espaço físico, usar técnicas para evitar comportamentos inadequados e a adequação na maneira de se comunicar com alunos e responsáveis são alguns dos desafios que devem ser analisados quando elaboramos um plano de gestão visando não só a aprendizagem significativa, mas que também contribua para o crescimento emocional e social dos alunos.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso; BEHRENS, Marilda. Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 6.ed. Campinas (SP): Editora Papyrus, 2000, 176p.

MORAN, J.M. **A educação que desejamos – Novos desafios e como chegar lá**. Campinas (SP): Editora Papyrus, 2013, 174p.

ROGERS, Bill. **Gestão de Relacionamento e comportamento em sala de aula**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008, 256p.

WEINSTEIN, Carol Simon; NOVODVORSKY, Ingrid. **Gestão da sala de aula: lições da pesquisa e da prática para trabalhar com adolescentes**. Porto Alegre: Editora McGraw Hill Brasil, 2015, 392p.

A ARTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E CRIATIVO DAS CRIANÇAS



JOICE BOTELHO SILVA

Graduação em licenciatura Artes Visuais pela faculdade Mozarteum de São Paulo (2020); Graduação em Pedagogia na UNIABC, Universidade do Grande ABC (2013). Professora na rede municipal de São Paulo.

RESUMO

O objetivo deste artigo é sensibilizar para a importância da prática artística na educação integral das crianças, uma vez que este exercício facilita o desencadeamento do potencial expressivo e criativo das crianças, ao mesmo tempo que a desinibe e despoja de funções miméticas, comportamentos, integração individual e social e permite o seu desenvolvimento psicomotor. Na prossecução deste propósito, recomenda-se que a formação do professor de artes seja reconduzida à prática oficial do desenho, da pintura e da modelagem, entre outras possibilidades artísticas, para que o professor promova este tipo de exercício, e não apenas o pleno desenvolvimento do potencial de pensamento divergente ou intuitivo na infância, o que por sua vez permitirá soluções eficazes e rápidas para problemas emergentes, e por outro lado, dada a natureza desinibidora da prática artística, contribuirá para a concretização de uma experiência autêntica e ser harmonioso.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Integral; Integração; Prática Artística.

INTRODUÇÃO

Desde a chegada do invasor às terras abertas da América, os povos nativos sofreram violentamente uma mudança drástica na sua formação e desenvolvimento cultural. No que diz respeito ao Brasil, antes de mais, pela imposição de valores europeus, costumes, crenças, alimentação, habitação, tradições etc. da ciência pedagógica portuguesa, de cunho humanista, mas com imposições da cultura eurocêntrica e, por fim, dentro das diretrizes consumistas do capitalismo hegemônico, principalmente dos Estados Unidos da América no século XX. Poderia-se resumir que cada uma dessas formas de moldar o original nativo e depois do produto brasileiro da miscigenação indígena,

européia e africana, no momento essas variantes “pedagógicas” buscam desenvolver o potencial que todo ser humano possui como ser pensante e criativo. Pelo contrário, do falso critério de educar à imagem e semelhança do professor ou indivíduo exemplar de outras sociedades consideradas superiores, ou de que as culturas dominantes procuram sempre ser submissas e curvadas aos seus interesses, independentemente de serem de uma ordem física ou intelectual.

Conseqüentemente, estas variantes “educativas” dominantes, desde o seu início e ao longo do tempo até este início do século XXI em que vivemos, apenas visaram a formação de um ser mimético, robótico ou alienado que consome a produção cultural alheia. Além disso, mesmo desde a assunção do “estado docente”, o seu percurso formativo tem-se dado de forma complacente, dentro das orientações dos valores das culturas dominantes, atingindo a sua expressão máxima como o uso e consumo indiscriminado do meio de comunicação social, que, como expressa o proeminente pensador americano Noam Chomsky, são “ilusões necessárias” (Cogsweld, 1999).

O âmbito da formação do artista não está sujeito às flexibilizações impostas pelas culturas dominantes, imposições que seguimos com muita alegria sem qualquer tipo de vergonha, caso contrário, temos orgulho de nós mesmos, e quando um artista não se adapta às normas da cultura dominante com desprezo, é descrito como subdesenvolvido na “novidade artística do primeiro mundo”, responde ao grande desenvolvimento científico e técnico do mundo hegemônico, mas não à nossa realidade.

A FORMAÇÃO DOCENTE EM ARTES

As artes desempenham um papel fundamental em ajudar as crianças a não apenas compreender seu mundo, mas expressar esse conhecimento, à medida que dão sentido às suas experiências. As artes permitem que eles comuniquem seus pensamentos e sentimentos de várias maneiras.

A área de Arte que se está delineando neste documento visa a destacar os aspectos essenciais da criação e percepção estética dos alunos e o modo de tratar a apropriação de conteúdos imprescindíveis para a cultura do cidadão contemporâneo (BRASIL, MEC/SEF, 1998, p. 15).

As práticas artísticas na primeira infância encorajam as crianças a serem participantes ativos em seguir seus próprios rumos. A arte que estimula a tomada de riscos e a exploração é estimulada à medida que as crianças passam a compreender vários meios de arte e desenvolver habilidades ao lado de facilitar os adultos. A prática artística, como aprendizagem na primeira infância, nem sempre pode ser planejada, ela se desenvolve em ambientes ricos e espaços flexíveis que atendem a diferentes interesses e estilos de aprendizagem.

Crianças pequenas são vistas como seres sociais capazes, cujas aventuras na prática artística, embora muitas vezes consideradas imprevisíveis, são, no entanto, ricas e refletem destrezas cognitivas não reconhecidas.

As artes na educação são tipicamente associadas a habilidades não acadêmicas, como imaginação, criatividade e apreciação estética e muitas vezes não estão associadas a maneiras

diferentes e complexas de pensar e aprender; resolução de problemas, múltiplas perspectivas e diversas interpretações do conhecimento. As artes são uma ferramenta cultural para construir e articular entendimentos.

A arte, a criatividade e o jogo como aprendizagem na primeira infância correm o risco de ser relegados à margem à medida que o imperativo de 'empurrar para baixo' para a prontidão para a escola se intensifica nos espaços educacionais e nas expectativas da comunidade. E, no entanto, é através do envolvimento proposital e deliberado das crianças nas atividades artísticas que o apoio à "prontidão para a escola" pode ocorrer de maneiras mais profundas e significativas.

Investigar processos de aprender a configurar imagens através do desenho, a pintura, da modelagem e da construção de objetos na infância implica acolher a imprevisibilidade e o modo direto do movimento dos corpos no e com o mundo: o inusitado da admiração diante do poder de transformar materialidades e gestos enquanto transfiguração do visível. Transfiguração que engendra a alegria de fazer aparecer algo no ato mesmo das crianças aprenderem a instaurarem sentidos que dão sentido ao estar junto no mundo. (RICHTER, 2007, p.1)

Desde o desenvolvimento de habilidades iniciais de coordenação que levam à precisão necessária para escrever, até a promoção de empatia, relacionamentos e interações sociais, 'fazer música e dança e drama e artes visuais' oferece suporte a realizações educacionais mais amplas. O que devemos lembrar é que a importância das Artes é mais do que apenas o benefício instrumental, mas o gozo fundamental que acontece como resultado de qualquer envolvimento com as Artes.

No entanto, as artes não apenas cultivam a imaginação das crianças, para que se tornem pensadores mais flexíveis e criativos, mas também ajudam a desenvolver suas capacidades físicas, emocionais e mentais.

DESENVOLVIMENTO DAS POTENCIALIDADES PERCEPTIVAS HUMANAS

A espécie humana está sendo mais desenvolvida dentro do gênero animal, pois em sua evolução torna-se um ser verbal-pensante e simbólico, o que implica que esse ser racional também seja ativado física e socialmente, ao contrário do animal irracional, que utiliza apenas um receptor e sistema efetor, cujas funções não vão além da recepção de estímulos e sua resposta imediata ao consumo ou satisfação de uma necessidade fisiológica. O ser humano, desenvolveu na sua evolução uma cavidade orbital datada da maior parte do crânio, o que tem permitido ao cérebro desenvolver-se ao máximo do seu potencial perceptivo, como um processo psicológico complexo que permite a consciência das sensações sensíveis - visão, audição, tato etc. - dá realidade, conhecimento que se acumula ao longo do tempo, e que, juntamente com outras propriedades que o cérebro humano possui, se converte em ser. , simbólico, prático e eminentemente social.

Parece que é necessário que todo professor conheça um pouco sobre o funcionamento do cérebro, principalmente em relação às características funcionais de cada um dos hemisférios do corpo.

À medida que os adolescentes crescem, seus cérebros se desenvolvem de maneiras que parecem apoiar as formas cada vez mais complexas de pensar e se comportar que estão por trás de doar aos outros. E ser capaz de fazer contribuições significativas prevê uma melhor saúde psi-

cológica e física entre os jovens e os adultos. Acredita-se que é hora de se afastar de estereótipos desatualizados de adolescentes como apenas egoístas e arriscados perigosos e considerar como eles estão maduros para aprender sobre como contribuir para os outros e suas comunidades.

Se pensarmos na realidade concreta das escolas, de fato, no próprio ambiente, encontraremos diversidade cultural, de classes, e etnias. Partindo nesse ponto, uma importância de oportunizar aos alunos a vivência com o maior número de formas de artes, com utilização de diferentes matérias e modalidades artísticas (NASCIMENTO, 2013, p 7).

As escolas podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento da identidade dos adolescentes. Até o momento, as pesquisas sobre o papel da escola no desenvolvimento da identidade de adolescentes estão espalhadas por campos de pesquisa que empregam diferentes perspectivas teóricas sobre identidade.

O desenvolvimento da identidade é uma tarefa importante na adolescência. Supõe-se que os adolescentes se preocupem em desenvolver objetivos educacionais e profissionais, ao mesmo tempo em que formam uma imagem de quem são e desejam ser. Pesquisas anteriores indicam que uma identidade relativamente clara e estável torna as pessoas mais resilientes, reflexivas e autônomas na busca por decisões importantes da vida, enquanto promove um senso de competência.

A arte é parte integrante do desenvolvimento humano. A arte ensina os jovens a pensar de forma criativa para resolver problemas e enfrentar os desafios que surgem em suas vidas. Por meio da arte, os jovens alunos aprendem a compartilhar e refletir sobre si mesmos, as pessoas e as circunstâncias que giram em torno deles. A arte promove a autoestima da pessoa e a segurança interna para poder passar pelos momentos difíceis da vida e quebrar barreiras e preconceitos no caminho do sucesso pessoal.

Emoções infinitas se acumulam em qualquer expressão artística. Por isso, é muito importante para os adolescentes, pois aprendem a se expressar da melhor maneira: exploram seus sentimentos. Ao contrário, quando são espectadores, também podem perceber as semelhanças entre seus sentimentos e uma obra.

Portanto, a arte torna os problemas, mudanças e medos vividos pela maioria dos adolescentes mais suportáveis, fornecendo-lhes ferramentas de comunicação e autoexpressão.

Como a arte é condutora de emoções, ela os ajuda a entender melhor o mundo, sua história e sua evolução ao longo do tempo. Isso é muito gratificante durante a adolescência, porque é quando os jovens estão começando a descobrir onde e como trabalhar.

Anteriormente, era mais fácil para os adolescentes preservar os valores aprendidos na infância; Porém, em uma sociedade como a que vivemos, é preciso considerar que cada cultura é diferente, portanto, a arte é uma forma viável de reforçar os valores adquiridos na infância.

Em geral, a arte comunica sentimentos e emoções que muitas vezes são o reflexo de uma realidade social, política e econômica, ou da personalidade do artista, de seus medos, preocupações ou fantasias.

Elemento essencial durante o amadurecimento intelectual é o desenvolvimento da capacidade crítica, que é facilitada pelo contato contínuo com a arte, pois, independentemente da atividade

artística a que esteja inclinado, é fato que admirar e contemplar obras de arte de forma regular base, gradualmente educa o olho.

Através da arte, os adolescentes estimulam várias capacidades, por exemplo: aumentam a imaginação, melhoram a expressão oral e as aptidões manuais, bem como melhoram a concentração e a memorização.

A arte também auxilia no conhecimento de outras culturas, enriquecendo muito o ser humano. Considerando que a cultura é permeável, é mais fácil entender que, ao entrar em contato com a arte, os adolescentes adquirem expressões e comportamentos influenciados por outras culturas, tanto emocional quanto cognitivamente.

Os professores costumam ser questionados sobre porque os alunos deveriam estudar Arte no ensino médio. As respostas comuns estão relacionadas ao pensamento criativo, ampliando a mente e alimentando a alma: todas as quais fazem pouco para lidar com os medos sobre assuntos "leves", entrada na universidade, carreiras e bem-estar financeiro de longo prazo. As estatísticas de empregos e salários para graduados em cursos de arte e design são tipicamente desanimadoras: as piores de todos os cursos. Ao contrário da crença popular, entretanto, os assuntos criativos não são mais um caminho comum para a pobreza; eles são uma excelente escolha para um número crescente de alunos.

A arte aprimora as habilidades motoras finas, a coordenação olho - mão, as habilidades de resolução de problemas, o pensamento lateral, a análise complexa e as habilidades de pensamento crítico. Não importa a carreira que você escolha, aqueles que podem organizar, apresentar e exibir o material de uma forma esteticamente agradável têm uma vantagem.

A arte faz com que os alunos vejam as coisas de uma maneira nova - até mesmo os aspectos comuns e mundanos do mundo.

[...] os conteúdos programáticos em artes deve incluir, portanto: as noções a respeito da arte produzida e em produção pela humanidade, inclusive nos dias de hoje (incluindo artistas, obras, espectadores, comunicação dos mesmos) é a própria autoria artística e estética de cada aluno em formas visuais, sonoras, verbais, corporais, cênicas, audiovisuais) isto significa trabalhar com os estudantes o fazer artístico (em desenho, pinturas, gravuras, modelagem, esculturas. Música, dança, teatro, vídeo etc.) sempre articulado e complementado com as vivências e apreciações estéticas da ambiência cultural. (FERRAZ e FUSSARI, 1991, p. 20).

Frequentemente, a primeira habilidade em que as pessoas pensam quando ouvem a palavra "arte" é a criatividade. É algo extremamente importante para estimular e aprimorar, à medida que as pessoas aplicam a criatividade a quase todos os aspectos da vida - resolução de problemas, escrita diária, projetos (negócios ou não), etc.

Os pintores dirão que a prática leva à perfeição. O mesmo acontecerá com músicos, escritores, atores e praticamente qualquer tipo de artista por aí. Para melhorar, é preciso ser persistente em seu ofício.

Os defensores da educação artística há muito apresentam um argumento essencialista para as artes: elas são uma dimensão tão importante da vida que devem ser incluídas entre as disciplinas acadêmicas centrais.

Segundo Richter (2003, p. 51)

O grande desafio do ensino da arte, atualmente é contribuir para a construção da realidade através da liberdade pessoal. Precisamos de um ensino de arte por meio do quais as diferenças culturais sejam vistas como recursos que permitam ao indivíduo desenvolver seu próprio potencial humano e criativo, diminuindo o distanciamento existente entre a arte e a vida.

Mas a maioria das pessoas pensa nas artes como expressivas, criativas, emotivas e re-creativas, não como acadêmicas. Eles podem concordar que as artes são uma parte importante da vida, mas isso não as torna essenciais para o empreendimento da educação. Incluir as artes na legislação federal para a educação é, no final das contas, falatório. Nenhum estado financiou mandatos para a educação artística e não existem testes padronizados nas artes. As escolas ensinam o que é testado e as artes não são testadas. A educação artística pode ter experimentado algum crescimento durante o boom da última década, mas os testes de alto risco e o aperto no orçamento o colocam em risco agora.

De acordo com Read (1977.p.33).

Deve compreender-se desde o começo que o que tenho presente não é simplesmente “educação artística” como tal, que deveria denominar-se mais apropriadamente educação visual ou plástica: a teoria que anunciarei abarca todos os modos de expressão individual, literária e poética (verbal) não menos que musical ou auditiva, é a forma um enfoque integral da realidade que devia denominar-se educação estética, a educação desse sentido sobre os quais se fundam a consciência e, em última instância, a inteligência é o juízo do indivíduo humano. Somente na medida em esse sentido estabelece uma relação harmoniosa e habitual com o mundo exterior, se constrói uma personalidade.

Se as artes vão encontrar um lugar na mesa da educação, argumentos mais persuasivos devem ser feitos. Os educadores artísticos há muito relatam que as artes estão conectadas a uma ampla gama de benefícios para os alunos, além de seu aprendizado nas artes - desempenho acadêmico, desenvolvimento social positivo, hábitos mentais e inclinações de pensamento. Alguns especularam que, se essas conexões fossem documentadas, um caso instrumental poderia ser construído para as artes que pudesse ter um apelo mais amplo e o potencial de afetar a política.

Conexões semelhantes estão presentes entre o aprendizado artístico e o desenvolvimento social e emocional. A dança está ligada à autoconfiança e persistência; música para autoeficácia e autoconceito; drama para concentração, compreensão, resolução de conflitos e autoconceito; multi- artes para motivação de realização, envolvimento cognitivo, autoconfiança, assumir riscos, perseverança e liderança. Vários estudos mostram que os jovens se envolvem mais nos estudos quando as artes são integradas às aulas. Outros mostram que os alunos em risco muitas vezes encontram caminhos através das artes para sucessos acadêmicos mais amplos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

Desde o início da história da humanidade a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender de algum modo seu ofício. E da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e a aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos (1997, p. 21).

Embora dominar um assunto certamente construa a confiança do aluno, há algo especial em participar das artes. Usar materiais que se transformam em histórias visuais é mágico e ajuda os alunos a se sentirem mais confiantes. À medida que melhoram e veem seu próprio progresso, sua autoconfiança continua a crescer.

Desenhar, pintar e esculpir nas aulas de arte ajudam a desenvolver habilidades visuais-espaciais. Como educadores artísticos, sabemos que as crianças precisam saber mais sobre o mundo do que apenas o que podem aprender por meio de textos e números. A educação artística ensina os alunos a interpretar, criticar e usar informações visuais e como fazer escolhas com base nessas informações.

As aulas de arte dão a muitos alunos a primeira chance de explorar seu potencial criativo e avaliar como ele pode se relacionar com carreiras futuras e oportunidades de ensino superior após a graduação.

Os alunos envolvidos nas artes têm enormes benefícios acadêmicos em comparação com os alunos sem exposição às artes. A arte inspira as crianças a se destacarem dentro e fora da sala de aula. Ajuda os alunos a permanecer na escola, aumenta a motivação, melhora as atitudes e a frequência e melhora o desempenho acadêmico.

A Arte na Educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento individual. Através da arte é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada. (BARBOSA, 2015, p.2)

A criatividade envolvida na educação artística fortalece as habilidades de pensamento crítico das crianças. Aprender visualmente por meio de desenho, escultura e pintura desenvolve habilidades visuais-espaciais. Isso ensina as crianças a interpretar e usar informações visuais.

A educação em artes é uma ferramenta de aprendizagem eficaz que desperta os sentimentos criativos e instintivos dos indivíduos. Assim, os indivíduos têm uma experiência de aprendizagem permanente ao observar objetos e ativos ao redor para internalizá-los em suas mentes. Portanto, a educação em artes é uma necessidade para os indivíduos em suas vidas. Uma educação artística eficaz é um fator muito importante no estágio primário, no qual o desenvolvimento da criatividade das crianças é alto. Contribui com indivíduos; para participar da comunidade como uma pessoa social, para tomar decisões corretas com atividades mentais, para se expressar emocionalmente.

A centralidade das artes na vida de crianças e jovens é fundamental para o desenvolvimento do empreendedorismo, da inteligência social, da resolução de problemas e do pensamento crítico, que se tornam cada vez mais essenciais como preparação para o trabalho no século XXI.

As artes são capazes de nivelar o campo de jogo, expandindo as oportunidades de aprendizagem para todos os alunos e permitindo-lhes experimentar os diferentes estilos de aprendizagem que funcionam melhor para eles. Alunos em risco que têm grande exposição às artes, têm melhores resultados acadêmicos, definem objetivos de carreira mais elevados e se tornam mais engajados civicamente.

Cada contemplador da obra participa do diálogo com o autor e o grupo social, e compreende os signos apresentados de maneira própria, de acordo com a sua experiência pessoal, com seu ponto de vista. Assim sendo, o sentido de uma obra é inesgotável. Essa concepção particular da obra, quando elabora uma interpretação, seu ato de compreensão do sentido presente nos signos utilizados, é criativo; desse modo, o contemplador pode ser visto como um coautor daquela obra (DESGRANGES, 2003, p.122).

Para criar mudanças, os alunos devem primeiro aprender a criar. Assim como os adultos, e talvez ainda mais porque ainda estão desenvolvendo suas próprias identidades, os jovens se voltam e respondem às artes para ajudá-los a comunicar e compreender ideias, pontos de vista e emoções. Desse modo, as artes cultivam o pensamento criativo que leva a outras habilidades complementares, como a resolução de problemas, que podem beneficiar os alunos de todas as disciplinas.

A educação artística deve desempenhar um papel essencial na afirmação e no desenvolvimento de habilidades criativas entre os alunos de todos os níveis de habilidade, sem se limitar aos que aspiram a ser artistas ou escritores profissionais.

Nossa economia contemporânea depende e prospera com inovação e novas maneiras de pensar e ver o mundo. É exatamente isso que a educação artística nutre - jovens que, por meio da prática criativa, desenvolvem a habilidade de imaginar o mundo de forma diferente.

Se os jovens têm uma atração inerente para criar, o que acreditamos, então as artes devem ser parte integrante da educação dos alunos, ao invés de vistas como algo separado.

[...] O trabalho com a Arte no Ensino Médio deve promover o cruzamento de culturas e saberes, possibilitando aos estudantes o acesso e a interação com as distintas manifestações culturais populares presentes na sua comunidade. (BRASIL, 2018, p. 474).

As artes são uma forma de aprender, de explorar, de responder, de revelar e demonstrar, de imaginar, retratar e fazer sentido. Eles pertencem ao currículo escolar, assim como às mentes e corações de todos os alunos ao longo da vida.

As artes devem ser absolutamente integradas na educação dos alunos para libertá-los da natureza abertamente opressora de uma escola, apesar das crenças dos professores. Infelizmente, as artes não podem ser quantificadas para aqueles que desejam dados e números para cada classe; isso não é possível, mas as artes continuam tão importantes como sempre.

A Educação Artística tem potencial para desempenhar um papel cada vez mais importante na educação de jovens em todo o mundo. Esta função inclui contribuir para o desenvolvimento da capacidade crítica e criativa dos jovens e, assim, desenvolver neles a agência cultural, pessoal e social. Essas habilidades podem ser vistas como se tornando cada vez mais importantes em tempos de neoliberalismo, fundamentalismo crescente, desenvolvimento econômico global, educação crítica e descartabilidade. Consequentemente, a Educação Artística e a forma como é ensinada têm consequências.

O que é importante compreender, no entanto, é que o papel que a Educação Artística - como toda a educação - desempenha é contextualmente definido, servindo assim a uma variedade de propósitos em escolas, comunidades, estados ou províncias e países. Isso significa que a oferta varia muito, que o ensino não se limita apenas às escolas e à maneira como os jovens se envolvem

com as artes e para que fins está mudando. Por exemplo, embora toda a educação seja contextualmente definida, a Educação Artística em particular é cada vez mais limitada, menos pela geografia ou localização específica e mais pelo acesso à tecnologia, as influências das sociedades economicamente desenvolvidas, a cultura jovem e a compreensão de que a escola é apenas um 'modo de entrega' para a educação.

Dentre as variadas atividades práticas que podemos passar em sala de aula, existem aquelas que exigem material apropriado. Nem sempre nós professores temos como oferecer esse material ao aluno. Muitas vezes a escola não disponibiliza por falta de recursos ou burocracias, que não vem ao caso nesse momento. O fato é que o aluno também não tem como trazer de casa. Dessa forma, em vários casos, é na ausência desse material que, nós professores, encontramos justificativa para o não cumprimento das aulas práticas. (GARCIA, 2015, p. 1).

Hoje em dia, todos nós precisamos ser criativos de uma forma que nunca fizemos ou poderíamos antes. Resolver problemas, usar ferramentas, colaborar, expressar nossas ideias com clareza, ser empreendedor e engenhoso - essas são as habilidades que importam no mercado de trabalho pós-corporativo do século 21. Em vez de ficar na defensiva em relação à arte, em vez de falar sobre cultura e autoexpressão, temos que nos concentrar no poder da criatividade e nas habilidades necessárias para desenvolvê-la. Um grande artista também é um solucionador de problemas, um apresentador, um empresário, um fabricante e muito mais.

A criatividade não é um gueto, não é uma camarilha, não é algo a ser exercido sozinho em um sótão. Nem é um show de aberrações de divas e perdedores autoindulgentes. Em vez disso, criatividade significa ajudar a resolver os muitos problemas do mundo. Precisamos ter certeza de que os jovens de hoje (que precisarão ser as solucionadoras de problemas criativos de amanhã) percebam seu potencial criativo e tenham as ferramentas para usá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A arte está relacionada aos humanos desde os tempos antigos. Significava para o homem um modo de expressão e comunicação, que se manifestava em todas as suas atividades, pois era invariavelmente utilizado em diferentes situações. Ao longo da história, evoluiu para o que conhecemos hoje.

Arquitetura, música, dança, escultura, pintura e teatro de diferentes épocas hoje enriquecem nossas vidas e nos contam como era o passado. A arte se apresenta, dessa forma, como uma linguagem universal.

A arte foi explicada por filósofos, artistas, psicólogos e educadores, que contribuíram com concepções muito diferentes. Tem sido considerado um meio de descarregar energias; como uma atividade prazerosa; como forma de escapar da vida; como possibilidade de concretização de uma ordem, de integração harmoniosa e equilibrada diante de elementos contraditórios ou ininteligíveis da realidade; como a possibilidade de alcançar uma aprendizagem emocional motivadora ou como uma forma de questionar o que foi estabelecido.

A educação artística no nível básico é relegada. A prioridade é dada às demais disciplinas

e, de acordo com o programa, se sobra tempo, é dedicado às atividades artísticas. Os professores carecem de formação especial nesta área e não existem professores especificamente dedicados ao ensino, como é o caso da educação física. A pintura, a dança, a música e o teatro limitam-se a muitas poucas crianças que frequentam oficinas ou institutos especiais, que nem sempre ensinam de acordo com a pedagogia da arte infantil e a maioria delas cobra pelos seus serviços.

O desenvolvimento humano descreve uma complexa teia de fatores que afetam a saúde e o bem-estar dos indivíduos ao longo da vida. Juntos, esses fatores produzem resultados cognitivos e comportamentais que podem moldar as circunstâncias sociais e econômicas dos indivíduos, seus níveis de criatividade e produtividade e qualidade de vida geral.

As artes são ideais para promover essa abordagem integrada. Em estudo após estudo, a participação artística e a educação artística têm sido associadas a melhores resultados cognitivos, sociais e comportamentais em indivíduos ao longo da vida: na primeira infância, na adolescência e na idade adulta jovem e nos anos posteriores.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. (Org.). **Ensino da arte: memória e história**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso 3 fev. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 130p.

DESGRANGES, Flavio. **A pedagogia do espectador**. São Paulo: Hucitec, 2003.

FERRAZ, Maria Heloisa C. de T.; FUSARI, Maria F. de Resende. **Metodologia do ensino da arte: fundamentos e preposições**. São Paulo: Cortez, 2009.

GARCIA, Fabiola. \material para aulas práticas de arte. **Articulando arte na sala de aula**. Disponível em: <http://articulandonaescola.blogspot.com.br/2011/10/material-paraas-aulas-praticas-de-arte.html>> Acesso 1 fev.2024.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte; sala de aula e formação de professores**. Porto Alegre; Artemed, 2003.

LEMLE, M. (2000). **Guia de alfabetização teórica**. São Paulo: Attica.

NASCIMENTO, V. S. J. **Ensino de arte: contribuição para uma aprendizagem significativa**. Santos: Funarte, 2013. Disponível em: http://www.furnarte.gov.br/encontro/wp-content/uploads/2013/04/artigo-parasubmissao-pela-funarte_vanderleia-santos.pdf. Acesso 1 fev. 2024.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes. 1982.

RICHTER, Sandra R S. **Experiência poética e linguagem plástica na infância**. In: 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), 2007, Caxambu (MG). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) : 30 anos de pesquisa e compromisso social. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2007. p. 1-15.

A IMPORTÂNCIA DA SUSTENTABILIDADE E DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR



LUCIENE AGOSTINHO DA SILVA ENOMOTO

Graduação em Pedagogia pela Faculdades Integradas de Ciências Humanas, Saúde e Educação de Guarulhos (2009); Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Mental pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC (2011); Especialista em Ética, Valores e Cidadania na Escola pela Universidade de São Paulo - USP (2013); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - no CEMEI Novo Mundo.

RESUMO

O consumo desenfreado de produtos e equipamentos eletroeletrônicos e a popularização da tecnologia proporcionam o aumento de produtos obsoletos e lixo eletrônico por todo o planeta. A mobilização ambiental da sociedade e a promoção de ações e projetos de reciclagem dos mais diversos equipamentos e produtos eletroeletrônicos é o tema do presente artigo. São importantes também as ações conscientizadoras que visam à diminuição de resíduos provenientes desses equipamentos eletroeletrônicos, diminuindo assim a poluição gerada. A preocupação ambiental surge também das ações governamentais ao instituírem leis que obrigam as indústrias a se responsabilizarem pela destinação final adequada dos resíduos de seus produtos. Nesse sentido, este artigo traz como objetivo geral a discussão sobre a reciclagem de lixos eletrônicos; e como objetivos específicos, questões relacionadas a sustentabilidade e consciência Ambiental. Os resultados encontrados, demonstraram a importância de discutir esses temas no ambiente escolar, resultando em estudantes mais conscientes de suas ações.

PALAVRAS-CHAVE: Lixo eletrônico; Sustentabilidade; Consciência Ambiental; Educação.

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, ressurgiu a corrida ao ouro nas sociedades modernas capitalistas da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Mais tarde, outros países abriram suas economias para os bens de consumo e assim desdobrou-se, o meio urbano, na chamada sociedade de consumo. No século XX, as diversas fábricas e empresas ao redor do mundo obtiveram sucessos impressionantes, tanto no volume e na diversidade da produção, quanto no aperfeiçoamento tec-

nológico dos produtos que atingiu.

Os avanços tecnológicos, somados à "obsolescência programada", que no mundo tecnológico é algo tão comum quanto à própria tecnologia, em que mal lançam um produto e já estão fazendo o seu sucessor, criando uma sociedade de consumo. Em função do rápido desenvolvimento tecnológico e da obsolescência precoce de produtos eletroeletrônicos, no qual a indústria "programa" os produtos para ficarem obsoletos mais rapidamente.

A obsolescência precoce ou a troca mais frequente por versões atualizadas resulta em um elevado fluxo de descarte desses produtos em desuso ou dos que já se encontram no estágio final de seu ciclo de vida. O esgotamento da vida útil de um Equipamento Elétrico Eletrônico (EEE) pode ocorrer em virtude de diversos fatores, tais como: a necessidade de reparo aliada à inviabilidade econômica dele, modismos ou substituição por outros com maiores funções.

Atualmente, no Brasil, a sociedade como um todo acaba sendo responsável pela destinação dos resíduos produzidos por qualquer tipo de bem durável usado e descartado. Sendo que a destinação dos resíduos urbanos é de responsabilidade dos governos locais e paga pelos cidadãos na forma de taxas e impostos igualmente distribuídos.

Como problemática, sabe-se como a sociedade continua descartando de forma incorreta o lixo eletrônico. Além disso, as ações e projetos dos governos em relação aos resíduos dos equipamentos eletrônicos vêm progredindo, mas ainda, não são suficientes para instituir em todas as escolas, campanhas que instruem sobre esse tipo de resíduo.

O artigo teve como objetivo geral, discutir a mobilização da sociedade, em relação aos problemas ambientais causados pelo descarte incorreto dos resíduos eletrônicos; e como objetivos específicos, questões relacionadas a sustentabilidade e a consciência ambiental.

SOBRE A GERAÇÃO DE LIXO ELETRÔNICO E A IMPORTÂNCIA DA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

Com a grande demanda de produtos e serviços prestados aos consumidores de aparelhos eletroeletrônicos, o meio ambiente vem sendo gravemente agredido ocorrendo à redução significativa da quantidade existente de alguns recursos naturais que são utilizados nas linhas de produções de equipamentos eletrônicos.

Esse não é o único problema que os avanços tecnológicos causam, outro problema é que com facilidade de se produzir e vender tecnologia, muitos produtos são considerados fora de linha depois de um tempo muito curto de vida, o que acaba gerando muito aparelhos sem utilidade que são descartados. Além do problema da geração de REEE diretamente no meio, a produção dessas tecnologias e seus produtos são responsáveis pela extração desenfreada de muitas riquezas minerais esgotáveis e recursos naturais.

Esses aparelhos descartados estão gerando uma série de problemas ambientais: a falta de opções de descarte dos aparelhos eletrônicos que vem ocorrendo em vários países, à falta de

investimentos dos governos aos locais de descarte e reciclagem do lixo eletrônico ocorrendo o descarte incorreto desses aparelhos em aterros onde acabam contaminando o solo como também os lençóis freáticos e principalmente falta de informação da população em relação aos impactos e da reciclagem destes materiais (TANSKANEN, 2013).

A sociedade por vezes se mostra desinteressada quando o assunto são as ações que minimizam as agressões ao meio ambiente. E por esse motivo, muitas das campanhas realizadas pelo mundo todo de conscientização ambiental tem a árdua tarefa de por meio de insistência introduzir uma nova cultura nas populações, a cultura de sustentabilidade.

O termo lixo eletrônico passou a ser utilizado e incorporado desde a década de 1990, quando iniciou a era dos avanços tecnológicos que continua até os dias de hoje. O termo é utilizado para se designar os resíduos sólidos provenientes de aparelhos elétricos e eletrônicos, depois de deixarem de ter utilidade (GOMES e MELO, 2006).

Mas, a grande e desenfreada produção de aparelhos eletroeletrônicos acelerou a produção de lixo eletrônico, de certa forma a causar um enorme problema ambiental para o planeta.

Na vida urbana, o indivíduo é assolado por inúmeras substâncias tóxicas e os impactos desses agentes nocivos na saúde humana não devem ser considerados isoladamente, posto que se deve considerar também a multiplicação de seus efeitos, o que aumenta seu caráter nocivo (ROBINS, 2005).

Temperaturas mais altas e níveis mais altos de dióxido de carbono atmosférico favorecem o crescimento de pólen que estão associados com o aumento das taxas de doenças respiratórias e prejudicam diretamente o futuro das crianças. Isto incita a tomar medidas para combater as mudanças climáticas, a fim de evitar efeitos deletérios à saúde das crianças que a degradação ambiental trará como consequência (YEHUDA, 2015).

O aumento da poluição está diretamente ligado ao número de internações e óbitos. Atualmente, as tecnologias de emissões de poluentes em fontes fixas e fontes móveis melhoraram significativamente, mas, o volume de indústrias e veículos também aumentaram, tornando-se relevante em controlar os limites de emissão de poluentes.

As soluções estratégicas na redução de contaminantes, basicamente, podem se resumir a três formas: eliminação ou redução de emissões, sendo o modelo mais efetivo e barato; controle na fonte local, quando a fonte de poluentes é conhecida e pode ser tratada pontualmente antes de se espalhar para o ambiente; e diluição através da ventilação geral, que se enquadra nos casos do ar externo ser a principal fonte da poluição (ZANIN et al., 2004).

DISCUTINDO SUSTENTABILIDADE

A etimologia da palavra sustentável vem do latim sustentare, que significa sustentar; cuidar, defender; favorecer, conservar, segundo o Dicionário Aurélio, sustentabilidade é a qualidade que algo tem em se manter mais ou menos constante, ou estável, por um longo período.

Para Clovis Cavalcanti sustentabilidade: “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003, s/p.).

As discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que está sendo aceita a ideia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a ideia de crescimento constante sem preocupação com o futuro (CAVALCANTI, 2003).

O termo sustentabilidade remete ao vocábulo sustentar no qual a dimensão longa prazo se encontra incorporada. Há necessidade de encontrar mecanismos de interação nas sociedades humanas que ocorram em relação harmoniosa com a natureza.

Sendo assim: “Numa sociedade sustentável, o progresso é medido pela qualidade de vida (saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo) ao invés de puro consumo material” (FERREIRA, 2005, s/p.).

O termo deriva do comportamento do predador ao explorar sua presa, ou seja, moderação, por tempo indeterminado. Isto é, o ser humano necessitaria conhecer as particularidades do planeta para utilizá-lo por longo tempo assegurando a continuidade da própria espécie (SCHWEIGERT, 2007).

A sustentabilidade é o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. A expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis, e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessário para possibilitar a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

Além disso, o papel do meio ambiente não se restringe somente a manter o fluxo de energia e matéria para os entes econômicos e antrópicos, mas também para a vida na natureza. Estas percepções ambientais estão embasadas em diversas âncoras teóricas, as quais servem de suporte para um melhor entendimento de como a vida de todas as espécies deve se manter em equilíbrio.

Observações científicas têm demonstrado que o ambiente natural assume para os países mega diversos, que possuem grande diversidade de fauna e flora, com destaque especial para o Brasil, tem papel fundamental de interesse estratégico para as nações detentoras de uma natureza abundante.

Ou seja:

Há no interior do debate descrito, diversas interpretações do que se entende por desenvolvimento sustentável, que revelam a crise de identidade conceitual que marca a luta pela definição e apropriação do conceito de sustentabilidade, usado tanto para identificar e promover alternativas à crise existente, como para justificar a tese neoliberal de crescimento ecologicamente tolerável. Neste sentido, a sustentabilidade é um conceito carregado de contradições, cuja aceitação deriva precisamente a partir dos muitos significados que pode ter e a forma como ele pode ser usado para apoiar uma variedade de agendas políticas e sociais (AGOGLIA, 2014, p, 88).

Uma das principais questões da sustentabilidade é como o desenvolvimento social e econômico podem ser alcançados globalmente sem colocar em perigo os ecossistemas do planeta. O cerne do conceito também pode ser descrito como o de assegurar qualidade de vida e criar as condições necessárias para a felicidade e o bem-estar de todas as pessoas, envolvendo também o ambiente educacional.

O desenvolvimento atual trouxe muitas melhorias, como as tecnologias, tanto na cidade quanto no campo, porém, trouxe muitas consequências, como o aquecimento global, a poluição ambiental, o desmatamento, dentre outros. O desenvolvimento sustentável não deve ser visto como uma revolução, ou seja, uma medida brusca que exige rápida adaptação e sim uma medida evolutiva que progride de forma mais lenta a fim de integrar o progresso ao meio ambiente para que se consiga em parceria, desenvolver sem degradar (ELKINGTON, 2001).

Para que isso ocorra, é necessário que a população se conscientize e trabalhe em conjunto, criando um sistema social eficiente que não permita o mau uso dos recursos naturais. Toda atividade que envolve e aglutina pessoas tem uma regra clara: para ser sustentável, precisa ser economicamente viável, socialmente justa, culturalmente aceita e ecologicamente correta (AGOGLIA, 2014).

No entanto, o trabalho de conscientização é de suma importância e pode ser efetuado através da educação formal e não formal no sentido da redução da produção do lixo, visando economia e redução da utilização dos recursos naturais. É importante que as empresas e os próprios consumidores sejam mais fiscalizados por órgãos competentes para que a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos seja cumprida de forma íntegra para que tanto o planeta como a própria população não sofram mais com o que vem acontecendo cada ano mais com essa poluição desenfreada e as doenças causadas por elas.

A sustentabilidade nada mais é do que uma conciliação entre a sociedade, crescimento econômico e preservação ambiental. Preservar é sinônimo de sustentabilidade. Atualmente esta palavra tem sido muito citada em todos os debates que ocorrem pelo mundo. Muitas conferências, em nível internacional, vêm acontecendo, relacionando este tema (PORTILHO, 2003).

Trabalhar sustentabilidade e consciência Ambiental no âmbito escolar é fundamental para desenvolver cidadãos mais críticos e conscientes de suas reais necessidades e compromissos com o meio ambiente.

OS RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E OS IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS

Os Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos (REEE) são gerados ao final da vida útil de produtos de diversas categorias, como equipamentos de informática, vídeo, som, telefonia e eletrodomésticos de pequeno e grande porte.

O fluxo dos Resíduos de Equipamentos de Elétricos e Eletrônicos (REEE) é um dos mais

complexos, pelo fato de cobrirem uma grande diversidade de produtos, desde um simples aparelho de barbear, até sistemas altamente integrados como computadores e aparelhos celulares (RIBEIRO, 2001).

A geração dos REEE tem crescido exponencialmente devido à rápida obsolescência de equipamentos modernos, tanto tecnológica quanto planejada, uma vez que é flagrante o encurtamento de sua vida útil, como estratégia do setor produtivo para aumentar o volume de vendas.

Os principais impactos que o REEE causa no meio ambiente começa na fase de pré-produção, grande parte das matérias primas são extraídas da mineração, isso implica na movimentação de grandes quantidades de recursos naturais de um local a outro para a obtenção de uma pequena quantidade de materiais úteis para a produção do componente eletrônico com isso acaba se gerando uma grande quantidade de resíduos no consumo de energia e de combustíveis fósseis, com as intervenções físicas os ecossistemas são degradados e muitas vezes os ecossistemas não são recuperados, as próprias empresas que extraem não tem projetos para as áreas degradadas e acabam se deslocando para outros lugares atrás da mineração contínua (BOWERSOX e CLOSS, 2001).

Para Hilty et al. (2005), o suprimento de certos materiais pode ser limitante para a produção futura dos eletrônicos, o autor cita o exemplo da escassez do tálio cuja extração é feita somente por duas empresas no mundo, uma no Congo e a outra na Austrália.

Outro material consumido em grande escala é o plástico que é derivado do petróleo, recurso cada vez mais escasso no planeta, o plástico é utilizado em praticamente todo tipo de aparelho eletrônico representando em média 15% na composição total do aparelho. Com o descarte dos materiais obsoletos começa um novo ciclo de vida do lixo eletrônico, gerando mais consumo, mais emissões e mais resíduos em todo o processo da matéria prima até o descarte novamente.

Com a falta de legislação em vários países, a extração e o baixo custo de mão de obra são atrativos para grandes empresas de mineração, como a reciclagem custa muito mais ao produtor acaba compensando a retirada de materiais virgens causando grandes impactos (HILTY et al., 2005).

A exportação do lixo eletrônico dos países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos também gera diversos problemas, como a falta de informação e a necessidade de trabalho as pessoas vão trabalhar na desmontagem destes materiais ficando expostas a diversos tipos de contaminantes. As consequências disso vão de dores de cabeça, comprometimento do sistema nervoso e até cânceres.

Com as mais variadas destinações finais dos resíduos tecnológicos existem limitações agregadas ao ser humano, somando riscos aos trabalhadores envolvidos na desmontagem dos aparelhos eletrônicos depositando os tóxicos no solo, podendo chegar aos lençóis freáticos onde a contaminação da água comprometendo todos os seres vivos dos ecossistemas aquáticos (RIBEIRO, 2001).

Nesse caso, pode ocorrer a lixiviação do mercúrio quando os dispositivos eletrônicos já são

destruídos nos aterros, além disso, ocorre à emissão do vapor do mercúrio representando cerca de nove toneladas de mercúrio somente na Europa, isso representa cerca de 10% nas emissões no mundo contribuindo significativamente para a exposição do ser humano ao mercúrio.

Ocorre também à contaminação do chumbo a partir dos vidros dos cones depositados nos aterros, todos esses metais depositados no solo resultam em incêndios causando mais emissões de gases tóxicos

Os impactos gerados por meio do consumo podem ser até mais graves que a poluição propriamente dita, pois, não há um controle dos resíduos domiciliares, sendo a sociedade com um todo responsável pelos resíduos produzidos e descartados no meio ambiente (SCHWEIGERT, 2007).

Os sistemas de coleta e destinação dos resíduos pertencem a responsabilidades dos governantes, porém, não existem campanhas de informação a população gerando a grande quantidade de resíduos nos aterros. Muitos usuários guardam seus aparelhos eletrônicos mesmo sem uso achando que um dia poderão reutilizá-los, com isso a perda de componentes dentro do processo de reciclagem aumenta, uma vez que, o material descartado corretamente vai gerar mais recursos para as fabricas que fazem o produto eletrônico deixando de retirar da natureza o que precisam para produzi-los (FLEISCHMANN et al., 2000).

Isso acontece em larga escala principalmente porque os usuários não sabem onde destinar o seu produto e resistem em jogar fora um bem que custou um bom investimento há alguns anos. Por isso, todo o trabalho gerado na fase de pré-produção até a fase final do consumidor é importante que este seja conscientizado para que ocorra o descarte final ambientalmente correto.

Mais que isso, a conscientização dos estudantes pode auxiliar a multiplicar essas informações em casa, na comunidade e em outros lugares, contribuindo com a sustentabilidade e a consciência Ambiental tão necessária nos dias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estabelecimento da obrigatoriedade da reciclagem de resíduos eletrônicos, fomenta-se a criação de empresas especializadas nesse serviço, ocasionado a geração de emprego no segmento.

Deve-se ponderar também a necessidade de reciclagem de resíduos eletrônicos como um todo, e não apenas para aqueles que apresentam maior periculosidade, tendo em vista o alto potencial de reciclagem, apresentada na literatura como acima de 80%;

O enfoque dado ao tema lixo eletrônico ou resíduo tecnológico ainda não é proporcional a sua importância. O que contribui para o desenvolvimento de suas potencialidades, inclusive quanto ao aspecto de exploração econômica. Infelizmente, as diversidades conjunturais relacionadas às possibilidades de reciclagem, e o custo somado das atividades de coleta, tratamento e destinação final, ainda são grandes obstáculos para que o tratamento desse tipo de lixo se torne algo rentável.

Neste sentido, a logística reversa, mais do que ser um mero caminho indicado entre o gerador do resíduo e a destinação, deve ser um estímulo para a melhor gestão dos resíduos sólidos, de modo a preservar o meio ambiente, reduzindo a produção do lixo, que se tornou um dos mais graves problemas ambientais da atualidade.

Buscar uma maior integração da instituição com as Secretarias de Meio ambiente, seja em âmbito municipal ou estadual, poderá representar um avanço para o projeto em questão, mostrando sua relevância e a importância das ações executadas, como as oficinas e palestras de conscientização para o correto descarte do REEE e seus benefícios, tanto nas questões ambientais, como nas de cunho social, com o repasse dos equipamentos recuperados para escolas e instituições carentes, proporcionando aos alunos e à comunidade beneficiada, uma maior inserção social.

As escolas também devem participar desse processo de conscientização. Convênios podem ser firmados, o que resulta em apoio desses órgãos para adequações e melhorias principalmente na estrutura física do espaço destinado ao projeto, possibilitando ampliar as atividades de coleta e recuperação do chamado lixo eletrônico.

Em síntese, espera-se que haja iniciativa própria da população não somente ao descarte desse lixo, mas, também referente à cobrança para com autoridades locais. É preciso incentivar no ambiente escolar e fora dele, projetos a fim de arrecadar recursos para a criação de oficinas de coleta e reciclagem.

REFERÊNCIAS

AGOGLIA, O. **Investigación en educación ambiental. Problematizando La temática ambiental en La sociedad contemporânea.** Pesquisa em Educação Ambiental. V. 9, n. 1, p. 80-94. 2014.

BOWERSOX, D.J; CLOSS, D.J. **Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de suprimento.** São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável.** São Paulo: Cortez, 2003.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca.** São Paulo: Marrom Books, 2001.

FERREIRA, L.C. **Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade.** In: BRASIL. **Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (ES) Ambientais e Coletivos Educadores.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

FLEISCHMANN, et al. **The impact of product recovery on Logistics Network Design.** INSEAD-R & D. França, n 33, p - 1- 28 2000.

GOMES, A.C.L.; MELO, S.R. de. **Pilhas e Efeitos Nocivos.** Arq Mudi. Departamento de Ciências Morfofisiológicas da Universidade Estadual de Maringá, 2006.

HILTY, L.M.; SEIFERT, E.; TREIBERT, R. **Information Systems for Sustainable Development.** Hershey (PA): Idea Group Publishing, ISBN: 1-59140-342-1 (hardcover) / ISBN: 159140-344-8 (e-book). (2005)

PORTILHO, F. **Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores.** Unicamp/IFHC, 2003. Disponível em: www.uff.br/lacta/publicacoes/artigoFatimaPortilho.doc. Acesso 08 fev. 2024.

RIBEIRO, W.C. **A ordem ambiental internacional.** São Paulo: Contexto, 2001, 176p.

ROBINS, C. **Bases patológicas das doenças.** Rio de Janeiro: Elsevier; 2005.

SCHWEIGERT, L.R. **Plano diretor e sustentabilidade ambiental da cidade. Dissertação de mestrado. Arquitetura e Urbanismo.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2007.

TANSKANEN, P. **Management and recycling of electronic waste.** Acta Materialia, Finland, v.61, p.1001-1011, 2013.

YEHUDA, B. **As infecções respiratórias agudas na infância como problema de saúde pública.** Boletim de Pneumologia Sanitária, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 13-22, jun. 2015.

ZANIN, M.; MANCINI, S.D. **Resíduos Plásticos e reciclagem.** São Paulo: Edusfscar, 2004.

CONSELHO DE ESCOLA COMO FORTALECEDOR DA GESTÃO DEMOCRÁTICA



MARIA EVELNA DOS SANTOS

Graduação em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras das Faculdades Associadas Ipiranga (1990); pós-graduada-graduada em Didática do Ensino Superior Instituto Santanense de Ensino Superior (1994-1999); pós-Graduada psicopedagogia Faculdades Associadas Brasil conclusão (2016); pós-Graduada em Psicologia Institucional Faculdades Associada Brasil conclusão (2017); Pós-graduação em Projetos Sociais, Faculdade São Luís (2020); pós s graduada em Educação Especial com ênfase em deficiência auditiva, Faculdade São Luís (2022); Professora de Ensino Fundamental e Médio EMEF Armando de Arruda Pereira.

RESUMO

Os homens criam o domínio da cultura e da história, através de suas ações. À educação no contexto escolar exige esforços intensificados de todos os sujeitos envolvidos na estrutura organizacional do trabalho escolar, bem como na participação da comunidade na realização de seus objetivos. Movida por esse desejo de mudança, procurei aprofundar meus conhecimentos sobre o assunto, através desse artigo, para analisar o assunto, o Conselho Escolar e sua importância na construção de uma gestão democrática, tomei como base o meu histórico de docente no magistério público, quando iniciei como Professora na EE Professora Lygia de Azevedo Souza e Sá em 1998 assumindo as aulas do professor de História com quem fazia estágio, ele precisou se afastar por motivo de saúde e pedi para eu assumir as turmas, trabalhando como professora pude acompanhar a elaboração do Projeto Político da Escola (PPP), do Regimento Escolar e da formação do Grêmio Estudantil. Ao participar desse processo para uma gestão democrática, mais participativa e não de um grupo reservado “detectores do conhecimento”, descobri a importância dos Conselhos Escolares. Em 2004, quando assumi a Direção da mesma escola, onde trabalhei por 8 anos, como Diretora, em 2008 assumindo a direção da EE Julia Della Casa Paula na rede estadual. Em 2022 assumindo a direção da EMEBS Anne Sullivan (Escola Municipal Bilingue para surdos), pude perceber a necessidade da participação da comunidade escolar na construção de uma gestão democrática. Sabendo que a gestão da escola se traduz como ato político, pois implica sempre em uma tomada de decisão dos atores sociais (pais, professores, funcionários, e estudantes, entendi que a sua construção não pode ser individual, pelo contrário, deve ser coletiva, envolvendo os diversos atores na discussão e na tomada de decisões.

PALAVRAS-CHAVE: Participação Coletiva; Gestão Democrática.

INTRODUÇÃO

A busca por uma gestão democrática da educação perpassa por uma direção. Quando a direção escolar permite a participação ativa e ampla do Conselho de Escola, fortalece a tomada de decisão, e que para isso aconteça é necessária a implementação de vários mecanismos de participação, tais como: o a consolidação e fortalecimento dos colegiados, Conselho de Classe, Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres e Grêmio Estudantil.

Refletido toda essa dinâmica entendi que a participação coletiva era o ponto principal para o aprendizado político fundamental para a construção de uma cultura de participação e de gestão democrática na escola e, conseqüentemente, para a instituição de uma nova cultura na escola.

Para Werle (2003), (...) os Conselhos Escolares apresentam-se como um espaço de participação efetiva e democrática da comunidade escolar e um elemento importante e indispensável de gestão; como um órgão administrativo da escola, é constituído por representantes de segmentos da comunidade escolar – pais, alunos, professores e funcionários, e desempenha funções consultivas, deliberativas e fiscalizadoras relacionadas às questões pedagógicas, administrativas e financeiras (p.46).

Fazendo uma reflexão sobre o Conselho Escolar na visão da Gestão Democrática, apresentando as instâncias colegiadas, suas atribuições e como estão estruturadas

Muito embora a gestão democrática careça de um debate amplo, nossa intenção será focar o Conselho Escolar, dando a essa Instância colegiada um olhar especial para uma melhor compreensão do tema abordado, bem como a grande importância desse colegiado no contexto escolar

O Conselho Escolar tem a possibilidade concreta de fazer intervenções seja do ponto de vista pedagógico como também administrativo. Muito embora ainda seja uma instância colegiada, que já existe há muitos anos, porém, recém-criada nos moldes atuais, é ainda desconhecido por muitos. O conselho escolar, pode se tornar um grande aliado da gestão, como também um articulador para impedir que o gestor ou o grupo gestor extrapole suas atribuições, atendendo a expectativa do grupo no tocante aos benefícios esperados pela comunidade envolvida nesse processo, principalmente os alunos.

COMO SE ORGANIZAM OS CONSELHEIROS ESCOLARES

Cabendo aos conselhos a tarefa de deliberar sobre as normas internas bem como o funcionamento da escola, além de participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, acompanhar a comunidade escolar local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação.

É importante reafirmar que o Conselho de Escola é uma ferramenta de gestão democrática da educação para a construção da cidadania, sendo o aluno o foco desse processo

Esse colegiado é um importante canal de comunicação para uma gestão democrática e participativa da unidade escolar, considerando que é composto por todos os atores, diretor, funcionário, especialista, aluno, família. Além disso, também fortalece a participação dos demais colegiados e representantes de lideranças da comunidade local.

Refere-se tanto às tomadas de decisão relativas às diretrizes e linhas gerais das ações pedagógicas, administrativas e financeiras quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

Refere-se ao apoio e ao estímulo às comunidades escolar e local em busca da melhoria da qualidade do ensino, do acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes.

Essa instância está prevista na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 como sendo parte importante da Gestão Democrática, que necessita da participação da comunidade no processo de gestão da escola, e, com isso, o Conselho Escolar torna-se meio para que essa participação se efetive. Como prevê o Ministério de Educação. Com ele as famílias têm o direito de acompanhar as decisões da equipe dirigente da escola, e assim, assegurar a boa qualidade de ensino. Tendo como funções deliberativas, consultivas, mobilizadoras e fiscalizadoras são importantes para o bom funcionamento da escola.

Segundo Navarro (2004), cabe ao Conselho escolar, também, analisar as ações e a empreender e os meios a utilizar para o cumprimento das finalidades da escola. Quando a comunidade não participa da gestão administrativa e pedagógica da escola, acaba tendo apenas a função de receber a prestação de contas.

O conselho é uma instância de busca de soluções. Na sua prática, ele não deve agir de modo improvisado e nem isoladamente. Procura relacionar a experiência e a teoria para fundamentar as decisões e sua atuação.

O Conselho é um lugar de reflexão séria e rigorosa, onde se procura evitar ações sem fundamento. A discussão coletiva, a reflexão e o estudo dão suporte à busca de alternativas validas que, de fato, vão interferir na mudança da realidade. (WITTMANN, 2006, p.33) A função dos conselheiros, portanto, não é apenas votar nas propostas apresentadas pelo diretor, até porque não é somente ele o responsável por propor soluções; os representantes devem acompanhar os problemas, interpretar e, juntos, apresentarem sugestões para que se escolha as melhores opções e/ou decisões

Os conselheiros, portanto, representam um lugar de participação e decisão, um espaço de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática. São, enfim, uma instância de discussão, acompanhamento e deliberação, na qual se busca incentivar uma cultura democrática, substituindo a cultura patrimonialista pela cultura participativa e cidadã, quando comunidade escolar e direção se inter-relacionam.

É importante salientar o que sugere Navarro (2004, p. 49): É fundamental que as relações entre o Conselho Escolar e os outros poderes constituídos (como a direção e outras instâncias de

poder na comunidade local) traduzam uma convivência harmônica e corresponsável

A REAL FUNÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Embora sendo um núcleo de poder, os Conselhos Escolares não devem assumir, por definição, um papel de “oposição” às direções das escolas. Com a finalidade de maior clareza didática citamos as quatro principais funções do Conselho escolar segundo consta dos estudos de Bordignon (2004): - Função deliberativa - quando a Lei atribui ao conselho competência específica para decidir, em instância final, sobre determinadas questões. No caso, compete ao conselho deliberar e encaminhar ao Executivo para que execute a ação por meio de ato administrativo. A definição de normas é função essencialmente deliberativa. A função recursal, também, tem sempre um caráter deliberativo, uma vez que requer do conselho competência para deliberar, em grau de recurso, sobre decisões de instâncias precedentes.

Só faz sentido a competência recursal quando vem revestida de poder para mudar, ou confirmar, a decisão anterior.

Função consultiva – tem um caráter de assessoramento e é exercida por meio de pareceres, aprovados pelo colegiado, respondendo a consultas do governo ou da sociedade, interpretando a legislação ou propondo medidas e normas para o aperfeiçoamento do ensino.

Cabe ao executivo aceitar e dar eficácia administrativa, ou não, à orientação contida no “parecer” do conselho.

Função fiscal – ocorre quando o conselho é revestido de competência legal para fiscalizar o cumprimento de normas e a legalidade ou legitimidade de ações, aprová-las ou determinar providências para sua alteração.

Para a eficácia dessa função é necessário que o conselho tenha poder deliberativo, acompanhado de “poder de polícia”.

Embora mais rara nos conselhos tradicionais de educação, essa função é atribuída cada vez mais fortemente aos conselhos de gestão de políticas públicas, nas instituições públicas e na execução de programas governamentais.

Função mobilizadora – é a que situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade, estimulando e desencadeando estratégias de participação e de efetivação do compromisso de todos com a promoção dos direitos educacionais da cidadania, ou seja, da qualidade da educação.

O presente estudo fez uma análise e reflexão sobre as possibilidades e limitações do Conselho Escolar nas escolas de ensino fundamental, na visão da Gestão Democrática, apresentando as Instâncias Colegiadas, suas atribuições e como estão estruturadas. É importante salientar que o foco deste estudo é saber se o Conselho Escolar tem cumprido o que determina a Lei 4.751/2012, em relação à Gestão Democrática, uma vez que a referida legislação trouxe para os Conselhos

Escolares características inovadoras, o que não acontecia anteriormente.

Neste contexto de novas atribuições de poder e autonomia elementos importantes para que se estabeleça a prática democrática e autônoma do Conselho, é que este estudo se realizou.

Por meio dos resultados pesquisados, verifica-se que os membros do Conselho reconhecem a grande importância desse Órgão Colegiado no processo da democratização da escola. Percebe-se, também, que os representantes do Conselho Escolar têm noção de que estão a serviço da comunidade escolar, porém, nem todos os demonstraram conhecimento total de suas funções dentro do órgão.

No entanto, percebeu-se durante a realização da pesquisa, que o Conselho ainda não cumpre o que preceitua a Lei da Gestão Democrática, Art. 25 - Compete ao Conselho Escolar, além de outras atribuições a serem definidas pelo Conselho de Educação: elaborar seu regimento interno; analisar, modificar e aprovar o plano administrativo anual, elaborado pela direção da unidade escolar sobre a programação e a aplicação dos recursos necessários à manutenção e à conservação da escola; garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na elaboração do projeto político-pedagógico da unidade escolar.

Possivelmente, o Conselho não cumpre o que a Lei determina devido à falta de experiência dos conselheiros em questões políticas, administrativas e pedagógicas.

Além disso, os representantes não dão a devida importância ao Conselho Escolar, pois têm relativo desconhecimento das suas atribuições, principalmente quando se trata de acompanhamento dos alunos inclusos nas escolas regulares.

Os representantes reconhecem as possibilidades de autonomia do Conselho para exercer suas funções consultivas, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa, mas demonstram que ainda há limitações desse Colegiado, especialmente no que diz respeito à participação efetiva dos conselheiros.

Quanto ao aspecto pedagógico, houve grande avanço. Entretanto, percebemos que os conselheiros não estão totalmente preparados para desempenharem suas funções, no que concerne a Lei 4.751/2012, pois há necessidade de maior participação dos seus membros, no exercício contínuo da democracia, tomando consciência que esse órgão colegiado é o sustentáculo do projeto político pedagógico das escolas, e que sua atuação efetiva trará significativos benefícios.

Assim o Conselho poderá refletir a pluralidade de interesses e visões que coexistem entre os diversos segmentos que formam a comunidade escolar, confirmando assim o seu caráter principal: uma ferramenta a serviço da Gestão Democrática.

Desta forma, faz-se necessário citar o que versa o Art. 40 do Estatuto do Conselho Escolar: Art. 40 - Aos Conselheiros, além de outras atribuições legais, compete: Representar as ideias e reivindicações de seus segmentos; Manter discricção sobre assuntos tratados que não devam ser divulgados; Organizar seu segmento promovendo eleições de representantes nos prazos previstos no artigo 16 e seus parágrafos deste Estatuto; Conhecer e respeitar este Estatuto assim como as deliberações do Conselho Escolar; Participar das reuniões do Conselho Escolar e estimular

a participação dos demais Conselheiros nas mesmas; Justificar, oralmente ou por escrito, suas ausências nas reuniões do Conselho; Orientar seus pares quanto a procedimentos corretos para encaminhamento de problemas referentes à Escola.

De certa forma, o tema deste estudo não se esgota aqui, pois é complexo e abrangente.

A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola é composto por representação, com a participação de docentes, especialistas de educação, funcionários, pais de alunos e alunos, apresentando a seguinte proporção:

- 40% de docentes;
- 5% de especialistas de educação (exceto o diretor da escola);
- 5% de funcionários;
- 25% de pais de alunos;
- 25% de alunos.

No Estado de São Paulo, o Conselho tem em sua composição de 20 (vinte) a, no máximo, 40 (quarenta) membros, representados pelos segmentos das comunidades escolar e local.

Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo.

A IMPORTÂNCIA DO CONSELHO PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA

No entanto é importante defender a efetivação do Conselho Escolar e da Gestão Democrática na escola, pois possibilita a extinção das práticas centralizadoras de gestão.

A Gestão democrática é uma forma de administrar a escola de maneira que possibilite a todos envolvidos no processo educacional, a participação coletiva, transparente e democrática.

É por meio da participação que toda a comunidade escolar tem uma visão dos objetivos e das metas da escola, assim como sua estrutura organizacional e seu funcionamento.

Nesse sentido, a participação democrática, possibilita resultados positivos e atingir metas estabelecidas

Para que ocorra o processo de Gestão democrática é necessário que haja envolvimento de todos os segmentos escolares, na tomada de decisões: Conselho de Escola, associação de Pais e Mestres, Grêmios estudantil, Diretor, Setor Pedagógico, corpo docente e discente

A gestão Democrática pode ser entendida como uma forma de melhoria na convivência hu-

mana, que se constrói na cultura do povo e de sua história.

Em resumo, à medida que consideramos a escola como uma organização social, formada por grupos humanos, ganha importância às interações entre as pessoas e o contexto social.

“Se quisermos caminhar para essa democratização, precisamos superar a atual situação que faz a democracia depender de concessões e criar mecanismos que construam um processo inerentemente democrático na escola. [...] Não basta, entretanto, a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar que condições essa participação pode tornar-se realidade.” (PARO, 2005, p. 19-40).

Segundo Libânio (2008), a gestão participativa implica a realização de uma sólida estrutura organizacional, responsabilidades bem definidas, posições seguras de interações democráticas e formas de acompanhamento e avaliação.

Nesse cenário, surge o desafio aos diretores gerir a escola buscando conciliar interesse pessoal e coletivo, respeitando as diferenças culturais, preocupando-se atingir objetivos pedagógicos e sociais, de forma eficiente e participativa (LIBANÊO 2009).

Atualmente, a sociedade vive a era da sociedade da informação. Assim o papel da escola e dos profissionais está em prover as condições cognitivas e afetivas, que ajudarão o aluno a atribuir significados as mensagens e informações recebidas nas mais diferentes formas (LIBANÊO, (2008)

Segundo Parro (2008) “A participação é o principal meio de se assegurar a Gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização da escola.

Sabe-se que não existe uma receita pronta, para gerir uma escola. É no exercício diário da gestão escolar, na realidade e interesse de cada escola, que se encontrarão as formas de gestão escolar mais adequada a cada situação e cada momento histórico.

Para que isso aconteça, é preciso que o esforço coletivo de todos: professores, funcionários, coordenadores pedagógicos, alunos, famílias e gestores, estejam fundamentados na participação coletiva, é de fundamental importância para que se realize e pratique a verdadeira gestão democrática na escola.

É através da gestão democrática que são compostos o mecanismo para que todos participem das tomadas de decisões, já que elas não se encontram nas mãos de uma só pessoa, no caso o diretor.

A participação de todos nas atividades escolares fortalece o processo democrático, garantindo a qualidade e equidade para todos.

Em uma época de mudanças, é preciso transformar a realidade a qual fazemos parte, ou seja, as práticas educativas, não se admite mais as velhas práticas ultrapassadas, encontradas em algumas escolas.

As mudanças devem estar centradas em adoções de práticas participativas, constituindo-se num espaço que aceite e respeite as diversas opiniões de todos os segmentos da comunidade escolar, pensando sempre no exercício da cidadania.

A gestão escolar, ao adotar forma de participação coletiva de todos os segmentos escolar, nos processos de tomada de decisões, está implementando novas de gestão, que sejam não apenas democráticas, mas também significativas, na busca de objetivos educacionais.

CONSELHOS DE CLASSE

O Conselho de Classe é considerado um colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos. Tem como objetivo avaliar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos escolares por parte dos alunos, em casos de deficiência nesse processo, discutir maneiras, soluções para essa prática pedagógica se tornar eficaz e discutir a. O Conselho de Classe deve desempenhar um papel no sentido de mobilizar avaliação escolar na perspectiva de desenvolver um maior conhecimento sobre o aluno, a aprendizagem, o ensino e a escola. O gestor da unidade deve também ser alertado para o fato de que da mesma forma que o Conselho de classe pode se aproveitar de suas características constitutivas e ser capaz de direcionar um projeto relação professor-aluno (Galina e Carbello 2007, p17).

ASPECTOS LEGAIS DO CONSELHO ESCOLAR

A Escola Municipal Anne Sullivan e as demais escolas Municipais encontram amparo legal para estrutura e o funcionamento dos conselhos escolares nos seguintes documentos:

Na Constituição Federal Brasileira, em seu Artigo 206, Inciso VI, Capítulo III, Título VIII, onde garante a gestão democrática;

Na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), no art. 14 – que institui o conselho escolar como instrumento de gestão democrática nas unidades escolares onde diz que: Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes

Na Portaria Ministerial 2.896/2004: A norma cria, no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, com os objetivos de: ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas; apoiar a implantação e o fortalecimento de Conselhos Escolares; instituir políticas de indução para implantação de Conselhos Escolares; promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares, utilizando inclusive metodologias de educação à distância; estimular a integração entre os Conselhos Escolares; apoiar os Conselhos Escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade; e promover a cultura do monitoramento e

avaliação no âmbito das escolas para a garantia da qualidade da educação. (PRÓMENINO- Brasil, 10/11/2006).

No Plano Nacional de Educação: Um dos objetivos e prioridades expressos no Plano, aprovado em janeiro de 2001, é a democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais, e uma de suas metas é a criação de Conselhos Escolares nas escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O Conselho de Escola é uma lição de democracia

A Gestão Democrática é fundamental nessa integração entre a comunidade e a escola, para que coletivamente, seja construída a cultura de que a escola pública é para todos, e, portanto, é responsabilidade de todos (COELHO E VOLSI, 2010, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atribuições do Conselho Escolar dependem das diretrizes do sistema de ensino e das definições das comunidades local e escolar.

O importante é não perder de vista que o Regimento, a ser construído coletivamente na escola, constitui a referência legal básica para o funcionamento da unidade escolar e, desse modo, é fundamental que a instituição educativa tenha autonomia para elaborar seu próprio regimento.

Dentre as principais atribuições do Conselho destacamos a sua função de coordenação do coletivo da escola e a criação de mecanismos de participação.

A organização estudantil, numa instituição educativa que tenha como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, adquire papel central, como mecanismo de participação dos estudantes nas discussões do cotidiano escolar e em seus processos decisórios.

O Conselho Escolar beneficia-se com a existência de outros espaços de participação na escola, como o grêmio estudantil, as associações de pais, professores etc.

A participação nesses espaços contribui para a aprendizagem da função política da educação e para o aprendizado do jogo democrático.

Nesse sentido, essa vivência de discussão e participação possibilita o fortalecimento do Conselho Escolar e de sua organização política.

Assim, a autonomia da unidade escolar e a democratização da educação, e conseqüentemente a construção da gestão democrática, exigem a participação dos diferentes segmentos.

Para tanto, as formas de escolha e a implantação ou consolidação de Conselhos Escolares e de outras instâncias de participação constituem passo importante para a democratização dos processos decisórios, possibilitando a implementação de uma nova cultura nessas instituições, por meio do aprendizado coletivo e do partilhamento do poder.

A participação efetiva do Conselho Escolar no processo de escolha do diretor da escola, por exemplo, constitui uma de suas ações de maior relevância, na medida em que se apresenta como

um elemento aglutinador de forças dos diferentes segmentos que compõem as comunidades local e escolar.

Na EMEBS Anne Sullivan, essa participação se dá na organização do processo ou na forma de consulta, no recebimento de inscrições, na divulgação das propostas de candidatos, na realização de debates e de outras atividades definidas pela comunidade escolar e pelo respectivo sistema de ensino.

Nessa perspectiva, a atuação do Conselho é um sinal de que esse órgão realmente atua no processo de implementação da gestão democrática da escola como espaço coletivo e responsável pela gestão.

A construção de um processo de gestão democrática implica repensar a lógica de organização e participação na escola.

Nessa direção, como vimos anteriormente, é fundamental discutirmos os mecanismos de participação na escola, suas finalidades e a definição de ações e metas a serem construídas coletivamente pelos diferentes segmentos que compõem a escola.

Percebe-se que ganha cada vez mais força, as ações em defesa da descentralização de decisões no âmbito escolar.

Neste sentido o gestor deve buscar mecanismos para garantir uma participação efetiva dos conselhos escolares, sugerindo, propondo, fiscalizando a aplicação de recursos financeiros, construindo junto com a direção o projeto político-pedagógico da escola, discutindo a avaliação escolar e a estrutura curricular, buscando estreitar os vínculos sociais com a comunidade local, trazendo os pais de alunos para a discussão não apenas do rendimento de seus filhos, mas, sobretudo, para participarem como cidadãos das deliberações da escola.

Pensar em gestão democrática e qualidade da educação sem a efetiva participação do conselho ou colegiado escolar é inadmissível.

É importante que se proponha alternativas para vencer as barreiras que impedem esta participação, sem dúvida este é um grande desafio para a Escola EMEBS Anne Sullivan.

Afinal, a mobilização de todos os membros da comunidade escolar, motivados por um objetivo comum, constitui o elemento mais poderoso para a formação de sujeitos autônomos e solidários.

Esse processo de mudança, que amplia o estabelecimento de ações compartilhadas na escola e fortalece a forma de organização coletiva, com a estrutura de equipe gestora, e a criação e atuação dos Conselhos Escolares têm se mostrado um dos caminhos para se avançar na democratização da gestão escolar.

Entendendo que o Conselho Escolar deve ter sua participação voltada ao processo ensino aprendizagem, deve acompanhar todo o desenvolvimento da prática educativa. Tentando efetivar essa participação procuramos envolver toda a comunidade escolar no planejamento, na implementação e na avaliação das ações da escola.

Procurando implantar uma participação corresponsável, também na participação da elaboração do Projeto político pedagógico e participar das atividades realizadas pela escola, e se o que foi decidido está sendo colocado em prática e se estão sendo alcançados os objetivos propostos.

Pudemos perceber que a maioria dos conselheiros não entendem a função importantíssima desse segmento, as responsabilidades que lhe competem tais como: na elaboração do projeto político-pedagógico da escola, a ele compete debater e tornar claro os valores e os objetivos que serão assumidos coletivamente; definir quais são as prioridades, cooperar para a organização do currículo e das avaliações do trabalho escolar e para auxiliar na criação de espaço de estudo e reflexões. Desta forma o conselho escolar se torna um grande parceiro da escola, afinal pode auxiliá-la na realização de seu objetivo de propiciar o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e atitudes responsáveis para a formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos. Para que tudo isso seja possível o conselho escolar precisa conhecer a realidade escolar e ajudar encontrar caminhos para que essa realidade possa ser mudada. Sem a participação efetiva dos conselheiros se torna impossível conhecer e mudar a realidade escolar.

Entendemos que na maioria das escolas o Conselho Escolar precisa conquistar sua autonomia e ter clareza qual é o seu papel de facilitador na construção de uma escola democrática e com equidade.

REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/ 96.

BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal.** In: FERREIRA, Naura C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-32.

Gestão democrática dos Sistemas Públicos de Ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (Org.). **Gestão educacional: novos olhares, novas abordagens.** Petrópolis: Vozes, 2005.

DALBERIO, M. Célia. **Gestão Democrática e participação na escola pública**. Disponível em: blogforumeducacao.zip.net/. Acesso 08 abr. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 35 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003

GADOTI, Moacir. **Autonomia da Escola. Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

(Guia da escola cidadã) <http://www.mundojovem.pucrs.br> – acesso 15 abr. 2014. MEC/SEB. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: Uma Estratégia de Gestão Democrática da Educação Pública/ Bordignon**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Conselhos escolares: Democratização da Escola e Construção da Cidadania**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

Programa Nacional do Fortalecimento dos Conselhos Escolares (Caderno -1 -Conselhos Escolares: Democratização da escola e Construção da cidadania.

A MATEMÁTICA NO COTIDIANO



SARA REBOUÇAS DE SALES

Professora de Educação infantil na Rede municipal de ensino de São Paulo; Pós-Graduada em Libras pela IPEMIG.
Email: sallessar@yahoo.com.br.

RESUMO

A matemática é um dos principais instrumentos de trabalho no cotidiano da maioria das pessoas. Pode-se dizer que nos escritórios, agências bancárias, setores de Contabilidade e Engenharia, nas feiras livres e pequenas lojas de comércio, assim como nas feiras de rua e, principalmente nos estabelecimentos de ensino em qualquer nível, é impossível a convivência sem lançar mão de importante instrumento que se faz presente em qualquer meio de atitude que a pessoa resolva tomar. Utilizada pelos povos primitivos, a matemática desempenhou um papel importante dentro da sociedade e suas origens veio de culturas da antiguidade mediterrânea, desenvolvendo-se ao longo da Idade Média, e conseqüentemente ao longo da história de vida humana. Importante salientar que nos dias atuais, desde a educação infantil até os mais níveis do ensino, é impossível se trabalhar sem o uso dos princípios e conhecimentos matemáticos. Conceitos matemáticos foi e sempre será um dos pilares para o progresso e desenvolvimento de toda a humanidade. Neste aspecto, é importante refletirmos sobre a importância e contribuição da matemática no cotidiano das pessoas e seu campo de trabalho. Diante de tais fatores, buscou-se compreender por meio deste estudo, alguns conceitos básicos da matemática no cotidiano, algumas técnicas e teorias a serem compreendidas, buscando diminuir barreiras que de alguma forma atrapalham na compreensão desta e sua verdadeira importância para o dia a dia das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Matemática; Cotidiano; Desenvolvimento; Reflexão.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema a Matemática no cotidiano, tema este que traz luz da

abordagem histórico-cultural que tem a intenção de compreender como as interações sociais agem na formação das funções psicológicas superior. Estas funções não são consideradas uma determinação biológica, e sim resultado de um processo histórico e social. No âmbito desta concepção, a criança e o conhecimento, se relacionam através da interação, ou seja, leva-se em consideração o que o aluno traz de sua experiência. Tem-se consciência de que mesmo antes de frequentar a escola, o sujeito começa a desenvolver ideias, conceitos e procedimentos matemáticos. É através das relações cotidianas, que os conceitos e procedimentos matemáticos se formam e são socializados e apropriados pelos sujeitos.

Analisar o desempenho dos alunos ao vivenciarem uma metodologia de ensino que articule os conceitos científicos com o espontâneo no seu processo de ensino e aprendizagem. Na aula de Matemática, os alunos fazem contas para acertar, para ganhar boas notas, para agradar a professora, para passar de ano. Na vida cotidiana, fazem as mesmas contas para pagar, dar troco, convencer o freguês que seu preço é razoável. Sendo assim, conduziu-se o estudo segundo as seguintes questões norteadoras.

- a) Estarão os alunos usando a mesma matemática dentro e fora da escola?
- b) O desempenho nas diferentes situações será o mesmo?
- c) Que explicação existe para alguém que é capaz de resolver um problema no cotidiano não resolvê-lo na escola?

A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem bibliográfica, descritiva, do tipo de campo e qualitativa. Tendo como amostra alunos do segundo ano. Foram aplicados dois problemas simples, envolvendo área, transformações de medidas e multiplicação, no qual se coletou os dados que serviram de suporte para a execução deste trabalho. O primeiro momento trata-se da introdução, o segundo momento do referencial teórico fundamentado e amadurecido nas ideias e teoria de VYGOTSKI, MEIRA, LURIA, SCHLIEMANN, que têm ideias pertinentes ao assunto.

A sociedade já não pode prescindir de indivíduos capazes de selecionar e processar informações. A velocidade da produção científica exige do ser humano novos conhecimentos, novas formas de pensar e resolver os problemas que afetam a qualidade de vida do planeta. Vivemos hoje numa sociedade desigual, na última década, a ciência desenvolveu-se como nunca, tivemos grandes saltos tecnológicos, aumentamos a produtividade, mas isso não se refletiu em melhoria das condições de vida, pelo contrário, agravou-se a pobreza. Segundo relatório publicado pelo programa de desenvolvimento da ONU, 73% da população mundial detém apenas 15% da riqueza produzida no planeta. Um bilhão de pessoas vivem na pobreza no terceiro mundo, 180 milhões de crianças morrem de subalimentação, 1,5 bilhões não tem assistência médica e quase 3 bilhões morrem por ano de doenças vacináveis, 500 mil mulheres morrem na gravidez ou parto e mais de um bilhão de adultos não sabem ler nem escrever (MANCIE, 1997, p. 26).

O modo de produção capitalista ao tentar superar sua crise de acumulação, tem procurado aumentar suas taxas de lucratividade. Isso se dá através da busca de novos mercados, do emprego de tecnologia, diminuindo os postos de trabalho e aumentando a exploração dos trabalhadores. Desta forma, destaca-se o papel da escola em desencadear uma educação empenhada na con-

quista da cidadania.

Quando falamos de cidadania estamos nos referindo a uma qualificação da condição de existência dos homens [...]. O homem só é plenamente cidadão se compartilhar efetivamente dos bens que constituem os resultados de sua triplica prática histórica, isto é, das efetivas mediações de sua existência. Ele é cidadão se pode efetivamente usufruir os bens materiais necessários para sua sustentação de sua existência física, dos bens simbólicos necessários para sustentação de sua existência subjetiva e dos bens políticos necessários para sustentação de sua existência social (SEVERINO, 1994, p. 98).

Usou-se como referencias, estudos anteriores dos autores pesquisados, leitura de artigos anteriores, livros, revistas, pesquisas on-line, entre outros.

A IMPORTÂNCIA DA MATEMÁTICA NO COTIDIANO

Educação matemática x cidadania A educação matemática enquanto ato político, tem um papel a desempenhar que não é diferente daquele que cabe a todo e a qualquer ser humano, o resgate ao humanismo adormecido nos indivíduos. Enquanto ato político, deve contribuir para a construção de uma sociedade em que os valores humanos de justiça, economia, democracia, cidadania, ajudem a eliminar as injustiças sociais. Não basta que a escola seja livre, gratuita e aberta a todos para que nossa educação seja efetivamente democrática e avalizadora da cidadania, é preciso que ocorra a tomada de medidas e decisões concretas. Para que ocorram as inserções dos cidadãos no mundo do trabalho, das relações sociais, da cultura e para que desenvolvam a crítica diante das questões sociais é importante que a matemática desempenhe seu papel na formação de capacidades intelectuais, na estruturação, na vida cotidiana. A matemática pode contribuir na formação do cidadão, quando desenvolve metodologias que enfatizam a construção de estratégias. A comprovação e justificativa de resultados e a criatividade para enfrentar desafios. Assim, para exercer a cidadania, é necessário um conjunto de conhecimentos, como argumentar, compreender informações estatísticas ou ações que levam a soluções e problemas com maior rapidez. Então, ensinar e aprender matemática significa analisar, compreender situações problema relacionado com situações reais da vida do aluno e do mundo em que está inserido. Assim, tudo que ensinamos usando algum modelo prático, contribuirá para o aluno apropriar-se do conceito daquilo que está sendo ensinado.

SHELMANN (2001, p. 11) afirma que:

Quando uma criança resolve um problema com número na rua, usando seus próprios métodos, mas que são métodos compartilhados por outras crianças e adultos, estamos diante de um fenômeno que envolve matemática, devido ao conteúdo do problema, psicologia, porque a criança certamente raciocinou, e educação, porque queremos saber como elas aprenderam a resolver problemas desse jeito. Podemos separar a matemática da psicologia do pensamento enquanto ciências, mas não podemos separá-las enquanto fenômenos acontecendo na prática. Quando alguém resolve um problema de matemática, estamos diante de uma pessoa que pensa. (SHELMANN. 2001, p. 11)

A matemática que um sujeito produz não é independente de seu pensamento enquanto ele a produz, mas pode vir a ser cristalizada e tornar-se parte de uma ciência, a matemática, ensinada

e aprendida dentro e fora da escola. A escola propicia às crianças um conhecimento sistemático sobre aspectos que não estão associados ao seu campo de vivência. Possibilita que o indivíduo tenha acesso ao conhecimento científico construído e acumulado pela humanidade.

As necessidades cotidianas fazem com que os alunos desenvolvam capacidades de natureza prática para lidar com atividades matemática que lhe permite conhecer problemas, buscar e solucionar informações e tomar decisões quando esta capacidade é potencializada pela escola e aprendizagem apresenta resultados melhores. Concordamos com VYGOTSKY (1999) ao falar sobre o papel da escola no processo de desenvolvimento do indivíduo, este autor faz uma importante distinção entre os conhecimentos construídos na experiência pessoal, e aqueles elaborados na sala de aula. Acrescentando que por traz de qualquer conceito científico existe sempre um sistema hierarquizado no qual ele faz parte. Nossos alunos só adquirirão uma postura crítica em relação aos conhecimentos matemáticos se o professor realizar seu trabalho com dedicação e amor desempenhando o papel de mediador entre conhecimento cotidiano / científico.

A relação professor x aluno no processo de ensino-aprendizagem há alguns anos o professor era visto com um profissional autônomo, dono do saber com o controle sobre o seu trabalho que normalmente partia de definições, exemplos, demonstrações de propriedade seguindo de exercício de aprendizagem e fixação.

Hoje em dia, a didática não é pura técnica, é mais complexa, compreendida pelos estudiosos da educação de uma maneira mais abrangente, ou seja, fornece uma visão globalizadora da realidade histórico social em que desenvolve seu trabalho, dos educandos como sujeitos históricos e sociais e da própria natureza de sua função neste contexto, CORTELHA, afirma:

Quando um educador(a) nega (com ou sem intenção) aos alunos a compreensão das condições culturais, históricas e sociais de produção do conhecimento, termina por reforçar a mistificação e a sensação de perplexidade, impotência e incapacidade cognitiva (CORTELHA, 1998, p. 102).

Para aprender um conceito é necessária, além das informações recebidas do exterior, uma intensa atividade mental por parte da criança. Portanto, um conceito não é aprendido por meio de um treinamento mecânico nem tampouco pode ser meramente transmitido pelo professor ao aluno. Ao relacionar um conceito espontâneo com científico no qual requer que o aluno aprenda exige de quem ensina uma compreensão dos diferentes significados. Exige do docente a percepção dos contextos nos quais estão sendo pregadas, suas apreensões, exige que seja intencionalmente trabalhado num processo de interação entre professores e aluno. Ou seja, é como se vê um processo dinâmico construindo passo a passo pelo aluno em estreita interação com o professor. Para HAIDT (1999, p. 57) além do papel de mediador ao interagir com os alunos, o professor também facilita a veiculação de ideias, valores e princípios de vida, além os da esfera afetiva, contribuindo para a formação da personalidade do educando. O mesmo refere-se à escola como um local da vivência das relações humanas, das trocas de valores e princípio de vida, considerando esse momento de interação rico, pois são nesses instantes que o aluno age não só pela relação, mas também, com sentimentos e as emoções numa perspectiva de trabalho. Podemos constatar que a atividade compartilhada é um verdadeiro canal de transmissão cultural. Por meio dela, esquemas de ação culturalmente mediatizadas pela ação compartilhada. Nessa forma de organização o aluno tem oportunidade de expressar certas lógicas, certos raciocínios e certas formas de abordagem de

problemas que são trazidos do seu meio social. Ao fazer demonstrações ou explicações nas quais ficam explícito o sentido, conteúdo ou da mensagem a ser aprendido, o aluno terá provavelmente um bom nível de apreensão. Ocorrem porém que na situação de aprendizagem nem sempre esse grau de explicitação é atingido. Por vez, ela pressupõe que o aluno possua um conhecimento anterior do que está lhe sendo dado, e que o próprio professor imagina seja compartilhado por todos. Podemos dizer que o processo de ensino a aprendizagem é fundamentalmente um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos.

De um lado, atuam na formação humana, com direção consciente e planejada, através de objetivar conteúdo / métodos e de organização proposta pela escola e pelos professores de outro, essa influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas e sócias-culturais dos alunos. (LIBÂNEO, 1994, p. 25).

Vemos aqui a relação professor e aluno que deixa de ser uma relação vertical e de imposição para ser a construção de um conhecimento coletiva, participativa. Porém deve-se ficar claro o papel desempenhado pelos participantes deste processo.

Segundo FREIRE (1999) “O fundamental é que o professor e alunos saibam que a postura deles, é dialógica, abertos, curiosa, indagadoras e não passiva enquanto fala ou enquanto ouve”. O que importa é que o professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos. Deste modo o professor ganhará novas dimensões se considerar o aluno como protagonista da construção de sua aprendizagem.

Assim, de acordo com FIORENTINI, (1994) o professor “procurará tomar como ponto de partida a prática do aluno, suas experiências acumuladas, sua forma de raciocinar, conceber e resolver determinador problemas”. Ao saber popular e empírico trazido pelo aluno, o professor deverá dar continuidade enriquecendo com outras formas de saber e compreensão não fazendo ruptura ao conhecimento matemático que o aluno já tem. A interação entre professor x aluno e aluno x aluno desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da capacidade cognitiva efetiva de inserção social e modifica a prática pedagógica.

OLIVEIRA (1993, p. 99) argumenta que “a interação social é fundamental para o desenvolvimento das formas de atividade de cada grupo cultural. O indivíduo internaliza os elementos de sua cultura construindo seu universo intrapsicológico a partir do mundo externo”. Nesta visão de ensino, buscamos estabelecer um clima favorável, através de dinâmicas interativas e variadas; situações de cooperação, ações partilhadas e resolução conjunta, resgatando o desejo e interesse pelo aprender. Para que isso ocorra o aluno precisa sentir-se participante deste processo.

De acordo com a proposta curricular pg. 106. Sob uma visão histórica - crítica não pode ser concebida como um saber pronto e acabado, ou um conjunto de técnicas e algoritmos. Tal como concebe o ensino tradicional e técnico. Pelo contrário, a matemática deve ser entendida como um conhecimento vivo dinâmico produzido historicamente nas diferentes sociedades. Neste caminhar é importante a questão do trabalho com conteúdo significativo, ou seja, o material figurativo deve remeter a conceituações abstratas e não esgotar em si mesmo permitindo ao aluno ter uma experiência sensorial que lhe alarga os horizontes fazendo-o captar o significado de um conteúdo escolar desconhecido e lhe permite compreender a essência deste conteúdo. Ajudar o aluno a captar a essência do fenômeno em estudo, uma vez que ele permite inferir as suas leis e as suas peculiari-

dades. Assim, será mais fácil conseguir chegar à generalização.

Segundo MEIRA (1993):

Com a crença generalizada sobre o esvaziamento do significado no ensino tradicional da matemática, é tentar atribuir uma riqueza de significados experiência matemática do 'dia-a-dia' fora da escola que inexistente dentro dela. Como consequência, esses educadores matemáticos correm o risco de realizar intervenções instrucionais no sentido de importar ou transferir atividades tipicamente extraescolares, para a escola. O 'mundo-real' e o 'dia-a-dia' tornam-se assim, fetiches da atividade de sala de aula, reorganizando na forma de tarefas onde se espera que o aluno possa construir significados congruentes àqueles supostamente na mesma atividade realizada fora da escola. (MEIRA. 1993, p. 84)

Entretanto, a significação que as coisas têm para a criança não é, necessariamente, idêntica à significação que têm para o outro. Por sua vez, o processo de internalização do mesmo, promove mudança nas relações que os indivíduos estabelecem com seu meio social.

O significado de uma palavra representa amólgama tão estreito do pensamento e linguagem, que fica difícil dizer se trata de um fenômeno do pensamento. Uma palavra sem significado é um som vazio, o significado portanto, é um critério da "palavra", seu componente é indispensável (VYGOTSKY, 1989, p. 104).

O papel da escola no processo de ensino aprendizagem A escola caracteriza-se como espaço ideal de troca de conhecimento. Nela, temos diferentes sujeitos, em níveis diferenciados e culturais diferentes. O professor precisa perceber a dinâmica da sala de aula como espaço produtor do saber. O

'saber' científico de domínio do docente deve ser apresentado ao aluno de maneira a enriquecer o saber cotidiano, ele vem possibilitando e incentivando as trocas interativas atualizando o potencial dos alunos. Mas a responsabilidade não é unicamente do professor. Davis, Silva e Espósito (1989) apontam à necessidade da escola se reestruturar. Desde a escola primária à universidade, percebe-se que existem lacunas no ensino, um contrato entre escola e estudantes, visando obter uma aproximação, conhecimento de como eram os alunos, como olhavam ou entendiam o conhecimento matemático que lhe era ensinado e quais as suas necessidades. Os alunos sempre foram tidos como iguais no momento em que a escola transmitia o conhecimento, mas essa mesma escola não se detinha para apontar as diferenças entre as mesmas quando as avaliam. A escola tem tido certa dificuldade em adequar-se à clientela que recebe. Atualmente nas escolas um dos grandes desafios que se coloca a educação matemática é de tentar entender como a escola poderá atingir todos os alunos, objetivos tradicionalmente reservados para somente alguns, que a matemática esteja diretamente ligada à dimensão social da aprendizagem. Que o processo de matematização (apropriação dos contextos matemáticos) seja um objetivo perseguido por todos.

Na escola, a matemática é ciência, ensinada em um momento definido por alguém de alguém por maior competência. Na vida a matemática é parte da atividade da vida de um sujeito que compra, que vende, quem mede e encomenda peças de madeira, que constrói paredes, que faz o jogo na esquina. Que diferencia fazem essa circunstancia para a atividade dos sujeitos? Na aula de matemática, as crianças fazem conta para acertar, para ganhar boas notas, para agradar a professora, para passar de ano. Na vida cotidiana, fazem as mesmas contas para pagar, dar troco, convencer o freguês de que seu preço é razoável. Estarão usando a mesma matemática? O desempenho nas mesmas situações será o mesmo? Que papel exerce a motivação da venda? Que explicação existe para alguém que seja capaz de resolver um problema em uma situação e não em outra? (SHELLMANN, 2001, p. 19).

Desta forma, a aprendizagem não é algo mecânico, repetindo e memorístico, mas, sim a aquisição de novos significados. O profissional da educação não poderá entender sua tarefa e nem

realizá-la se não tiver por base uma visão da totalidade do mundo. Desta maneira, um ambiente rico de estímulos proporcionará desafios, e aprendizagem. O papel do professor se restringe num ambiente democrático, onde não haverá hierarquia, pois buscaria relação simétrica e igual ao grupo de alunos. Tornando-se mediador entre o conhecimento matemático e o aluno. Não se valeria apenas em passar o conteúdo e sim compreender melhor alguns aspectos da aprendizagem do aluno. “Conceber a matemática como pronta, acabada, imutável é inaceitável na prática dos professores da atualidade. (FREIRE, 1987, p. 8). Propõe a concepção problematizadora e libertadora da educação que estimula os reflexos e a ação verdadeira do homem sobre a realidade.

D’AMBROSIO (1996, p. 13) questiona “por que educação matemática e o próprio fazer matemático senão percebemos como a nossa prática pode ajudar a construir uma humanidade ancoradora em respeito, solidariedade e cooperação?” A partir desta concepção histórica e cultural é possível discutir que devemos ensinar aos alunos, para isso é preciso entender que o homem produziu conhecimento matemático para resolver problemas que se apresentam no mundo físico e social”. Isto implica afirmar que este conhecimento está dado a priori, mas que é essencialmente uma produção humana para satisfazer necessidades individuais ou coletivas que é história, pois cada tempo às dificuldades encontradas é diferente. Deve-se levar em conta o conhecimento prévio dos alunos, na construção de significados geralmente desconsiderado.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA ATUALMENTE

No âmbito da Educação Matemática, no desejo de discussões que realçam um quadro de descontentamento no processo de ensino de Matemática, a mudança da prática do professor é um tema importante e muito presente. Divulgação feita pelos próprios professores em formação a seus colegas fez com que a procura por cursos tomasse proporções enormes. Para atender às demandas foram realizados alguns cursos de extensão e aperfeiçoamento em 1999/2000. A procura por cursos de formação continuada se intensificou em 2001. Um deles é destinado exclusivamente a professores do ensino médio e à discussão de novas propostas para essa etapa da educação básica. Outra iniciativa posta em ação em 2001 foi o oferecimento das vagas remanescentes do curso de Licenciatura em Matemática a professores portadores de diplomas de cursos superiores. Sabemos que as mudanças propostas trazem enormes desafios à formação de professores. É certo que uma formação inicial de qualidade não é suficiente para desenvolver com o professor de matemática todas as competências necessárias. A formação continuada não deve ser apenas uma forma de melhorar a formação inicial inadequada, e sim uma forma de desenvolvimento profissional e de construção do professor reflexivo, e crítico, ou seja, professor pesquisador. Para BICUDO (1999, p. 10) a educação matemática significa buscar sentido àquilo que se faz ao ensinar ao aprender matemática.

[...] dos conteúdos matemáticos veiculados na cultura, quer seja aqueles do senso comum e do cotidiano vivido pelos sujeitos, quer seja os veiculados em livros, revistas especializadas e na academia; das ideologias que permeiam as redes de significados das concepções matemáticas, das concepções pedagógicas, da prática educacional. É buscar compreender o sentido que o mundo faz para cada participante de um processo específico de ensino e de aprendizagem, procurando

pontos de intersecção de horizontes de compreensão; é ficar atento ao outro, cosujeito do mundo vida, interlocutor do compreendido e presença nuclear no processo de autoconhecimento. É proceder a constante e sistematicamente a análise.

Deste modo, a matemática tornaria mais interessante, atrativa, útil e atual, integrante do mundo de hoje. Este é o grande desafio que nos educadores matemáticos temos, é tornar a matemática interessante, isto é, atrativa, relevante, útil e atual, integrante do mundo de hoje. Por isso se faz necessário que o professor tome contato com o desenvolvimento histórico dos conceitos matemáticos, não para apenas contar a historia deles, mas para mostrar ao aluno o caminho percorrido pelos matemáticos até chegarem a esses conceitos. Professores que estudam e pesquisam sempre, comprometidos com a formação integral dos alunos, tanto que do lado científico como no lado social, integrando-o ao máximo na sociedade é o verdadeiro profissional.

FREIRE (1996). Diz:

O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar a altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de classe. Isso não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualificada e autoridade do professor. (FREIRE. 1996 p. 103).

Hoje em dia em nosso meio já encontramos professores formados de outra maneira, com capacidade de renovação de seus conhecimentos, consciente de seu papel que não é de mera transmissão de informações. Percebe-se na prática que muitos vêm preocupando-se com seu aluno, tentando auxiliá-lo com metodologias ou práticas diferenciadas, respeitando assim a sua individualidade. Sua formação didática vem abarcando os aspectos sociais psicológicos e pedagógicos, em que se situam o conhecimento das relações entre matemática e sociedade, da teoria de aprendizagem, das culturas e estudos sobre sistemas de ensino curricular. Algumas concepções que embasam a prática pedagógica e dão suporte as representações dos professores, no cotidiano escolar.

AMBIENTALISMO

Os ambientalistas admitem que o conhecimento tem origem e evolui a partir das experiências que o sujeito vai acumulando. Ele não é construído, mas transmitido de alguém que sabe para alguém que não sabe. O sujeito é passivo, condicionado e treinado para se ajustar aos padrões sociais. Aprender é um processo pelo qual o comportamento é modificado como resultado da experiência, isto é, determinado por estímulos externos. A metodologia utilizada para ensinar se sustenta por meio de cópias, de repetição, associação de ideais, privilegia o trabalho individual. Os professores agem como passadores de informações, executando tarefas que já estão pré-determinadas a um plano.

Os conteúdos não têm relação com o cotidiano do aluno. Conseqüentemente, avaliar é medir a quantidade da mudança do comportamento, uma vez que o homem é tido como produto do meio, e este o determina. Separa-se a avaliação do processo de ensino-aprendizagem; aquela

acontece em momentos específicos com rituais especiais. Valorizam-se os testes, as escalas de atitudes e a prova de múltipla escolha. A concepção ambientalista de/ser humano está fundamentada na filosofia empirista e positivista. O empirismo pressupõe que o conhecimento ocorre a partir da experiência sensorial e dela deriva. O positivismo se baseia numa suposta harmonia do social, semelhante à das leis naturais, entendendo que o ser humano é regido por leis naturais. Augusto Comte é o seu principal filósofo. Dentre os empiristas podemos enumerar John Locke, Francis Bacon, George Berkeley e David Hume.

INATISMO

Os inatistas defendem que o único modo de se conhecer a verdade é via razão, uma vez que ela é inata. Essa corrente de pensamento confere aos fatores hereditários mais valor no desenvolvimento/do sujeito do que aos aspectos de aprendizagem e de experiências. O ser humano é entendido como um sujeito que já nasce com potencialidades e com aptidões definidas, que serão desenvolvidas conforme o amadurecimento biológico. As diferenças individuais são explicadas geneticamente. O trabalho do professor é facilitar essas manifestações inatas, cuja prática pedagógica não é instigante por subestimar a capacidade intelectual do aluno. A escola não se responsabiliza pela intervenção e contribuição no processo de desenvolvimento do aluno. Cabe a ele próprio ser responsável por seu sucesso ou seu fracasso. Neste contexto, a avaliação busca hoje que o aluno já sabe; observa as habilidades e aptidões por meio de testes de QI (quociente de inteligência), inteligência e prontidão, identificando as potencialidades individuais. Por meio dos testes de medida (provas), o aluno revela suas potencialidades e graus de desenvolvimento. A teoria inatista se fundamenta em uma concepção de ser humana inspirada na filosofia racionalista e idealista. O racionalismo teve em René Descartes seu primeiro expoente, O ponto de partida da filosofia cartesiana é o sujeito pensante e não o mundo exterior. Esse sujeito pensante possuiria ideias que teriam nascido com o indivíduo (inatas) e dispensariam um objeto exterior para fazê-las existir. Para o idealismo o mundo das ideias determinada realidade concreta. Entre os filósofos costumeiramente citados, além de Descartes, estão Leibniz, Kant, Hegel.

CONSTRUTIVISMO

Os construtivistas afirmam que “o conhecimento não procede nem da experiência única dos objetos nem de uma programação inata pré-formada no sujeito, mas de construções sucessivas com elaborações constantes de estruturas novas”. O desenvolvimento do sujeito é um processo que depende essencialmente da equilibração, que é a capacidade natural de auto-regulação do indivíduo. A aprendizagem não interfere no desenvolvimento, mas é dependente dele. O papel fundamental da escola é dar ao aluno oportunidades de agir sobre os objetos de conhecimento, pois ele é considerado como um ser ativo e participante no processo de construção conceitual. O professor não deve ser aquele que transmite conhecimentos ao aluno, mas sim um agente facilitador e desafiador de seus processos de construção. O aluno é quem constrói o seu próprio

conhecimento. A avaliação deixa de ser um momento específico, fragmentado, pronto, acabado, quantitativo e impregnado de técnicas de memorização, de repetição e cópias, para ser momento privilegiado do saber respeitando-se os erros do aluno. O conhecimento não é mensurável, preponderando os aspectos qualitativos de sua construção. Modo de avaliar: descritivo informando o que o aluno aprendeu ou o estágio em que se encontra. O construtivismo é uma abordagem que tem como maior expoente Jean Piaget. Esta se torna fundamental no evolucionismo de Bergson e no estruturalismo. Bergson afirma que o ser humano evoluiu do reino animal, possuindo uma força vital desencadeada pelos instintos e pela inteligência. O estruturalismo considera a realidade como um conjunto de elementos relacionados entre si, de tal forma que a modificação em um dos elementos desencadeia a modificação nos outros. Podemos enumerar: Wilhelm Wundt e Edward Bradford Titchener, como defensores dessa teoria, entre outros.

HISTÓRICO-CULTURAL

Embasados na teoria de VYGOTSKY, seu principal teórico, A influência do meio sócio-cultural é determinante na formação das funções psicológicas superiores. O sujeito e o conhecimento se relacionam por meio da interação social. A formação de conceitos é um ato/coletivo e acontece do social para o individual.

Segundo FONTANA E CRUZ (1997), os processos de desenvolvimento e aprendizagem caminhados juntos desde o primeiro dia de vida da criança, sendo que a aprendizagem suscita e impulsiona o desenvolvimento. O professor, por meio de uma atitude mediadora deve trabalhar a formação dos conceitos científicos, que envolvem operações lógicas. A sua apreensão ocorre de maneira discursiva e lógico-verbal, por meio de elaborações sempre mediadas por novos conceitos a serem aderidos. Um aluno, para ser considerado possuidor de uma certa capacidade, tem que demonstrar seu poder de cumprir uma tarefa sozinha, sem qualquer ajuda externa (nível real). Este mesmo aluno/tem potencial para aprender qualquer conceito novo, porém necessitarão da ajuda, orientação e assistência de alguém do seu meio (nível potencial). Entre estes dois níveis, é que se constitui a zona de desenvolvimento proximal, que é a capacidade de alteração de desempenho pela interferência de alguém: “são funções que estão em processo de maturação, mas que no presente estão em estado embrionário” (VYGOTSKY, 1994, p. 97).

A avaliação, neste contexto, é vista como um processo de observação, investigação e registro do caminho percorrido com a perspectiva de redirecionamento e aprofundamento do mesmo. Há, portanto, a intenção de garantir uma real aprendizagem do aluno. A lógica é: hoje não sabe, mas amanhã saberá se houver ajuda. A mudança de concepção e de práticas constitui um processo difícil e penoso em relação ao quais as pessoas oferece uma resistência natural e de certo modo saudável. É difícil mudar as pessoas, especialmente quando elas não estão empenhadas em efetuar tal mudança.

METODOLOGIA PARA O ENSINO DE MATEMÁTICA E RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS

Atualmente, várias são as propostas de trabalho para o ensino consistente de matemática, entre elas. Essa proposta, mais atual, visa à construção de conceitos matemáticos pelo aluno através de situações que estimulam a sua curiosidade matemática. Através de suas experiências com problemas de naturezas diferentes o aluno interpreta o fenômeno matemático e procura explicá-lo dentro de sua concepção da matemática envolvida. Nesse processo o aluno envolve-se com o “fazer” matemática no sentido de criar hipóteses e conjecturas e investigá-las a partir da situação-problema proposta.

MODELAGEM MATEMÁTICA

Tem sido utilizada como uma forma de quebrar a forte dicotomia existente entre a matemática escolar formal e a sua utilidade na vida real. Os modelos matemáticos são formas de estudar e formalizar fenômenos do dia-a-dia. Através da Modelagem matemática o aluno se torna mais consciente da utilidade da matemática para resolver e analisar problemas do dia-a-dia.

ETNOMATEMÁTICA

Tem como objetivo primordial valorizar a matemática dos diferentes grupos culturais. Propõe-se uma maior valorização dos conceitos matemáticos informais construídos pelos alunos através de suas experiências, fora do contexto da escola. Essa proposta de trabalho requer uma preparação do professor no sentido de reconhecer e identificar as construções conceituais desenvolvidas pelos alunos.

HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Tem servido como motivação para o desenvolvimento de diversos conceitos matemáticos. Esta linha de trabalho parte do princípio de que o estudo da construção histórica do conhecimento matemático leva a uma maior compreensão da evolução do conceito, enfatizando as dificuldades inerentes ao conceito que está sendo trabalhadas, Essas dificuldades históricas têm-se revelado as mesmas muitas vezes apresentadas pelos alunos no processo de aprendizagem. Esse estudo está muito relacionado com o trabalho em etnomatemática, pois mais, e mais são revelados estágios de desenvolvimento matemático em diferentes grupos culturais que se assemelham aos estágios do desenvolvimento histórico de diferentes conceitos.

O USO DOS COMPUTADORES

Acredita-se que metodologia de trabalho dessa natureza tem o poder de dar ao aluno a autoconfiança na sua capacidade de criar e fazer matemática. Com essa abordagem a matemática deixa de ser um corpo de conhecimentos prontos e simplesmente transmitidos aos alunos e passa a ser algo em que o aluno faz parte integrante do processo de construção de seus conceitos.

JOGOS MATEMÁTICOS

Com urna tendência no nosso ensino à supervalorização do pensamento algorítmico, tem-se deixado de lado o pensamento lógico-matemático além do pensamento espacial. A proposta desse grupo é de desenvolver esses dois tipos de raciocínio na criança por meio de jogos de estratégias, trabalhando, também a estimativa e o cálculo mental.

Acredita-se que no processo de desenvolvimento de estratégias de jogo o aluno envolve-se com o levantamento de hipóteses e conjecturas, aspecto fundamental do pensamento científico, inclusive matemático. O mais interessante de todas essas propostas é o fato de que elas se complementam. E difícil, num trabalho escolar, desenvolver a matemática de forma rica para todos os alunos se enfatizarmos apenas uma linha metodológica. Os educadores enfrentam hoje mudanças nos campos econômicos, político, cultural, educacional, geográfico. O ensino tem sido afetado por uma série de fatores: mudanças nos currículos, na organização das escolas (formas de gestão, ciclos de escolarização, concepção de avaliação, etc.), introdução de novos recursos didáticos (televisão, vídeo, computador, internet), desvalorização da profissão docente. Isso leva a mudança na organização escolar e na identidade profissional de professor, que é o conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores que definem a especificidade do trabalho de professor. Na verdade, em toda a nossa vida passamos por mudanças, elas sempre estão acontecendo ao nosso redor – nossas próprias vidas mudam a cada dia, mudam nossos filhos, muda a sociedade... As escolas precisam organizar-se para promover a mudança na compreensão, atitudes, valores e práticas das pessoas. Em muitos casos de formação de professores vigora a ideia de que uma boa teoria garantirá por si só a prática. Mas é comum, também, pensar que é somente na prática que as pessoas aprendem, sem necessidade de teoria. De fato, não é verdade que basta uma boa teoria para que um profissional tenha êxito na prática. Mas, também, não é verdade que a prática se basta por si mesma. Nem toda prática pode ser justificada como adequada, assim como não é possível qualquer reflexão sobre a prática se não há de parte do professor um domínio sólido dos saberes profissionais, incluída aí uma boa cultura geral. E, mais importante que isso, não haverá muito avanço na competência profissional do professor se ele apenas pensar a sua prática corrente sem recorrer a um modo de pensar obtido sistematicamente, a partir do estudo teórico das disciplinas pedagógicas e da disciplina em que é especialista. Sem teoria, sem desenvolvimento sistemático de processos de pensamento, sem competência cognitiva, sem o desenvolvimento de habilidades profissionais, o professor permanecerá atrelado ao seu cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da matemática nas escolas vem presenciando grandes transformações, mas ainda o baixo nível de aprendizado de nossos alunos é acentuado. Procurou-se através deste trabalho fazer da Matemática uma matéria agradável para os alunos, relacionando-a ao seu cotidiano, para que os mesmos não tenham a visão de que ela é uma matéria pronta, acabada sem significado. Sempre que foi possível procurou-se mostrar a aplicação dos conteúdos trabalhados na vida prática, proporcionando ao aluno a oportunidade não só de exercê-la em sala de aula, mas também de aplicá-la fora dela. A utilização de novas técnicas faz repensar a prática pedagógica em uso. Devemos refletir sobre a mesma e buscar novas metodologias a serem aplicadas, pois só agindo deste modo a educação conseguirá atingir melhores resultados. Além disso, concluiu-se que para ser um professor consciente, é necessário muito estudo, sobretudo das novas metodologias, para que se exerça o seu principal dever: fazer com que todos os alunos tenham possibilidade de aprender.

Percebemos que geralmente os alunos resolvem tudo de maneira mecânica e memorística, pois a maioria das atividades escolares os submete a este tipo de aprendizagem. Ficou visível que a grande maioria não se apropriou dos conceitos trabalhados em sala de aula, estão acostumados a receber tudo pronto, decorado, procurando sempre uma fórmula para resolver. Infelizmente alguns professores não estão trabalhando os conceitos matemáticos e sim trabalhando os conteúdos com o objetivo de fazer com que os alunos consigam resolver os exercícios propostos. Na teoria existe socialização entre matemática e o dia-a-dia, mas na prática, há muito por fazer. A falta de comprometimento de alguns professores talvez seja um dos motivos do mau desempenho dos alunos, vemos profissionais reclamando de salário, mais não vemos reivindicando por mais cursos de aperfeiçoamento. Com a realização deste trabalho, percebemos que a matemática que estamos ensinando aos nossos alunos está muito distante daquela que eles realmente precisam e necessitam no seu dia-a-dia. Concluímos que a partir do momento em que nós professores, nos conscientizarmos das nossas limitações quando educadores, e acreditamos que podemos modificar nossa prática, conhecendo e verificando as capacidades, habilidades e também as dificuldades dos nossos alunos, construindo atividades mais significativas, poderemos mudar a visão da matemática e talvez obtiverem resultados melhores.

REFERÊNCIAS

BICUDO, M.A.V. **A contribuição da fenomenologia à educação**. In: BICUDO, M.A.V.;

CAPELLETTI, I.F. (org) **Fenomenologia: Uma visão abrangente da educação**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

CARRAHER, Terezinha; SHLIEMANN, Ana Lúcia; CARRAHER, David. **Na vida dez, na escola zero**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Globalização e multiculturalismo**. Blumenau: Ed. da FURBE, 1996.

_____. (1993) **ET na matemática: um programa: educação matemática em revista**. Blumenau SC: SBEM 1 (1), 5-11.

_____. **Educação matemática da teoria à prática**. SP: Ed. Papyrus, 2001.

FRANCHI, E.P. **A insatisfação dos profissionais: consequências para a profissionalização**. In: FRANCHI, E.P. (org) **A causa dos profissionais**. Campinas: Papyrus: 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários e prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FONTANA, Roseli. **Psicologia e trabalho pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação e compromisso: perspectivas para a formação de educadores**. JM: Semana da Educação, 3, Seminário de educação e trabalho, 4, Londrina: Anotações pessoais, 1999.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MACHADO, Nilson. **Matemática e realidade**. SP: Ed. Cortez, 2001.

MANCINI, Euclides André. **Quatro teses sobre neoliberalismo**. Educar em Revista. n.13, 1997.

MEIRA, L. (1993). “**O mundo real**” e o dia-a-dia no ensino de matemática. A educação matemática em revista, ano 1, n. 1, SBEM.

_____. Lara Cristina Bazom da Rocha. **Ensino de matemática: formação para exclusão ou para cidadania?** Em revista ano 8, n.8, SBEM.

MOYSES, Lúcia. **Aplicação de Vygotsky à matemática**. Coleção Magistério, formação e trabalho pedagógico. Campinas, São Paulo: Ed. Papirus, 1997.

NA PERSPECTIVA DE VYGOTSKY. São Paulo: Quebra Nozes / Londrina: CEFIL, 1999.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico**. SP: Ed. Scipiano, 1993.

REGINA, Célia Cazaux Haidt. **Curso de didática geral**. Ed. Ática, 1999.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural de educação**. 8 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC / SEF, 1997.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: matemática**. Brasília: MEC / SEF, 1992.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia da educação: construindo a cidadania**. São Paulo: FTD, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A construção do pensamento e linguagem**. São Paulo: Martin Fonte, 2000.

ENSINO BILÍNGUE PARA SURDOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS



TALITA LACERDA CAMARNEIRO

Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo - USP (2012); Especialista em Libras pelo Centro Universitário Cidade Verde (2023); Coordenadora Pedagógica na Escola Polo Bilíngue EMEF CEU Candida Dora Pino Pretini..

RESUMO

Este artigo apresenta o ensino bilíngue para surdos e a importância de práticas pedagógicas e aprendizagens significativas. Explorando a integração da Língua de Sinais Brasileira (Libras) com língua portuguesa escrita (L2). Apresentando práticas que proporcionam uma educação inclusiva e de qualidade, pois cria um ambiente propício para aprendizagens significativas. No qual, o surdo tem garantido o aprendizado em sua língua materna (Libras) e da Língua Portuguesa na modalidade escrita. E o ouvinte, além de ter seu aprendizado na língua oral tem acesso ao ensino da Libras na escola favorecendo a empatia, respeito e inclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Libras; Aprendizagem Significativa; Educação Bilíngue para Surdos; Inclusão.

INTRODUÇÃO

Este artigo investiga como práticas pedagógicas podem fomentar aprendizagens significativas no ensino bilíngue para surdos na Escola Polo, reconhecendo a importância da Libras e da Língua Portuguesa Escrita (L2) no para educação e vida da pessoa surda.

O bilinguismo, no contexto da Língua Brasileira de Sinais (Libras), é fundamental para o ensino de surdos. A Libras é a língua materna da comunidade surda brasileira, e sua utilização eficaz no ambiente educacional é crucial, assim como o uso da Língua portuguesa escrita L2 sendo garantia por lei.

A lei 10.436 de 2002 reconhece o estatuto linguístico da língua de sinais e, ao mesmo tempo assinala que esta não pode substituir o português. A recomendação atual do MEC/SEESP é de que, em função da língua portuguesa ser, pela Constituição Federal, a língua oficial do Brasil, portanto língua cartorial em que se registram os compromissos, os bens, a identificação das pessoas e o próprio ensino, determina-se o uso dessa língua obrigatório nas relações sociais, culturais, econômicas (mercado nacional), jurídicas e nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, o ensino de língua portuguesa, como segunda língua para surdos, baseia-se no fato de que esses são cidadãos brasileiros, têm o direito de utilizar e aprender esta língua oficial que é tão importante para o exercício de sua cidadania. O decreto 5626 de 2005 assinala que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua. (QUADROS e KARNOPP, 2004, p.30).

Sendo assim, o ensino bilíngue garante o domínio destas duas línguas para os estudantes surdos. Este sistema oferece oportunidades iguais de aprendizagem para estudantes surdos, permitindo que eles acessem o currículo educacional em igualdade com seus colegas ouvintes.

Para alcançar desenvolver um ensino bilíngue de qualidade é necessário desenvolver práticas pedagógicas que proporcione aprendizagens significativas, integrais e inclusivas.

Entender a importância da educação bilíngue, que inclui o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e da língua portuguesa como segunda língua (L2), para o estudante surdo é crucial para promover sua plena inclusão e desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Proporcionar um ambiente educacional que reconheça e valorize a identidade linguística e cultural dos estudantes surdos é essencial para garantir que eles tenham acesso a uma educação de qualidade. A Libras é a língua natural da comunidade surda no Brasil e, portanto, é fundamental que seja reconhecida e ensinada nas escolas como língua de instrução para esses alunos. O domínio da Libras não apenas facilita a comunicação e a interação social, mas também promove o desenvolvimento cognitivo e linguístico dos estudantes surdos.

Ronice Müller de Quadros, em suas pesquisas sobre Língua de Sinais Brasileira (Libras), enfatiza a importância de reconhecer a Libras como língua natural dos surdos.

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significante e significado, e entre signo e referente); caráter necessário dessa ligação; e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. (QUADROS e KARNOPP, 2004, p.30).

Além disso, é importante oferecer a língua portuguesa como segunda língua (L2) para os estudantes surdos, uma vez que ela é a língua majoritária da sociedade brasileira e é amplamente utilizada em contextos formais, como na educação e no mercado de trabalho. O ensino da língua portuguesa como segunda língua permite que os estudantes surdos adquiram habilidades de leitura, escrita e compreensão necessárias para participar plenamente da sociedade, além de facilitar sua integração em ambientes escolares e profissionais.

A educação bilíngue, que combina o ensino da Libras e da língua portuguesa como L2, pro-

porciona aos estudantes surdos uma base sólida para o aprendizado e o desenvolvimento acadêmico em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, promove a valorização da identidade surda e o respeito à diversidade linguística e cultural, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A aprendizagem de uma segunda língua (L2) é importante para todos os indivíduos, independentemente de sua condição auditiva, mas para os surdos, a L2 pode desempenhar um papel ainda mais significativo em suas vidas. Pois, aprender uma segunda língua amplia as opções de comunicação para os surdos. Os surdos podem se comunicar com um grupo mais diversificado de pessoas, incluindo aqueles que não conhecem a língua de sinais. Aprender uma L2 ajuda os surdos a se integrarem melhor na sociedade em geral, permitindo-lhes participar plenamente em atividades sociais, culturais e comunitárias. Aprender uma segunda língua pode fortalecer a autoestima dos surdos e sua identidade cultural. Isso os ajuda a se sentir mais seguros e confiantes em sua capacidade de se comunicar e interagir com pessoas de diferentes origens linguísticas. A aprendizagem de L2 pode ajudar os surdos a entender diferentes perspectivas culturais e linguísticas, promovendo uma apreciação mais profunda da diversidade linguística e cultural.

O ensino do português pressupõe a aquisição da língua de sinais brasileira – “a” língua da criança surda. A língua de sinais também apresenta um papel fundamental no processo de ensino-aprendizagem do português. A ideia não é simplesmente uma transferência de conhecimentos da primeira língua para a segunda língua, mas sim um processo paralelo de aquisição e aprendizagem em que cada língua apresenta seus papéis e valores sociais representados. (QUADROS E SCHMIEDT, 2006, p.24).

Portanto, é necessário investir na implementação de programas de educação bilíngue, que reconheçam e atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos, sendo fundamental para garantir seu pleno desenvolvimento e participação na sociedade. Essa abordagem não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também enriquece a experiência educacional de toda a comunidade escolar, promovendo o respeito à diversidade e a valorização das diferenças linguísticas e culturais.

EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA ESTUDANTES SURDOS

Para desenvolver uma educação de qualidade para todos é primordial adotar práticas pedagógicas integrais e inclusivas.

As aprendizagens significativas ocorrem quando os estudantes conseguem relacionar novos conhecimentos a experiências prévias. Na educação bilíngue a combinação hábil de métodos pedagógicos, juntamente com o respeito à língua e cultura surda, resulta em uma educação com equidade para todos os estudantes, sejam surdos ou ouvintes.

A educação bilíngue para estudantes surdos, que integra o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da língua portuguesa como segunda língua (L2), é um campo de crescente importância na pedagogia inclusiva. Nesse contexto, diversas práticas pedagógicas de qualidade têm emergido para atender às necessidades específicas desses estudantes e promover seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional.

Uma dessas práticas é a modelagem bilíngue, onde Libras e português são igualmente valorizados e ensinados de forma integrada. Esse enfoque permite que os estudantes surdos tenham acesso equitativo aos dois idiomas, facilitando sua comunicação e compreensão do mundo ao seu redor.

“O ensino na perspectiva bilíngue tem se tornado uma alternativa de sucesso para o aprendizado e desenvolvimento de linguagem em crianças surdas, pois uma vez adquirida a língua de sinais, como primeira língua, essa terá papel fundamental na aquisição do português escrito, como segunda língua. Além disso, as estratégias e práticas educativas para o ensino da Libras devem ser planejadas levando em conta suas características próprias, que a definem como uma língua visual e espacial, que possui estrutura gramatical própria e parte de uma cultura surda. A Libras é reconhecida como um sistema linguístico verdadeiro e natural, que nasce a partir da cultura surda e da experiência visual, por isso, seu aprendizado acontece por vias diferentes do aprendizado da língua portuguesa, que é oral-auditiva; o aprendizado da Libras acontece por meio das vias visuais, espaciais e manuais. (LACERDA E ZERBATO, 2015, p.428).

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

A adaptação curricular desempenha um papel crucial na educação bilíngue de estudantes surdos. É essencial ajustar o currículo e os materiais didáticos para atender às necessidades específicas desses alunos, considerando suas habilidades linguísticas e culturais em Libras e português.

Além disso, a criação de um ambiente visualmente estimulante é fundamental para o aprendizado desses alunos. Recursos visuais, como cartazes, imagens e materiais didáticos em Libras e português, auxiliam na compreensão do conteúdo e no engajamento dos estudantes.

O uso de tecnologia, como computadores, tablets e softwares educacionais, que oferecem recursos acessíveis em Libras e português, pode complementar o processo de aprendizado e tornar o conteúdo mais acessível e envolvente para os estudantes surdos.

A realização de apresentações e atividades bilíngues é uma prática pedagógica eficaz. Ao utilizar tanto Libras quanto português simultaneamente, os estudantes surdos têm a oportunidade de desenvolver suas habilidades linguísticas em ambos os idiomas, enriquecendo sua comunicação e expressão.

A presença de professores bilíngues, fluentes em Libras e português, é fundamental para oferecer suporte adequado aos estudantes surdos em sua jornada educacional. Esses profissionais devem possuir formação específica em educação de surdos e estar preparados para colaborar com a comunidade surda e outros profissionais da área.

A presença de um profissional surdo em uma escola bilíngue, atuando como instrutor ou professor de Libras (Língua Brasileira de Sinais), é de suma importância para o ambiente educacional e o desenvolvimento dos estudantes surdos. Pois, representa uma fonte valiosa de representatividade e identificação para os estudantes surdos. Ao verem alguém que compartilha sua experiência linguística e cultural desempenhando um papel de liderança na escola, os estudantes surdos se sentem mais valorizados e reconhecidos, o que contribui para fortalecer sua autoestima e identidade surda.

Um profissional surdo pode oferecer uma perspectiva única e autêntica sobre a língua e a cultura surdas, enriquecendo o processo educacional e promovendo uma compreensão mais profunda e sensível das necessidades e experiências dos estudantes surdos.

O profissional surdo também pode servir como um modelo linguístico e cultural para os estudantes surdos, ajudando-os a desenvolver suas habilidades em Libras e a se conectar com sua comunidade linguística e cultural de forma mais significativa.

“A presença de professores surdos na educação ganha relevância para a construção de uma percepção do ser surdo pelos alunos que, em contrapartida, influenciam a maneira de o professor posicionar-se frente a eles. Como toda relação é perpassada pela linguagem, nas interações constitutivas de cada um e de todos como grupo, a Libras torna-se central. Além disso, sua apropriação pelas crianças abre a possibilidade de os alunos constituírem-se sujeitos de uma cultura que se configura multifacetada e com características que lhe são específicas.”(LODI, A.C.; ROSA, A.L.M.; ALMEIDA, E.B., 2012, p.7).

Além disso, a presença de intérprete de Libras, que é ouvinte e traduz para Libras, o que os professores especialistas de diversas disciplinas ensinam em língua portuguesa oral, visto que na sala de aula do ensino fundamental II há ouvintes e surdos aprendendo juntos. “A presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula pode [...] favorecer uma melhor aprendizagem de conteúdos acadêmicos pelo aluno que teria acesso aos conteúdos trabalhados.” (LACERDA, 2006, p. 177).

O profissional que trabalha a língua portuguesa com surdos sabe da importância que tem a ampliação e fixação de vocabulário para o desenvolvimento da leitura e escrita dos mesmos. Sabe também que trabalhar com listas de palavras soltas, fora de um contexto, não produz bons resultados na aprendizagem de uma língua, então comumente as "palavras novas" são trabalhadas partindo-se de textos. A sugestão colocada aqui é que tanto a aquisição quanto a fixação de vocabulário, e conseqüentemente o desenvolvimento na leitura, aconteçam também a partir de jogos e brincadeiras realizados com a criança. Aproveitar esses momentos prazerosos como situações de aprendizagem, podem contribuir muito para o desenvolvimento da criança nessa nova língua.

Trabalhar com vivências é altamente enriquecedor para a criança pois vai experimentando, criando e descobrindo novos conceitos de forma prazerosa. Também é enriquecedor para o educador, se este souber aproveitar cada momento, cada detalhe do desenrolar da experiência para levantar questionamentos que sejam significativos para as crianças e para seu trabalho como um todo.

Estimular na criança a habilidade de expressar-se perante um grupo para desenvolver na criança a capacidade de expor seus pensamentos de forma clara e organizada, situando-se no tempo e no espaço, utilizando este recurso como apoio.

O ensino bilíngüe também compreende a aprendizagem de libras pelos estudantes surdos. Ensinar Libras para ouvintes é não apenas uma questão de acessibilidade, mas também uma forma poderosa de promover inclusão, compreensão cultural e comunicação eficaz. Quando ouvintes aprendem Libras, eles se tornam mais capazes de se comunicar com pessoas surdas, o que cria um ambiente mais inclusivo em todos os aspectos da vida, desde a educação até o mercado de trabalho. Quanto mais pessoas, especialmente as que ouvem, aprendem Libras, a comunidade surda se fortalece. Isso porque a comunicação eficaz entre pessoas surdas e ouvintes aumenta,

proporcionando uma sensação de pertencimento e compreensão mútua. Aprender Libras também pode cultivar a empatia. Ao entender as lutas e os triunfos da comunidade surda, os ouvintes podem desenvolver uma compreensão mais profunda das experiências dos outros, promovendo um mundo mais empático e tolerante.

“[...] O papel da língua de sinais na escola vai além da sua importância para o desenvolvimento do surdo, o seu uso por toda comunidade escolar (surdos e ouvintes) promove a comunicação e interação entre eles, por isso o ensino de LIBRAS, pode ser estendido aos alunos ouvintes.” (BARBOSA; QUARESMA, 2011, s/p.)

Proporcionar experiências que levem a criança à abstração, análise e síntese, descrição, classificação e conceituação. Desenvolver na criança autonomia para realização de tarefas. Atender de forma individualizada as dificuldades específicas de cada criança. Propiciar, num mesmo período de aula, atividades diversificadas (de fixação de conteúdo, de expressão artística, lúdicas) de forma dinâmica e interessante.

Desafios, como a falta de material didático adaptado, são enfrentados com estratégias inovadoras, criando e adaptando recursos educacionais acessíveis, garantindo que cada aluno tenha acesso ao material adequado para seu aprendizado.

Apesar das práticas pedagógicas inovadoras, o ensino bilíngue para surdos em escolas bilíngues enfrenta desafios significativos. A falta de conscientização sobre a cultura surda e a escassez de recursos especializados são obstáculos comuns. Sendo necessário superar essas barreiras, buscando colaborações com especialistas em educação inclusiva, investindo em desenvolvimento profissional para os professores e envolvendo ativamente a comunidade para criar um ambiente de aprendizagem verdadeiramente inclusivo.

Em suma, as práticas pedagógicas de qualidade para estudantes surdos em educação bilíngue são fundamentais para promover sua inclusão e sucesso acadêmico. Ao adotar abordagens que valorizem e integrem tanto Libras quanto português, as escolas podem proporcionar uma educação de qualidade e apoio adequado aos estudantes surdos em sua jornada de aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi apresentado neste artigo, o ensino bilíngue para surdos na Escola Bilíngue deve incorporar práticas pedagógicas inclusivas. Ao valorizar tanto a Libras quanto a língua portuguesa oral, criando um ambiente onde a diversidade linguística e cultural, promovendo aprendizagens significativas para todos os estudantes.

O ensino bilíngue é essencial para fornecer uma educação de qualidade para os surdos. Ele não apenas facilita o aprendizado e a comunicação, mas também fortalece a identidade cultural e linguística dos surdos, não só para a rotina escolar, mas para a vida.

O ensino de Libras para ouvintes não apenas facilita a comunicação com a comunidade surda, mas também contribui para um mundo onde as diferenças são valorizadas. Essa compreensão é fundamental para construir uma sociedade, onde todos têm a oportunidade de se comunicar.

Um aspecto importante é a valorização da identidade linguística e cultural dos estudantes surdos, criando um ambiente onde eles são reconhecidos. Isso inclui a presença de profissionais surdos na equipe educacional, oferecendo um modelo linguístico e cultural, além de promover referência de pessoa surda adultas, que enfrentas os mesmos problemas socioculturais. A implementação de práticas pedagógicas significativas envolve não apenas o reconhecimento da importância da Libras e da língua portuguesa escrita, mas também de estratégias que atendam às necessidades específicas dos estudantes surdos. É importante adotar abordagens flexíveis que levem em consideração as diferentes habilidades dos estudantes surdos. Isso pode incluir o uso de recursos visuais, adaptação curricular, tecnologia acessível para garantir que todos os alunos tenham acesso ao currículo escolar.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sândala; QUARESMA, Soraya. **A importância do ensino de Libras - Língua Brasileira de sinais no contexto escolar**. 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/3022214> Acesso 20 nov. 2023.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n.º 69, p. 163-184, maio/ago. 2006.

LACERDA, C. B. F.; ZERBATO, A. P. **Desenho Infantil e Aquisição de Linguagem em Crianças Surdas: um Olhar Histórico-Cultural**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 21, n. 4, p. 427-442, out.-dez., 2015

LODI, A .C.; ROSA, A. L. M; ALMEIDA, E. B. **Apropriação da Libras e o constituir-se surdo: a relação professor surdo-alunos surdos em um contexto educacional bilíngue**. ReVEL, v. 10, n. 19, 2012.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. ArtMed: Porto Alegre, 2004.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.**
Brasília: MEC, SEESP, 2006.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA



THAIS SANTOS DE LIMA GIROTO

Graduação em Pedagogia pela Universidade do Grande ABC (2007); Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Brasil (2019); Especialista em A Arte de Contar Histórias pela Faculdade Conectada - Faconnect (2023); Professora de Educação Infantil no Ceu Cei São Mateus - Prefeitura Municipal de São Paulo.

RESUMO

O artigo irá visar construir um debate acerca da demanda de uma gestão escolar democrática e transparente, onde o território escolar tem o poder do voto dentro do sistema. Para termos uma comunidade escolar participativa e envolvida dentro das demandas educacionais é necessário que a gestão seja transparente nas iniciativas e democrática em suas ações. A gestão deve agir não só como mediadora de conhecimento, mas como uma forma de ação social.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão Escolar Democrática; Sociedade; Escola.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o papel da gestão escolar é de fundamental importância dentro da escola, pois poderá desenvolver mecanismos que contribuam no processo ensino aprendizagem voltados à inclusão dos alunos com deficiência. Desta forma, é necessária a discussão constante desse tema para a melhoria e criação de sistemas que facilitem o acesso à escola pública e regular por todos os educandos.

O estudo desse tema tem como proposta, mostrar a importância do gestor no processo inclusivo, dentro da escola na qual atua, detectando seus problemas, mostrando os caminhos a serem percorridos e desta forma, evidenciando como a educação inclusiva pode contribuir para diminuir as diferenças existentes no âmbito escolar, intermediando as relações entre esses educandos, professores, funcionários e a comunidade escolar em geral. O papel do gestor é viabilizar os conhecimentos necessários para que se possa desenvolver um trabalho inclusivo proveitoso, leve e significativo para aqueles que estão envolvidos nesse processo, elaborando propostas que

facilitem o trabalho pedagógico e que permitam a inserção desses alunos em toda a rotina escolar.

O avanço brasileiro na questão da participação da comunidade na educação brasileira está em constante construção. Inicialmente essa questão estava presente nos textos legais, como na Lei Federal que estabelece as diretrizes nacionais e na Constituição Brasileira.

As bases legais têm assegurado importantes mudanças educacionais no Brasil. A Constituição Federal prevê no artigo 206, inciso VI a gestão democrática do ensino público na forma da lei. Outra base legal que contribui para o avanço da gestão democrática na educação é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96). Essa lei fortaleceu as transições necessárias e representou um marco para mudanças nas políticas públicas educacionais no país, e consequentemente, para as políticas de democratização da gestão escolar.

Além das leis nacionais, no Estado de São Paulo, há o Regimento Comum de Escolas Públicas que prevê a participação da comunidade por meio do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres.

A participação no Conselho de Escola prevê a participação nas reuniões a fim de entenderem sobre as questões da escola e de opinarem sobre as decisões que precisam ser tomadas. Levando em conta que o Conselho representa uma maneira de trazer o direito da comunidade na participação da educação brasileira torna-se importante que existam critérios gerais relativos a cada unidade escolar, que estabeleçam questões que levem em conta as orientações municipais e as necessidades da escola sobre a organização, funcionamento e interação com a comunidade.

Diante desse cenário, as discussões sobre a gestão democrática tornam-se cada vez mais importantes na formação inicial e continuada de professores e nos diferentes contextos que abrangem a educação e seus profissionais. Um dos aspectos que precisam ser discutidos nessa questão é tudo o que representa uma gestão democrática e participativa. Para Abranches (2003):

a partir da abertura para a participação, quando os atores sociais passam a ter um papel ativo nas decisões sobre elaboração, execução e controle das políticas públicas, é prioritário que se criem configurações sociais e novos espaços políticos que determinem uma nova relação com o espaço público.” (2003, p. 2).

GESTÃO DEMOCRÁTICA E SUA IMPORTÂNCIA NO SISTEMA EDUCACIONAL

A importância da gestão administrativa e democrática para o sistema educacional é fundamental para garantir a eficiência e eficácia na gestão das instituições de ensino. A gestão administrativa é responsável por organizar e coordenar as atividades da instituição, garantindo que todos os recursos estejam sendo utilizados da melhor forma possível. Já a gestão democrática promove a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, garantindo a representatividade e a inclusão de diferentes perspectivas.

Uma gestão administrativa eficiente é capaz de planejar e executar as ações necessárias para o bom funcionamento da instituição, garantindo que os recursos financeiros, humanos e mate-

riais sejam utilizados da melhor forma possível. Além disso, a gestão administrativa também é responsável por acompanhar e avaliar o desempenho da instituição, identificando possíveis problemas e propondo soluções para melhorar o desempenho escolar.

Por sua vez, a gestão democrática promove a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, garantindo que as diferentes perspectivas sejam consideradas e que as políticas e práticas adotadas pela instituição representem os interesses de todos os envolvidos. Isso é fundamental para promover a inclusão e a representatividade, garantindo que nenhuma voz seja excluída na definição das políticas e práticas educacionais.

Além disso, a gestão democrática também promove a transparência e a prestação de contas, tornando as ações da instituição mais transparentes e acessíveis para toda a comunidade escolar. Isso contribui para fortalecer a confiança na instituição e promover um ambiente de colaboração e engajamento entre todos os membros da comunidade escolar.

Em suma, a gestão administrativa e democrática são fundamentais para garantir a eficiência e eficácia na gestão das instituições de ensino. Promovendo a utilização eficiente dos recursos e a participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisões, contribuindo para a promoção da inclusão e da representatividade. Portanto, investir na melhoria da gestão administrativa e democrática é essencial para promover a qualidade da educação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

O gestor escolar é o administrador e o grande responsável pela unidade escolar onde atua, deve, acima de tudo, ser uma pessoa responsável, motivado, preocupado com o bom desempenho e interação de sua equipe, realizar um trabalho com a comunidade, para que essa faça parte do cotidiano da escola e contribua para o desenvolvimento do educando. É ele que desempenha várias funções dentro da unidade, atuando como administrador de recursos, como líder mediando o trabalho da equipe escolar, estimulando a melhoria na educação e buscando sempre o trabalho coletivo voltado para a qualidade do processo de ensino aprendizagem.

Todos têm direito a educação e cabe à escola oferecer um atendimento que garanta o bem-estar e o desenvolvimento dos alunos, respeitando à dignidade e os direitos básicos das crianças, construindo assim um cidadão autônomo, crítico e democrático.

O direito à educação é garantido a todos os seres humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição, todos merecem este direito sem discriminação. A consciência, no entanto, deve ser treinada para esse ideal seja atingido por todos os povos e todas as nações, e que cada órgão da sociedade se esforce, para promover e respeitar a formação do cidadão, sem preconceito.

As transformações acontecem em todos os segmentos incluindo na educação, por isso, encontramos desafios constantes como: número reduzido de professores e falta de estrutura nas escolas, desmotivação dos alunos, pais desinteressados com a educação dos próprios filhos e a responsabilidade cada vez maior para o professor. Para um bom desenvolvimento a escola deve contar com o comprometimento de todos, pois além de ser uma instituição de ensino, é um ambiente transformador principalmente para a classe menos favorecida onde deposita nos estudos a

esperança de melhores condições de vida. Sendo assim:

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É neste sentido que precisa ser transformado o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO, s/d)

Uma escola que conta com a participação da comunidade consegue mudanças e possíveis caminhos para uma melhora na educação. Não podemos esperar que a escola seja a salvadora da sociedade, mas com a participação de todos conseguimos criar culturas, novos comportamentos e contribuir para a formação de cidadãos autônomos, críticos e democráticos. Assim, “a gestão realizada pelas escolas pode e deve produzir maior qualidade e eficiência na educação, mas, para que funcione eficientemente, precisa ser concebida, tendo em conta condição específica das sociedades em que é aplicada” (GIANCATERINO, 2010, p. 39).

Por isso há necessidade de uma gestão democrática, para uma melhora na escola, no cidadão e na sociedade. Partindo do princípio que de:

É neste sentido, portanto, que vejo a necessidade de a escola organizar-se democraticamente com vistas ao alcance de objetivos transformadores (quer dizer: objetivos articulados aos interesses dos trabalhadores).

E aqui subjaz, portanto, o suposto de que a escola só poderá desempenhar um papel transformador se estiver junto com os interessados, se organizar para atender aos interesses (embora nem sempre conscientes) das camadas a quem favorece essa transformação, ou seja, das camadas trabalhadoras. (PARO, s/d).

Para realizar seu trabalho o gestor encontra inúmeras dificuldades.

O educador não é um trabalhador qualquer. Seu campo de ação é o ser humano, com sua expectativa e projetos de vida, que merece todo respeito. Mais que um trabalho, é uma missão, uma vocação. Difícil desempenhar dadas as condições precárias, o descaso governamental, o próprio descrédito e desprestígio da escola. Porém um trabalho inadiável e imprescindível. A criança, o jovem, o adulto aí estão. Sofrendo, como o professor e o diretor, injustiça à violência, a carência e todos os problemas de um sistema. (SANTOS, 2002, p. 58;59)

É ao gestor que todos os componentes da equipe levam suas ideias, seus desejos e seus problemas, daí a necessidade de ser uma pessoa aberta ao diálogo, firme, calma, capaz de encorajar nas horas de desânimo e de estimular diante dos inúmeros desafios que a profissão apresenta.

Neste contexto, é papel do gestor trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, exercer um trabalho de equipe com os professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades, para que possam adquirir as habilidades necessárias para um bom desempenho de suas funções, ser capaz de ouvir o que os outros têm a dizer e desempenhar um papel fundamental na gestão democrática, pois ele pode dificultar ou facilitar a implantação de procedimentos participativos.

É competência do gestor, participar da elaboração e construção do Projeto Político Pedagógico da escola indicando a direção a seguir não apenas para os professores, mas também funcionários, alunos, famílias, membros do Conselho da Escola e demais representantes da comunidade, fazendo com que todos assumam um compromisso de melhorar a educação. Ele deve desempenhar um papel de liderança e, ao mesmo tempo, ser uma pessoa democrática, fazendo com que todos desenvolvam seu trabalho com qualidade, garantindo o bom andamento da unidade, incentivando a equipe alcançar os objetivos propostos, fazendo a interação escola/comunidade e que seja um gerenciador de conflitos, sendo que lidamos com seres humanos e seja um gerenciador de conflitos, sendo que lidamos com seres humanos e cada um tem sua personalidade. A opinião de cada integrante da equipe é fundamental para atingirmos um objetivo e para a construção do sucesso coletivo.

De acordo com Paro:

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. Isso na maioria das vezes, decorre do fato de o gestor centralizar tudo, não compartilhar as responsabilidades com os diversos atores da comunidade escolar. Na prática, entretanto, o que se dá é a mera rotinização e burocratização das atividades no interior da escola, e que nada contribui para a busca de maior eficiência na realização de seu fim educativo. (PARO, 2008, p.130)

A interação entre gestor, docentes, comunidade, funcionários e os alunos é fundamental para um bom andamento da unidade escolar.

A Constituição Brasileira de 1988 estabelece uma educação democrática para o ensino público, e, descreve, no seu artigo 206, parágrafo VI sobre os princípios que embasam o ensino: 'gestão democrática do ensino público, na forma da lei' (BRASIL, 1988).

Sendo assim, Araújo define a gestão escolar democrática como:

[...] forma de possibilitar que todos os seres envolvidos na instituição possam exercer com maior assertividade sua cidadania, se relacionar melhor e alcançar a liberdade de expressão, porque cada um dos envolvidos carrega em si um conhecimento, que é único e que pode ser somado ao do seu colega e, no caso, por se tratar de escola, aos alunos. Essa troca faz com que a cada dia os envolvidos incorporem mais conhecimentos, sejam eles formais ou informais, tornando-os mais responsáveis, autônomos e criativos. (ARAÚJO, 2009, p.20)

Na gestão democrática todos participam, executam e tomam decisões. Já o gestor tem o papel de coordenar e interagir com os segmentos incentivando as ideias e a participação de todos. Observa-se que é uma gestão voltada para a transformação do cidadão tornando-o um ser autônomo, crítico e democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou alguns estudos e observações legais sobre a administração demo-

crática. A administração que valoriza a participação da equipe escolar, dos estudantes e da comunidade está em constante evolução. Alguns estudos comprovam que a gestão democrática pode contribuir para uma educação de qualidade se levar em conta as necessidades da comunidade em questão, na qual todos os integrantes da equipe escolar têm familiaridade com as questões e participam ativamente e de forma organizada através de ações representativas.

A gestão democrática no ambiente escolar é um tema relevante atualmente, tendo em vista a relevância de incentivar a participação ativa de todos os envolvidos no processo educativo. Durante este estudo, notamos a relevância de incentivar a participação de todos na tomada de decisões e ações no ambiente escolar, a fim de assegurar a participação efetiva de professores, alunos, pais e outros membros da comunidade escolar.

Ao examinarmos a administração democrática na instituição de ensino, notamos que essa prática pode ter um impacto significativo no fortalecimento da independência e responsabilidade dos indivíduos envolvidos, além de fomentar um ambiente mais inclusivo e participativo. Ademais, a administração democrática pode ser uma ferramenta valiosa para fomentar a equidade de oportunidades e a valorização da diversidade, contribuindo para a formação de cidadãos e o progresso de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Vale ressaltar, no entanto, que a implementação efetiva da gestão democrática no ambiente escolar requer um processo contínuo de diálogo, negociação e construção coletiva, de forma a superar desafios e obstáculos que possam surgir ao longo do caminho. Nesse sentido, é fundamental garantir a participação de todos os atores envolvidos na tomada de decisões, bem como promover a transparência e a prestação de contas, de modo a assegurar a legitimidade e efetividade das ações democráticas.

Dessa forma, este texto teve como objetivo principal aprofundar a discussão desse tema. Discussão esta, que deve ser contínua e com o intuito de aprimorar o acesso à escola pública regular para alunos com deficiência e aqueles que enfrentam algum obstáculo no processo de aprendizagem. Se faz necessário destacar também que a gestão democrática no ambiente escolar não se restringe apenas à esfera administrativa, mas sim, permeia todas as dimensões do processo educativo, desde o planejamento das propostas pedagógicas até a avaliação e monitoramento das ações desenvolvidas. Melhor dizendo, requer um compromisso constante por parte de todos os envolvidos em prol da construção de uma escola mais democrática, participativa e comprometida com o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A escola deve atuar em função dos seus alunos, funcionários e comunidade local, a partir de suas necessidades. Precisa contar também com a participação efetiva dos Conselhos escolares nas decisões administrativas, financeira e na construção dos projetos a serem desenvolvidos.

Para tanto levando em consideração a importância desse tipo de gestão, o objetivo do estudo desse tópico foi demonstrar a relevância do gestor escolar no progresso do processo inclusivo, apontando suas dificuldades, os caminhos a serem seguidos e demonstrando como a educação inclusiva pode contribuir para diminuir as discrepâncias na escola, sendo o professor o responsável por conduzir todo esse processo.

Contudo são muitos os desafios para a construção e manutenção de uma escola efetivamente democrática, mas quando se tem uma gestão de qualidade, que faz o seu papel e sabe de sua importância, torna-se possível a transformação da educação, do cidadão e da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo, Cortez, 2003, p. 91. - (Coleção Questões da Nossa Época: 102).

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. **Gestão escolar**. Curitiba: IESDE, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1998 BRASIL.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

ENGUIITA, M. F. **A escola em exame: Uma análise sociológica para educadores e outras pessoas interessadas**. Madrid: Pirâmide, 1995.

FERREIRA, NAURA CARAPETO (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

GIANCATERINO, Roberto. **Supervisão escolar e gestão democrática**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2010.


LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LUCKESI, Carlos Cipriano. **Gestão democrática da escola, ética e sala de aula**. ABC Educativo, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

OLIVEIRA, J. F. et al. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática**.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. 15 ed. São Paulo Cortez, 2008.



+55 14 3198-4048
+55 11 4444-9014
relacionamento@facon.edu.br



FACONNECT